

IMPRESSO

Seminário debate gestão universitária

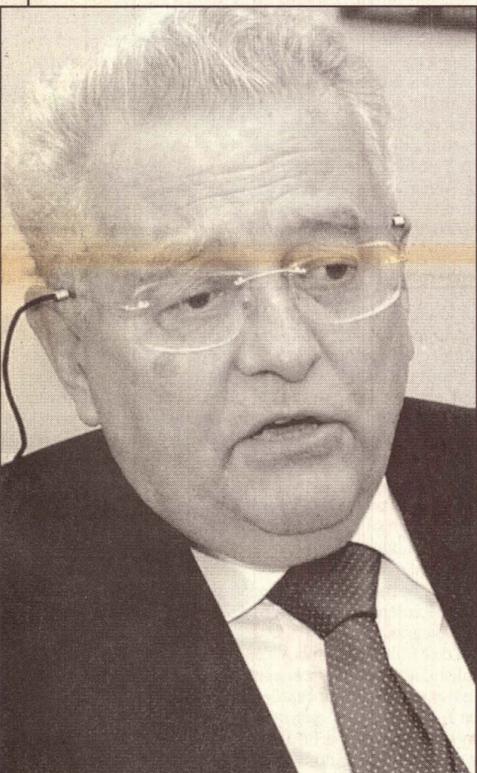
Universidade pública luta por mais vagas com menos verbas. Em seis anos, particulares cresceram 86% e federais 33%. PÁGINAS 4 e 5

Universidade participa das mudanças no Código Civil

Professores trabalharam na
atualização do Código,
criado no século 19

PÁGINA 7

LUIZ OSVALDO LEITE



“A imagem do Deus vingador tem que morrer”

Professor de personalidades gaúchas que hoje atuam nos mais variados setores, ex-jesuíta, Luiz Osvaldo Leite já esteve à frente de instituições tão diferentes como OSPA, Febem, Divisão de Cultura de Porto Alegre e Instituto de Psicologia. Com atuação na UFRGS há mais de 30 anos, Leite fala sobre suas experiências e diz que, sobretudo, sempre foi um educador.

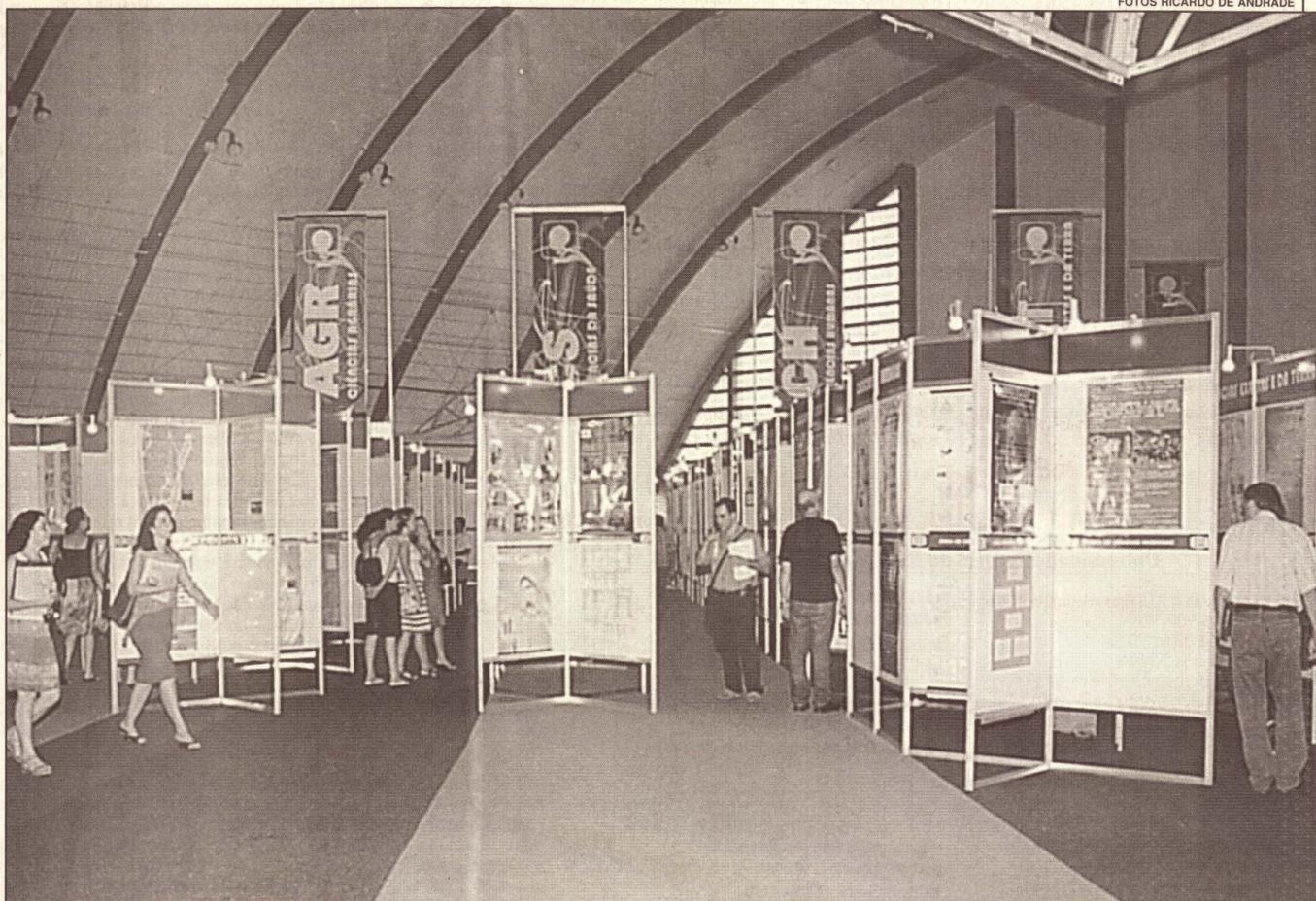
PÁGINAS 8, 9 e 10



Relatório ambiental orienta obra do anel viário no Vale

Novo traçado da estrada minimiza impacto no complexo ecológico do Morro Santana PÁGINA 3

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



Salão e Feira de Iniciação Científica batem recordes na edição 2002

PÁGINA 13

Diploma da Engenharia valerá na França

PÁGINA 6

OPINIÃO

Preservando a natureza

Oanel viário do Campus do Vale está sendo concluído com a construção de um trecho de estrada que teve seu traçado modificado para minimizar o impacto sobre o relevo, a hidrografia, a flora e a fauna da área, localizada no Morro Santana. A boa nova está na página 3.

A Universidade promove seminário para discutir gestão interna e realizar uma façanha: criar mais vagas tendo menos verbas. Enquanto as universidades particulares cresceram 86%, as públicas cresceram só 33%. A matéria está nas páginas 4 e 5.

Assinado o protocolo de acordo geral de cooperação cultural, educativo e científico entre a UFRGS e quatro escolas de engenharia das cidades francesas de Lille, Lyon, Nantes e Paris. O acordo vai permitir que a dupla diplomação para alunos das duas universidades. Página 6.

Professores da UFRGS ajudaram a redigir a nova versão do Código Civil Brasileiro, que entrará em vigor em janeiro do ano que vem, corrigindo distorções da versão vigente. Página 7.

Nas páginas 8, 9 e 10 você vai encontrar uma entrevista com o educador Luiz Osvaldo Leite, atualmente professor do Instituto de Psicologia, do qual já foi diretor. Entre outros cargos públicos, Leite já exerceu a presidência da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

Um pesquisador do Departamento de Botânica promove a classificação de plantas de diversas regiões do Estado e do Sul do Brasil, oferecendo subsídios para a área da saúde, da arquitetura e do paisagismo. Página 11.

O Salão de Extensão, em sua terceira edição, tem como tema central a Identidade e a Diversidade. Conferências, minicursos, mostra virtual e atividades culturais se desenvolvem de 17 a 25 de março. Página 12.

Enquanto isso, o 13º Salão de Iniciação Científica e a 10ª Feira de Iniciação Científica bate recordes em número de trabalhos inscritos e abre espaço para estudantes dos demais países do Mercosul. Página 13.

Um projeto idealizado pelo Instituto de Letras vem sendo recebido com entusiasmo por estudantes e profissionais de diversos países. É o Programa de Português para Estrangeiros, criado em 1994 e que já ajudou cerca de 500 pessoas a falar a nossa língua. Página 15.

Na última página, o perfil da artista plástica Alice Soares, que há quase oitenta anos vem registrando, delicadamente, rostos de menina em *crayon* sobre papel. Boa leitura.

ESPAÇO DA REITORIA

Momentos marcantes do nosso cotidiano

WRANA MARIA PANIZZI
Reitora

Quatro eventos de grande importância para a Universidade tiveram lugar nas últimas semanas. Nos dias 27 e 28 de fevereiro, realizou-se mais um seminário de gestão interna, reunindo quase uma centena de dirigentes da UFRGS – pró-reitores, vice-pró-reitores, diretores e vices de unidades, secretários e outros responsáveis pela administração da Universidade. A realização sistemática desse seminário, desde 1997, tem grande importância para todos nós. Pensamos que uma das melhores maneiras de responder aos questionamentos que surgem no seio da sociedade a propósito da razão de ser das universidades públicas é enfrentar com vigor seus problemas internos. Foi isso que fizemos em no último seminário de gestão, quando também tratamos do planejamento de nossas atividades para o período letivo 2002, que se inicia no mês de junho.

Entre os dias 11 e 15 de março, realizaram-se o 13º Salão e a 10ª Feira de Iniciação Científica. Poucos dias depois, entre os dias 17 e 20 de

março, a UFRGS foi palco de outro importante evento, o III Salão de Extensão. Participaram destas atividades centenas de estudantes, técnicos, professores e pesquisadores, de diferentes universidades, vindos inclusive de países vizinhos.

Cabe lembrar que tanto o Seminário Interno de Gestão quando a Feira e os Salões, embora momentos marcantes da nossa vida universitária, são atividades que fazem parte do cotidiano da UFRGS. Por causa da longa greve ocorrida no segundo semestre do ano passado, vivemos hoje um calendário atípico. Mas não por isso deixamos de cumprir todos os compromissos, tanto no que diz respeito ao desafio de tornar mais eficientes nossas atividades administrativas quanto àquilo que dá legitimidade à defesa da universidade pública. A sociedade quer que as universidades públicas, na medida em que são financiadas pelo Estado, sejam ao mesmo tempo herdeiras e vetores da renovação de um patrimônio cultural, científico e tecnológico por todos considerado estratégico para o desenvolvimento das nações; e a comunidade universitária sabe que, no presente quadro histórico, somente terão vez as instituições que souberem responder a tal expectativa.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Nôrberto Hoppen
Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Jaime Eivaldo Fensterseifer
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Fernando Setembrino Cruz Meirelles
Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Sérgio Nicolaiewski
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Secretaria de Assuntos Estudantis
Mária Beatriz Araújo Brito Galarraga
Procurador-geral
Armando Pitrez

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasi

Jornal da
Universidade

Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

Editor-chefe - Clóvis Ott

Editora executiva - Ida Stigger

Editores assistentes - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca

Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten, Laís Chaffé e Sônia Torres

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati

Produção - Rita Silveira

Home Page - Marcelo da Silveira

Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

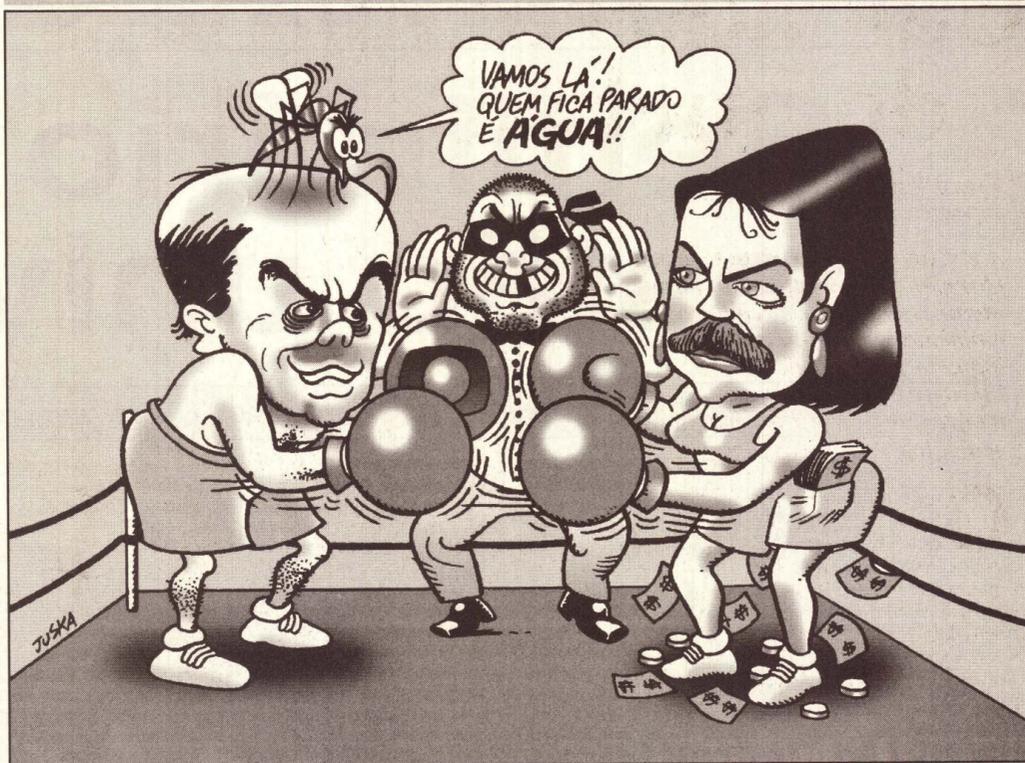
Colaboraram nesta edição - Francisco Juská, Léo Hartmann, Marilise Brittes e Vera de Oliveira

Circulação - Luiz Ricardo de Andrade
cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rosâne Vieira

Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos

Fotolitos e impressão - Companhia Riograndense de Artes Gráficas



Mulheres negras na luta pela igualdade na diversidade

VERA ROSANE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Departamento de Desenvolvimento Social/Prorext

Gostaria de trazer a temática pertinente à situação das mulheres negras como a "reoxigenação" de sua organização, principalmente em nossa categoria, em que a maioria esmagadora é de mulheres e negras, considerando a própria constituição histórica do serviço público. Em um primeiro momento, pode parecer estranho escrever especificamente sobre mulheres negras, principalmente para o 8 de março, que se caracteriza enquanto bandeira histórica construída pelo movimento feminista. Ou, ainda, poderia se recair na velha polêmica que coloca as mulheres negras como não incorporando para si as discussões históricas do feminismo.

Contudo, se por um momento colocarmos de lado esses elementos e percebermos que, na constituição da forma negra de ver o mundo, as mulheres são a centralidade deste – pois trabalha com a diferença enquanto "papéis" constituídos e não como superioridade ou subordinação da diferença na construção social – esta contraposição ao feminismo não se justifica. Mesmo não tipificadas como "istas ou outros termos que venhamos a escolher", as mulheres negras possuem prerrogativas na discussão do machismo, visto que são as que mais sofrem as consequências deste processo nefasto. Se olharmos por outro ângulo, veremos que a diferença, no caso de gênero, só tem sentido através da necessidade de dominação e exploração como instrumentos de inferiorização criados pelo capitalismo.

Poderíamos trazer à luz vários fatos da história que demonstram o quanto as mulheres negras estiveram à frente dos processos de luta e organização na resistência do povo negro. No entanto, prefiro apenas salientar que, a lógica dos afro-descendentes – que é matrilinear não por denominação cultural, mas sim pela realidade histórica – coloca as mulheres negras em uma posição de centralidade na constituição da organização social, visto que cabe a elas a manutenção e o gerenciamento familiar e da coletividade. E esta centralidade é oriunda da visão de mundo africana, que trabalha com a circularidade das relações e da interação com a natureza, e do processo de escravidão, no qual todos, apesar de desempenharem tarefas diferenciadas, encontravam-se na mesma condição de subjugação e subordinação, tendo assim uma visão mais ampla do papel da mulher.

Este seria o mais "simplório" dos argumentos a ser utilizado para enfatizarmos a importância que as mulheres negras têm para o povo negro. E, com isto, não estamos dizendo que os homens da raça negra não são machistas ou não reproduzem os maniqueísmos de dominação incutidos pelo sistema. Salientamos apenas que, na visão de mundo africano e na condição histórica construída, as mulheres têm uma importância simbólica e real diferente da cosmologia europeia, que é branca, machista e excludente.

Se continuássemos nesta linha de análise, teríamos "muito pano pra manga", mas optei por utilizar como base para este diálogo com as companheiras e companheiros não teses ou teorias de alguém que pesquisa, trabalha e milita sobre este assunto, mas elementos como os que são simbolizados por Chico César em sua música *Mama África*.

CARTAS

Questão Palestina

Li com atenção os artigos dos professores Francisco Rüdiger (Solução Final para o problema palestino?), no JU de outubro, e Jacques Wainberg (O judaísmo árabe e o boicote à paz), no JU de novembro. Saúdo o jornal por ouvir os dois lados. Acho que os palestinos têm todo o direito a um lar, como qualquer povo, que apenas deseja uma pátria e viver em paz. Também entendo que os israelenses não podem estar submetidos a um constante sobressalto, à espera de um ataque a bomba. A situação atual, e desde sempre, serve a interesses outros, alheios ao palestino ou israelense comuns, vítimas de um sistema em que vale mais um cifrão que uma vida. Também tenho acompanhado, atentamente, o noticiário enviado dessa sofrida região. Bem, aí acho que Israel está exagerando. Basta comparar a violência das ações que têm sido desenvolvidas pelo exército israelense e o balanço do número de mortos e feridos no conflito, principalmente crianças. Além disso, não será confinando e humilhando Yasser Arafat em seu próprio território que Ariel Sharon ajudará a encontrar uma solução equânime para um problema que não depende de tanques nem de ataques suicidas.

Arnaldo Bergmann de Freitas
Advogado, Porto Alegre

Chora Argentina

Espero que a situação em que se encontra atualmente a Argentina sirva de alerta para o Brasil. Acreditar na sinceridade das propostas do Fundo Monetário Internacional e nas balelas do capital internacional dá nisso. A Argentina vendeu quase tudo o que tinha e desmontou sua própria indústria. Agora sofre. E não se pode sequer imaginar o quanto vai lhe custar a reversão desse quadro. Se é que isso é possível.

Antonietta Strázulas de Cândido
Aposentada, Canoas

Capitalismo fracassa

Aproveito a seção de cartas deste jornal para fazer um breve comentário sobre o II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro. Assisti grande parte dos acontecimentos através da excelente cobertura feita pela TVE, inclusive uma palestra feita em conjunto pelo francês Michel Loewy e pelo brasileiro Frei Betto. Eles foram rápidos e exatos ao fazerem uma apreciação sobre o momento histórico que vivemos. Frei Betto, a certa altura, disse com toda a clareza que não se pode confundir o socialismo com a experiência fracassada do leste europeu. E que, se essa experiência não deu certo em 70 anos, o capitalismo, que nos vem sendo imposto há 200 anos, também fracassou, pois, dos seis bilhões de habitantes no pla-

"Mama África
A minha mãe é mãe solteira
E tem de fazer mamadeira todo dia
Além de trabalhar como empacotadeira nas Casas Bahia"

Ou seja, falar das mulheres que efetivamente sabem que todos os dias são dias de mulheres, de homens, de luta e de labuta, e por isso, sabem também que, se optarmos por algum tipo de classificação da exploração, temos primeiro os homens brancos explorados, depois homens negros, após mulheres brancas e por fim as mulheres negras. Não que isto seja mérito para qualquer tipo de exploração, mas apenas como constatação que neste processo de exclusão e domínio social as mulheres negras são válvula de escape dos explorados(as).

Hoje com a discussão da pós-modernidade – em que o "diferente", o "outro", é visto enquanto legítimo e não mais como um ser sem "alma", passível de ser levado à fogueira – devemos procurar este "outro" como pessoas que têm gênero, raça e opções diferenciadas. Sabemos que por milênios uma sociedade inteira viveu e conviveu com a diferença de gênero, com papéis diferenciados e não em sobreposição de importância de um ao outro. Pois a essência da visão de mundo africano é a circularidade como elementos que se combinam e se complementam e não se contrapõem sobre uma lógica de dominação ou competição. Porém, com a incorporação do sistema capitalista, a própria África "esqueceu" seus valores constitutivos.

Bueno, com todas as constatações que poderíamos fazer, vale ressaltar que estas questões encontram-se na ordem do dia, principalmente pelo fato do movimento das mulheres negras começar a perceber que nossa questão encontra-se voltada para bandeira trazidas pelo movimento feminista, mas que não se reduz a elas. Este fato não nos permite assumir o movimento feminista por si só, pois pertencemos à classe trabalhadora e dentro dela somos o setor mais excluído e explorado. Por isto, nossas bandeiras são mais amplas, são da gênese da sobrevivência e traduzem a unidade com todos os trabalhadores e todos os setores excluídos.

Com este entendimento, a formação do Fórum Nacional de Mulheres Negras, em agosto de 2001, a partir do 3º Encontro Nacional de Mulheres Negras, é central na luta por uma sociedade socialista, igualitária e sem exploração. Nos cabe primordialmente fomentar estas discussões em nossa categoria, em cada setor de trabalho, visto que nós, mulheres gaúchas, realizamos em julho de 2001 o Fórum de Articulação de Entidades Negras do Rio Grande do Sul, em parceria com a Coordenadoria da Mulher/RS e apoio da Pró-reitoria de Extensão/UFRGS. E realizamos o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, que contou com a participação de mais 200 mulheres trabalhadoras, desde faxineiras, donas de casa, sindicalistas, estudantes, professoras, desempregadas, servidoras públicas. Enfim, estamos caminhando para a construção de uma Coordenação Estadual de Mulheres Negras que aglutine as companheiras do movimento negro, popular e sindical na perspectiva da luta e da construção de uma nova sociedade sem "ismos", com respeito às diferenças e sem exploração de gênero de raça ou de qualquer outra ordem.

neta, quatro bilhões vivem mal e um bilhão está morrendo de fome, enquanto as florestas são devastadas, e a terra, o mar e o ar estão poluídos. Dizer mais, pra quê?

Arivaldo Fantinati dos Reis
Secretário, Porto Alegre

Alagamentos

Olá. Sou engenheiro civil, mestre por esta universidade, do que muito me orgulho, e servidor público municipal na cidade de Canoas. Gostei muito de um artigo da jornalista Arlete Kempf publicado na edição de dezembro passado, que versava sobre alagamentos urbanos. Atualmente, Canoas sofre com esse problema que vem se agigantando com a dita evolução urbana, com ondas de capeamento asfáltico e a quase inexistente manutenção das redes pluviais. Pergunto-lhes: posso me utilizar desse artigo e dados publicados nele para elaborar uma matéria a ser enviada ao Diário de Canoas, alertando a população e os governantes (que raramente dão ouvidos aos técnicos) sobre assunto de tão grande importância? Existe alguma restrição ou "direito autoral"? Agradeço-lhes antecipadamente pela resposta e novamente registro meu apreço por essa instituição.

Paulo Roberto Jorge
Engenheiro, Canoas

Não há restrição, desde que a fonte seja citada.

Cuidados ambientais marcam a obra do anel viário do Campus do Vale

ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

A construção da estrada teve seu planejamento modificado, para incluir sugestões de relatório ambiental objetivando minimizar o impacto sobre o relevo, a hidrografia, a fauna e a flora da área, integrante do complexo ecológico do Morro Santana.

O trabalho conjunto da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura e do Centro de Ecologia da UFRGS mostrou que é possível aliar a otimização do investimento com a minimização do impacto ambiental na construção da via que completará os acessos às unidades instaladas no Campus do Vale. Somando suas competências, os dois órgãos viabilizaram, no final do ano passado, o licenciamento requerido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. E já no início de fevereiro, as obras puderam ser iniciadas, com previsão de término no final de agosto.

Dentre os cuidados ambientais incorporados ao projeto estão alguns desvios no traçado original. Na parte alta, para preservar um trecho de mata nativa nobre. No início do anel, uma aproximação de pistas, para não comprometer um dos arroyos próximos à via. Também foram incluídas medidas compensatórias, como o resgate de espécies arbóreas nativas, para posterior replantio em áreas a serem recuperadas; o transplante de uma figueira, que está incluída entre as árvores imunes ao corte, por lei; redutores de velocidade para evitar o atropelamento de animais da mata circundante; e o acompanhamento das obras por um biólogo.

Todo o processo que culminou com a obtenção do licenciamento é celebrado como um bom exemplo do cumprimento do dever de casa. Por um lado, a Universidade se ajusta à legislação e, por outro, coloca em prática aquilo que ensina a seus alunos no campo da preservação ambiental e prega institucionalmente, na sua participação na sociedade.

HISTÓRICO

A conclusão do anel viário do Campus do Vale foi viabilizada graças a uma permuta, acordada há quatro anos, entre a Universidade e o Governo do Estado, envolvendo um hospital de propriedade da UFRGS, em Bento Gonçalves, e o financiamento da obra. O projeto inicial do anel foi elaborado pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), do Governo do Estado, que encaminhou o pedido de licenciamento ambiental, equivocadamente, à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), quando o órgão credenciado seria, no âmbito da Capital, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam).

Na liberação do projeto junto à Prefeitura Municipal, já tendo a Universidade assumido a responsabilidade pela obra, a Smam solicitou estudos ambientais complementares. Foi aí que começaram os contatos entre o Departamento de Projetos de Obras da Pró-Reitoria de Infra-Estrutura e o Centro de Ecologia da UFRGS. Verificou-se que o relatório ambiental encomendado pelo Daer era genérico e não atenderia os requisitos da Smam. Em decorrência, o estudo ambiental foi refeito por uma equipe técnica do Centro de Ecologia, integrada pelo professor Heinrich Hasenack e o biólogo José Luís Passos Cordeiro. "Juntamos as especificações técnicas de engenharia e o conjunto de informações e estudos que o Centro de Ecologia já possuía sobre o Morro Santana. Com base nesses dados fizemos algumas sugestões de modificação do projeto original", relata o professor Hasenack.

O engenheiro responsável pelo projeto especial do Anel Viário, Pedro Saul Almeida, do Departamento de Projetos e Obras, explica que o projeto tem suas origens nos primórdios de implantação do campus, quando foi feito um plano diretor, pelo arquiteto Severo Crestani, há cerca de 20 anos. "O novo anel aproveitou bem mais o



A figueira, à esquerda, será transplantada. Desvio respeitou também este pinheiro centenário

traçado do plano diretor, que já foi feito com uma certa consciência ambiental naquela época", afirma. Segundo Almeida, as alterações introduzidas pelos técnicos da UFRGS no projeto recebido do Daer foram fruto de um cuidado ambiental maior. "A preocupação técnica se resumiu a duas coisas: escolher o melhor traçado para resultar no menor impacto e minimizar o custo de movimento de terra, evitando remoções desnecessárias. Nós simplesmente colocamos essa consciência, que não existia, e a obra está aí", conclui.

O relatório ambiental foi apreciado em audiência pública, realizada no anfiteatro do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), em novembro do ano passado. O projeto que incorporava as alterações em favor da maior preservação dos meios físico e biótico foi aceito pela Smam. A partir daí, começaram a ser realizadas duas tarefas, previstas no relatório e necessárias para a licença de instalação: o resgate das mudas de espécies arbóreas existentes no traçado da via e um plano para o seu posterior replantio, sob a supervisão de um biólogo.

As mudas foram identificadas e marcadas pelos biólogos Eduardo Dias Forneck e Rafael Garziera Perin, alunos do Programa de Pós-Graduação do Centro de Ecologia, extraídas pelo pessoal da empresa construtora e armazenadas para aclimação. Aguardam o final do inverno para o transplante. Estamos buscando um local adequado às suas características. Provavelmente serão utilizadas na recuperação de áreas degradadas. Há também uma figueira, de cerca de três metros de altura, que por ser espécie imune ao corte, está recebendo tratamento especial para ser transplantada. Todo esse processo está tendo o acompanhamento de Eduardo Forneck, biólogo responsável por essa parte do projeto. Para o transplante da figueira, que envolve uma grande retirada de terra, será contratada uma das empresas que atuou na remoção das árvores da avenida Carlos Gomes, nas obras da III Perimetral, informa o engenheiro Almeida.

Na parte baixa, a mata nativa

abriga uma araucária de grande porte. Embora não seja originária da região, foi plantada há dezenas de anos e hoje também está entre os espécimes imunes ao corte.

ALTERAÇÕES

Para elaboração do relatório ambiental foram levantados aspectos físicos, como relevo, geologia e hidrografia e aspectos bióticos, como vegetação e fauna do Morro Santana. Na avaliação do traçado do novo trecho do anel viário, foram utilizados critérios referentes à declividade, proximidade da rede de drenagem e vegetação. Mapas foram gerados mostrando os locais menos apropriados para a passagem da estrada, de acordo com esses critérios. Assim, pontos de maior declividade, maior proximidade da rede de drenagem e maior grau de conservação e riqueza da vegetação foram considerados menos aptos. Um mapa síntese de aptidão indicou o melhor caminho para o novo trecho. Na sua maior parte, o caminho coincidiu com o projeto. Nas partes não coincidentes, o relatório sugeriu um traçado alternativo.

A preservação de um trecho de mata nativa na parte alta do anel exigiu um desvio de 15 metros da estrada. Nesse trecho de mata encontram-se dois exemplares de canela preta (*Ocotea catharinensis*), espécie arbórea também imune ao corte. O professor Hasenack lembra que há registros indicando a derrubada total da mata do Morro Santana, na década de 40. "Há fotos tiradas da Agronomia, nessa época, que mostram o morro completamente pelado", diz. A vegetação recuperou-se posteriormente em várias áreas. "É justamente nas partes mais íngremes, junto aos talvegues (fundos dos vales, entre duas encostas, que concentram água temporária ou permanentemente), onde a mata está mais desenvolvida e há maior diversidade de fauna", informa. A alteração do traçado poupará uma área de mata considerada valiosa, "por encontrar-se num estágio de desenvolvimento mais avançado, razão pela qual foi considerada prioritária na conservação", explica Hasenack.

Na parte inicial do anel, onde partem as duas vias de acesso ao trecho novo, também houve um pequeno deslocamento no traçado. No local, a estrada passa entre dois córregos. Uma das vias foi acomodada mais ao meio, para não ficar tão junto dos arroyos. Pela necessidade de maior largura para manobras, os tratores utilizados na obra promoveriam danos à área contígua aos cursos d'água. A extensão dessas duas vias também foi

diminuída, o suficiente para permitir sua acomodação em quatro pistas, na base do anel.

Para a fauna da mata – lagartos, gambás, tatus, ouriços, cobras e até aves com hábitos terrestres, como o inambuquauçu, entre outros – a estrada se apresenta como barreira perigosa a ser transposta, nos seus deslocamentos, diz o biólogo José Luís Passos Cordeiro. A fim de mitigar o risco de atropelamentos, o relatório ambiental sugeriu redutores de velocidade. Sob a forma de tachões fixos no piso de rolamento, os redutores promoverão o estreitamento da pista na entrada da mata, em dois pontos, forçando maior atenção dos condutores de veículos e conseqüente redução de velocidade, informa o engenheiro Pedro Saul Almeida.

Outra providência envolvendo proteção à mata refere-se aos cortes de terra necessários à abertura da pista, explica Almeida. Para evitar ampliação da faixa de domínio e conseqüente avanço sobre a mata, em determinados trechos, as calçadas serão tetiradas de um lado da pista. Essa manobra permitirá maior ângulo para a fixação dos barrancos com a cobertura de leivas de grama, sem que se roube mais espaço da mata.

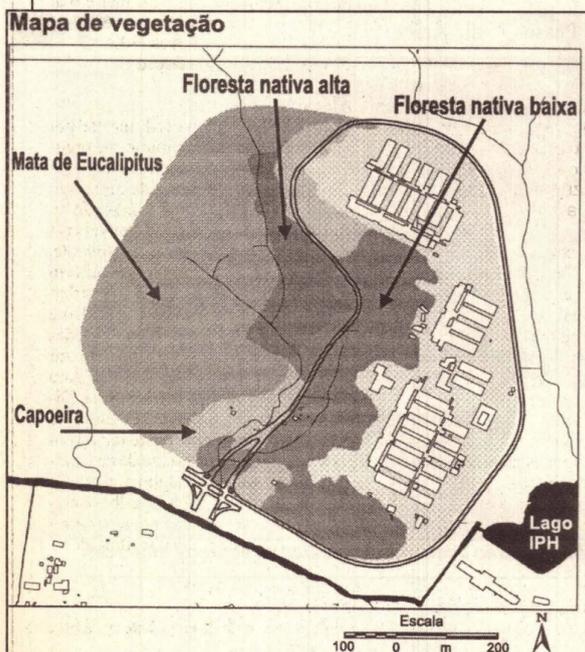
MARCO

O processo envolvendo o licenciamento ambiental é considerado um marco de referência a indicar uma mudança de atitude e de consciência envolvendo o plano administrativo e acadêmico da Universidade. "Foi um crescimento para todos", afirma a diretora do Centro de Ecologia da UFRGS, professora Maria Teresa Raya Rodriguez, mencionando o fato de que, pela primeira vez, a Universidade vivencia a experiência de elaborar um relatório ambiental para adequar-se à legislação. Ela ressalta "o comprometimento da parte técnica que realmente internalizou essas necessidades e permitiu o acordo". Os esforços feitos – diz – "foram no sentido de compor uma alternativa econômica, ambientalmente correta e de agrado dos usuários e comunidade".

Na visão de Maria Teresa, os resultados indicam coerência entre teoria e prática no papel da Universidade como formadora de recursos humanos. "Tanto nas disciplinas da graduação, como da pós-graduação, ensinamos a fazer o licenciamento ambiental em obras que modificam o meio ambiente, incluindo avaliação de impacto e proposição de medidas compensatórias. Nesse caso, por felicidade, pôde-se efetivamente colocar em prática aquilo que teoricamente se ensina, em um projeto da Universidade, inclusive com alunos participando do trabalho."

O mesmo aspecto é apontado pelo professor Hasenack, em outra perspectiva. Lembra que a Universidade há muitos anos tem seus representantes no Conselho Municipal do Meio Ambiente, manifestando-se com rigor, no sentido de exigir os cuidados ambientais devidos nos projetos apreciados naquele órgão. Ao tornar-se a Universidade também objeto da exigência legal, sobrevieram opiniões divergentes, diz ele, mas no final prevaleceu o compromisso com o meio ambiente. "Tomara que, além de ser o primeiro, seja um bom exemplo de um trabalho conjunto para outros projetos", manifesta.

O professor Hasenack vê o Morro Santana como um grande patrimônio natural que também merece uma campanha de preservação, juntando as forças da Universidade e do Município. Uma parte dos 600 hectares de área do Morro pertence à UFRGS. "Sabemos que ocorrem incêndios, invasões, até prática de motocross na mata", lamenta. Um plano de conservação da área poderia buscar recursos internacionais, a fundo perdido, acredita ele, delimitando-se as áreas de preservação e as áreas de uso aberto à população, para trilhas de caminhada, ecoturismo, aulas práticas e visitas ao Observatório Astronômico da UFRGS. "Precisamos começar a pensar uma solução, da mesma forma que já conseguimos solução para uma parte dos prédios históricos, que de maneira louvável está se procurando recuperar e conservar. O patrimônio ambiental tem pelo menos o mesmo valor. Não existe área contínua de tamanha extensão como essa, no meio de uma área urbana, em qualquer outra metrópole, no País", arremata.



ESPECIAL

UFRGS promove seminário para discutir gestão interna

●CARLA FELTEN
Jornalista

Enquanto as universidades públicas lutam para ampliar o número de suas vagas, diminuir o aporte do governo à educação, e o crescente volume de estudantes aptos a ingressar no ensino superior provoca uma corrida às instituições particulares

As universidades federais vêm sendo cada vez mais pressionadas por uma demanda crescente de interessados em ingressar nos cursos que elas oferecem. Abrir novas vagas e ocupar as vagas ociosas existentes tem sido um desafio enfrentado também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que oferece quatro mil vagas ao ano e forma 60% deste total. Um exemplo é o curso de Economia, que a cada semestre recebe 70 alunos e forma 40.

Por outro lado, vem diminuindo o aporte do governo destinado à educação, o que obriga as universidades a se adaptarem a recursos enxutos. Para discutir estas e outras questões, como gestão acadêmica, de pessoal e de recursos materiais, a UFRGS promoveu o Seminário Interno de Gestão, nos dias 27 e 28 de fevereiro, na Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs), com a participação de cerca de 90 integrantes da administração central e das direções de unidades de ensino.

A idéia do seminário é tributária das discussões feitas a partir de 1997, que abordavam temas como o projeto de autonomia e o financiamento do ensino superior público. O Seminário UFRGS Século 21, Compromissos e Ações marcou esta nova fase, promovendo debates que enfatizaram as grandes mudanças dos tempos atuais e a necessidade de a Universidade recuperar seu papel de vanguarda, antecipando-se às exigências da sociedade.

UNESCO

Novas idéias e informações trazidas de encontros anteriores, em âmbito internacional, também contribuíram para a discussão de um plano de gestão interna. Um desses encontros foi realizado em outubro de 1998, quando a reitora da UFRGS, Wrana Maria Panizzi, representou o Grupo de Montevidéu na Conferência Mundial sobre Ensino Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas (Unesco), em Paris.

Wrana foi convidada a realizar uma intervenção na comissão de Gestão e Financiamento, uma das mais polêmicas e concorridas do encontro. Da conferência, saíram três fundamentos. Primeiro, o de que a educação superior é estratégica para o desenvolvimento das nações. Segundo, que a educação superior é direito de todos. E por último, que a educação superior é dever do Estado.

Também em 1998, a reitora participou do encontro Universidade, Globalização e Identidade Ibero-americana, em Córdoba, na Argentina. Lá, debateu-se mais uma vez a qualidade e a pertinência do ensino. O encontro reuniu representantes da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), da Divisão de Educação Superior da Unesco, do Instituto Internacional de Educação Superior da América Latina e Caribe, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes) e demais entidades da educação superior dos continentes participantes.

No ano seguinte, mais de duas mil pessoas de 150 países, entre ministros de estado, representantes de organizações intergovernamentais, não-governamentais, reitores, professores e pesquisadores reuniram-se em Budapeste, Hungria, na Conferência Mundial sobre Ciência para o Século 21, promovido também pela Unesco. A conferência de Budapeste originou uma declaração sobre a ciência e uma agenda de ações.

As conclusões foram repassadas aos cientistas latino-americanos ainda em 1999, quando a UFRGS, em conjunto com a AUGM, Unesco, secretarias estaduais da Ciência e Tecnologia e de Educação, realizou, em Porto Alegre, o Seminário Internacional Universidade e Ciência na América Latina - A Ciência para o Século 21.

Para Wrana, estas discussões são de grande importância. "Elas têm provocado as universidades a pensarem no seu papel a partir de uma reflexão do projeto acadêmico. É isto que a Universidade vem fazendo de forma intensa, reunindo dirigentes, chefes de departamentos, câmaras, os conselhos superiores e a comunidade", diz a reitora.

Ela lembra que o Seminário Interno de Gestão é uma continuidade do que já vem sendo discutido, com a intenção de chamar a sociedade a repensar o projeto acadêmico e a construí-lo, sem deixar de respeitar as especificidades das diferentes áreas de conhecimento. "Queremos, cada vez mais, legitimar uma proposta de projeto acadêmico, analisando todos os seus limites e possibilidades a partir do que existe de políticas e desafios internos e externos. Este seminário foi uma demonstração da disposição das diferentes



José Nagib Árabe, UFRGS

unidades e faculdades de trabalharmos em conjunto", afirma a reitora.

O vice-reitor da UFRGS, José Carlos Ferraz Hennemann, também aposta em resultados futuros. "Uma reunião deste tipo é importante para viabilizar a participação e contribuição de todos os responsáveis atuais pela gestão da Universidade e, certamente, terá desdobramentos com vistas a um projeto da Universidade para os próximos anos", prevê.

Segundo Wrana, a Universidade precisa repensar sua forma de organização interna, criando mecanismos que facilitem a análise das propostas elaboradas e discutidas. Por outro lado, é preciso que se desenvolva uma política que valorize as universidades públicas, destinando-lhes mais recursos financeiros e humanos visando a melhoria de suas instalações físicas e abertura de novas vagas para professores e técnicos-administrativos. "As vagas que foram abertas estão muito abaixo de nossas necessidades", diz Wrana.

SISTEMATIZAÇÃO

Do ponto de vista de política interna, a reitora ressalta a importância de uma avaliação sistemática do desempenho da Universidade. Para isso, é preciso que se faça uma análise aprofundada do processo de evasão e da expansão de vagas nos cursos noturnos, avaliando os horários, a distribuição de cursos e de pessoal. Além disso, ela aposta no interesse coletivo. "É preciso que haja também uma política que vá além da reitora, da administração central, dos diretores, e perpasso o conjunto da Universidade", defende Wrana.

O Seminário Interno de Gestão contou com os palestrantes José Nagib Árabe, pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Gilberto Aquino Benetti, assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia e ex-reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); professora Maria Beatriz Luce, da Faculdade de Educação da UFRGS; pró-reitor-adjunto de Pós-graduação da UFRGS, Jaime Fensterseifer; e do procurador-geral da Universidade, Armando Pitrez.

COLETIVO

Coube à professora Maria Beatriz Luce, da Faculdade de Educação, discutir a gestão acadêmica. Para ela, é importante que se pense em gestão como uma tarefa de relações interpessoais, baseada num trabalho de construção de significados e idéias. "É a construção do coletivo que leva a um bom resultado numa gestão", avalia. Para uma platéia atenta, Maria Beatriz ressaltou a importância do trabalho em grupo. "Mesmo com as facilidades que temos hoje em nossos gabinetes, como telefone e correios eletrônicos, não podemos abrir mão dos momentos de reuniões, discussões, de que cada um exponha o seu ponto de vista."

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

al de Nível Superior (Capes) e que irá formar profissionais de forma institucional e global. O Programa de Qualificação Institucional (PQI) começa a ser implantado este ano e prevê um projeto de cooperação entre as universidades, que passarão a enviar e receber docentes. "Este programa estimulará o intercâmbio cultural e a cooperação entre instituições de ensino. Também incentivará a atividade de pesquisa a alavancar a produção científica, novos cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa", diz Fensterseifer.

Para ele, o PQI resolverá uma série de problemas que programas de fomento anteriores não conseguiram solucionar. Um deles será o de se pensar em termos coletivos. "A qualificação dos docentes era feita de forma individual. Muitos temas escolhidos não eram prioritários ou não faziam parte de um projeto institucional. Com o PQI, teremos uma nova situação", acredita.

Um quarto item levantado durante o encontro, entre a administração central e os dirigentes das unidades, foi o dos recursos materiais, como equipamentos e salas de aulas. A idéia é que se comece a pensar cada vez mais neste assunto como termos estratégicos para a Universidade. "A relação de ensino entre professores e alunos ainda está muito centrada na fala e na escrita. A expansão dos recursos materiais começa agora a ser pensado estrategicamente dentro do projeto acadêmico", conta Maria Alice.

VAGAS

Colher experiências bem-sucedidas também foi um dos objetivos do encontro. Um exemplo apresentado é o trabalho que vem sendo desenvolvido há pouco mais de dez anos e que vem dando bons resultados: o reaproveitamento de vagas ociosas na UFMG. Em 1990, novas normas acadêmicas passaram a vigorar na Universidade. Elas previam a desocupação de vagas dos alunos fantasmas - estudantes que não frequentavam os cursos ou deixavam de fazer a matrícula. "Criamos mecanismos para substituir estes alunos ociosos por outros, dispostos a estudar", diz José Nagib Árabe.

Segundo o pró-reitor, os critérios adotados pela UFMG são muito simples, mas de grande eficácia. Hoje, a média de alunos que se forma na UFMG é de 90%, um crescimento de 10% se comparado aos anos anteriores. Os números impressionam. No Brasil, a média nas universidades federais é de 70%. "Temos por princípio que todas as vagas ociosas devem ser preenchidas. Com isto, conseguimos manter os cursos sempre com uma ocupação razoavelmente alta."

Uma das medidas adotadas é que o aluno que não se matricula em um semestre automaticamente perde a vaga. Se for infrequente em todas as disciplinas nas quais está matriculado, também. O desempenho acadêmico é igualmente levado em conta. O estudante não pode ter um desempenho acadêmico das notas inferior a 20% por três semestres.

Duas vezes por ano, são oferecidas novas vagas em alguns cursos, durante um processo seletivo: reopção (transferência interna de curso), rematrícula (aluno que já foi da UFMG e volta ao mesmo curso) e obtenção de novo título (aluno já formado que pretende fazer um novo curso). "Não basta reofertar vagas e colocar obstáculos muito grandes para o preenchimento delas, porque continuaríamos com vagas ociosas", explica Árabe.

Segundo ele, tão importante quanto o aluno entrar na universidade é poder mantê-lo lá dentro. Na UFMG, cerca de 40% dos estudantes são de classe baixa e passam por dificuldades financeiras. Para dar suporte a esses alunos, existe a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP). A fundação foi criada em 1932 para dar apoio socioeconômico a alunos carentes. Cerca de 5 mil alunos contam hoje com a FUMP e dispõem de assistência médica, assistência odontológica, moradia estudantil, auxílio-transporte, financiamentos e empréstimos. "Com isso, conseguimos que alunos que não teriam condições de permanecer fiquem na universidade. Estudos mostram que estes estudantes têm um ótimo desempenho", diz Árabe.



Seminário discutiu questões como gestão acadêmica, pessoal e recursos materiais

Situação das universidades federais é vista com cautela

→ **Gastos com a educação vêm sendo enxugados pelo governo federal, o que dificulta a abertura de vagas. Enquanto isso, o ensino particular se expande rapidamente: nos últimos seis anos, houve um aumento de 86% das escolas particulares cresceram 86% contra 33% das federais**

O assessor do Ministério de Ciência e Tecnologia olha com cautela a situação das universidades federais no país, hoje. Segundo ele, a questão orçamentária preocupa. Cada vez mais, o governo vem enxugando os gastos com a educação, o que torna difícil a abertura de novas vagas. Segundo Gilberto Aquino Benetti, o ensino particular vem se expandindo rapidamente. Nos últimos seis anos, houve um aumento de 86% das escolas particulares contra 33% das federais. Os números, hoje, são: 2 milhões e 700 mil matrículas no ensino superior, sendo que 1 milhão e 800 mil são do ensino particular. Dos 900 mil que sobram da conta, 480 mil estão no sistema federal. "O ensino particular vai crescer livremente se não forem criadas regras mais rígidas de controle de qualidade de ensino. Gente para sentar nos bancos das universidades terá aos borbotões", avalia Benetti.

Para ele, o dado mais preocupante é o número crescente de pessoas que prestam vestibular. Em 2000, as universidades federais tiveram 1 milhão e 117 mil candidatos inscritos. Foram oferecidas 120 mil vagas. O crescimento dos cursos de segundo grau, segundo Benetti, vem contribuindo para estas estatísticas. Todos os anos, 2 milhões e 300 mil alunos obtêm diplomas. "Vamos ficar numa situação explosiva. Se admitirmos que apenas 25% destes alunos se inscrevam numa federal, chegarão quase 600 mil novos candidatos", calcula.

A pergunta que se faz é: por que não se promove um aumento de 10% a 20% de vagas ao ano? A resposta, segundo Benetti, é que os recursos orçamentários dados pelo governo não acompanhariam este crescimento. Para se ter uma idéia, em 2002, o governo gastará com o sistema federal de ensino superior R\$ 7,5 bilhões. A maior parte desse dinheiro será destinada ao pagamento de pessoal, sobrando R\$ 500 milhões para os gastos gerais.

Buscando novas alternativas para obtenção de recursos, as universidades, hoje, fazem prestação de serviços, consultorias e convênios. "A universidade federal deve continuar investindo na qualidade de ensino, mas precisa buscar alternativas para a abertura de novas vagas", afirma Benetti.

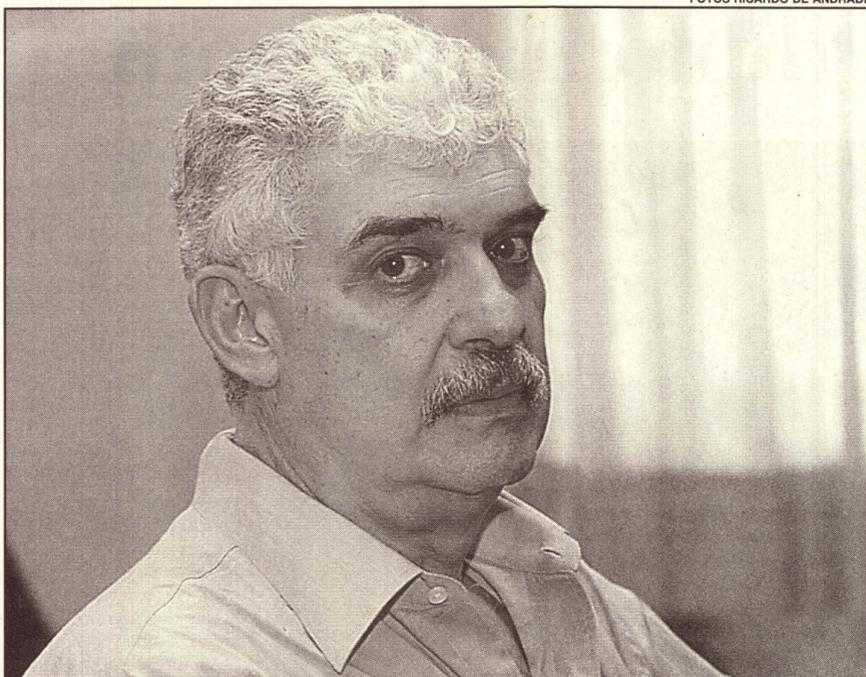
A parceria com empresas é uma boa saída. Para ele, o Brasil não é um país competitivo comercialmente. "Formamos muitos doutores e fazemos bastantes pesquisa, mas hoje 90% dos nossos cientistas estão dentro das universidades e dos órgãos públicos. Tecnologia e inovação se fazem é dentro de empresas ou dentro de institutos ligados a empresas."

Segundo Benetti, o número de patentes no Brasil ainda é muito baixo. O país gerou no ano passado cerca de 2.000 patentes. A Coreia, por exemplo, gerou 20 mil. Lá, 60% dos pesquisadores estão trabalhando dentro de empresas e 40%, nas universidades. "Ninguém inventará uma nova tecnologia por diletantismo. Vai inventar para que seja aplicada e vendida. E a inovação nasce da necessidade de se ser competitivo. Isto não compete à universidade. A função das instituições de ensino é produzir ciência", sustenta Benetti.

Para ele, a visão do empresariado brasileiro em estabelecer parcerias com pesquisadores ainda é muito restrita. A maioria prefere comprar produtos do exterior. "Nestes produtos vêm embutidas a ciência e a tecnologia produzidas lá fora. E o empresário brasileiro paga por isso. Cabe à universidade discutir e tentar mudar esta visão", diz. "A universidade precisa descobrir novas alternativas para se manter, e um dos caminhos naturais é a cooperação com o setor produtivo."

O professor aponta também como uma das saídas a criação de institutos, como os que existem na Alemanha, por exemplo. Estes institutos são uma associação entre as universidades e a iniciativa privada e têm personalidade jurídica própria. O orçamento é dividido em três partes iguais: 1/3 vem do governo, 1/3 vem dos projetos realizados pelos institutos e 1/3 são recursos vindos de projetos da iniciativa privada. Contam com um quadro de pessoal mínimo, produzem inovação e consultoria. "Além da universidade estar respondendo a uma função social para o desenvolvimento do país, está em contato com as tecnologias mais avançadas das empresas com inovação. Com isso, lucra empresa, lucra universidade e lucra o país", diz Benetti.

Nos moldes dos institutos alemães está sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul o projeto CETA-RS - Centro de Excelência em Tecnologias Avançadas do Rio Grande do Sul em parceria com dois Institutos Fraunhofer. Apoiado pelo governo do Estado, pelo setor privado e pelo governo federal, tem por missão uma aproximação entre instituições de pesquisa e o



Gilberto Aquino Benetti

setor industrial através da realização de projetos de pesquisa aplicada junto a empresas gaúchas. A previsão é que o CETA seja implementado a partir de 2003.

O Brasil, segundo o professor, ainda não adotara o sistema de fundações porque até bem pouco tempo existia uma desconfiância entre empresários e universidade. "Enquanto nós discutimos todas estas questões, os outros países fazem."

Benetti olha com satisfação a lei de inovação, que será votada ainda este ano pelo Congresso Nacional e que permitirá que o professor de uma instituição federal trabalhe também em uma empresa. "Hoje, tudo ocorre na informalidade, quase na ilegalidade. Esta nova lei irá revolucionar as relações profissionais e financeiras, que passarão a ser transparentes."

Apesar das dificuldades, ele insiste na busca de alternativas. "Eu acredito em dois caminhos: primeiro, que a universidade não abandone a qualidade de ensino conquistada, mas ache mecanismos de aumentar as vagas, porque a pressão social será cada vez maior. Este crescimento terá de ser planejado e ordenado. Segundo, a universidade tem de descobrir alternativas de financiamento, porque o governo está dando mostras de estar no seu limite."

PARIS

Em outubro de 1998, a sede da Unesco, em Paris, acolheu 115 ministros de Estado e cerca de 4 mil especialistas em educação, representando a totalidade dos 186 países membros da entidade. O numeroso grupo se reuniu para debater o tema Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. A conferência encerrou uma série de consultas regionais promovidas pela Unesco nos últimos dois anos nas cidades de Havana, Tóquio, Palermo e Beirute, que foram, por sua vez, precedidas por encontros sub-regionais e nacionais nos diversos continentes. Na América Latina, cerca de 5 mil pessoas se envolveram nas discussões preparatórias à conferência da Unesco.

Duas maneiras diferentes de enxergar o ensino superior - uma, do Banco Mundial, defendendo a universidade paga, e outra, da Unesco, propondo o ensino como dever do Estado - foram analisadas durante a conferência. Para facilitar e orientar as discussões, os temas foram agrupados em quatro comissões temáticas: Pertinência da Universidade, Qualidade, Gestão e Financiamento e Cooperação Internacional.

Os debates, palestras e reuniões durante os cinco dias do encontro geraram resoluções e recomendações da Unesco que fazem parte de

um documento de referência para o ensino superior no século XXI, segundo seus próprios deveres e os dos Estados e das instituições. Abaixo, algumas resoluções:

Fazer valer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante o acesso ao ensino superior a qualquer pessoa. Toda política referente ao acesso ao ensino superior deve ser baseada no mérito.

Reforçar a relação entre ensino superior e pesquisa, observando o desenvolvimento local, regional e nacional.

Definir e implantar políticas com o fim de eliminar todos estereótipos relacionados ao sexo no ensino superior e reforçar a participação das mulheres em todos os níveis.

Formular políticas claras em relação aos educadores do ensino superior.

Reconhecer os estudantes como o centro de atenções da educação e seus direitos de organizar autonomamente e participar de decisões nas instituições.

Estudar medidas para melhorar as condições de vida dos estudantes.

Oferecer e garantir condições ao exercício das liberdades acadêmicas e da autonomia institucional.

Rever a relação entre ensino secundário e superior.

Promover iniciativas concretas para que seja diminuída a distância entre países desenvolvidos, países em desenvolvimento e países pobres no domínio do ensino superior e da pesquisa.

Promover o acesso dos grupos desfavorecidos das sociedades ao ensino superior.

CÓRDOBA

O encontro Universidade, Globalização e Identidade Ibero-americana marcou os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos e também os 80 anos da revolta dos estudantes argentinos na Universidade de Córdoba, em julho de 1918. Vários temas foram abordados. Um deles foi Cooperação Internacional. O grupo que debateu o assunto deu ênfase à necessidade de priorizar as relações entre instituições e regiões vizinhas, focalizando a cooperação em programas que proporcionem melhoria da qualidade acadêmica e da gestão universitária.

Foram propostas ações neste sentido, que incluem intercâmbio de jovens, estudantes, docentes e pesquisadores, ampliando a área de extensão e cultura. Outro objetivo exposto foi o de buscar o reconhecimento dos diplomas universitários, de modo que se-

jam creditados através do consenso das universidades dos países envolvidos.

A Avaliação da Qualidade também esteve em pauta. Durante as discussões, concluiu-se que o conceito de qualidade é multidimensional e as instituições devem estabelecer avaliações e definir parâmetros conjuntos. Quanto à Gestão Universitária, da qual participou a reitora Wraha Maria Panizzi, foram deliberados vários itens. Abaixo, alguns deles:

Acesso e mérito - A educação é um bem social. Portanto, deve ser gratuita e de livre acesso em todos os seus níveis. O direito à educação não se resolve apenas com o ingresso, mas com a garantia de condições de permanência e conclusão dos estudos. Neste sentido, destacar o mérito relacionando-o ao acesso é desconhecer que o mérito não é uma construção individual mas social, e que está vinculado à desigualdade de oportunidades desde o nascimento.

Autonomia - A gestão das universidades deve ser autônoma. Do ponto de vista do financiamento, isso implica o uso responsável dos recursos públicos alocados, sem condicionamento a políticas ou programas que podem não coincidir com as perspectivas e objetivos das instituições universitárias.

Investimento - A educação é um investimento, pois permite maior produtividade econômica e social, com um efeito multiplicador sobre a renda, emprego e cultura. Um orçamento menor em educação superior produz precisamente efeitos contrários.

Desigualdades - As causas das desigualdades sociais não devem ser buscadas no interior do sistema educativo. Nessa busca devem ser considerados todos os setores direta ou indiretamente envolvidos, portanto, o universo das políticas socioeconômicas.

BUDAPESTE

Os documentos elaborados na Conferência de Budapeste - uma declaração de princípios norteadores e um programa de ação para o século 21 - representaram um novo contrato entre ciência e sociedade, com maior interação e mútuas responsabilidades. O novo compromisso projetado pelos participantes pôs por terra a suposta neutralidade científica e engajou os pesquisadores na promoção da dignidade da vida em todo o planeta.

Na sequência de três fóruns plenários de debates e 25 reuniões temáticas, a conferência refletiu sobre o papel histórico da ciência, a sua inserção na sociedade e os novos desafios para a comunidade científica. Os assuntos foram ordenados numa associação de temas e princípios: a ciência para o conhecimento e o conhecimento para o progresso; a ciência para a paz e a democracia; a ciência para o desenvolvimento; a ciência na sociedade e para a sociedade; e a ciência a serviço da saúde.

O balanço dos benefícios já oferecidos à humanidade pelo conhecimento científico incluiu a descoberta de tratamento para inúmeras doenças, o aumento da expectativa de vida, o crescimento da produtividade agrícola, os progressos tecnológicos e as novas fontes de energia, substituindo trabalhos penosos e criando uma diversidade de produtos industriais, assim como novas tecnologias amparadas por novos métodos de comunicação e tratamento de dados numéricos e informações.

Em contrapartida, foi lembrado que o progresso alcançado no mundo trouxe o preço da degradação do meio ambiente, catástrofes tecnológicas, desequilíbrio social e exclusão de cidadãos. Apontando o desenvolvimento de uma sofisticada engenharia de guerra, com armas clássicas e de destruição massiva, como exemplo marcante do mau emprego do conhecimento, os conferencistas avaliaram que a comunidade científica terá no século 21 um importante papel a cumprir quanto a este tema.



Reunião de grupos para debater os temas apresentados no Seminário

Engenharia firma acordo de dupla diplomação com a França

SONIA TORRES
Jornalista

“Engenheiro mundial” é o título do novo perfil do profissional da área, capacitado para atuar no mercado bilateral entre a América do Sul e a União Européia. O acordo permite que estudantes de graduação de escolas de engenharia brasileiras e francesas realizem seus estudos através de intercâmbio entre Brasil e França, abrindo chances de colocação nos países europeus.

Com o objetivo de promover a dupla diplomação para alunos das escolas de engenharia do Brasil e da França, foi assinado em fevereiro o protocolo do acordo geral de cooperação cultural, educativo e científico entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e quatro escolas do Intergroupe des Écoles Centrales d'Ingénieur das cidades de Lille, Lyon, Nantes e Paris. A proposta partiu do grupo de escolas de Engenharia francesas, que escolheram para este projeto, além da Escola de Engenharia da UFRGS, as escolas da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Ceará (UFCE). Estiveram presentes ao ato de assinatura o Vice-reitor José Carlos Ferraz Hennemann, o Pró-reitor Adjunto de Graduação, Norberto Hoppen, o Pró-reitor de Recursos Humanos, Sérgio Nicolaiewsky, o Pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto, o diretor da Escola de Engenharia, Renato Machado de Brito, a secretária adjunta de Relações Internacionais e Institucionais da UFRGS, Sílvia Rocha e o coordenador da Comissão de Graduação do curso de Engenharia Elétrica e interlocutor do acordo, João Manoel da Silva Jr.

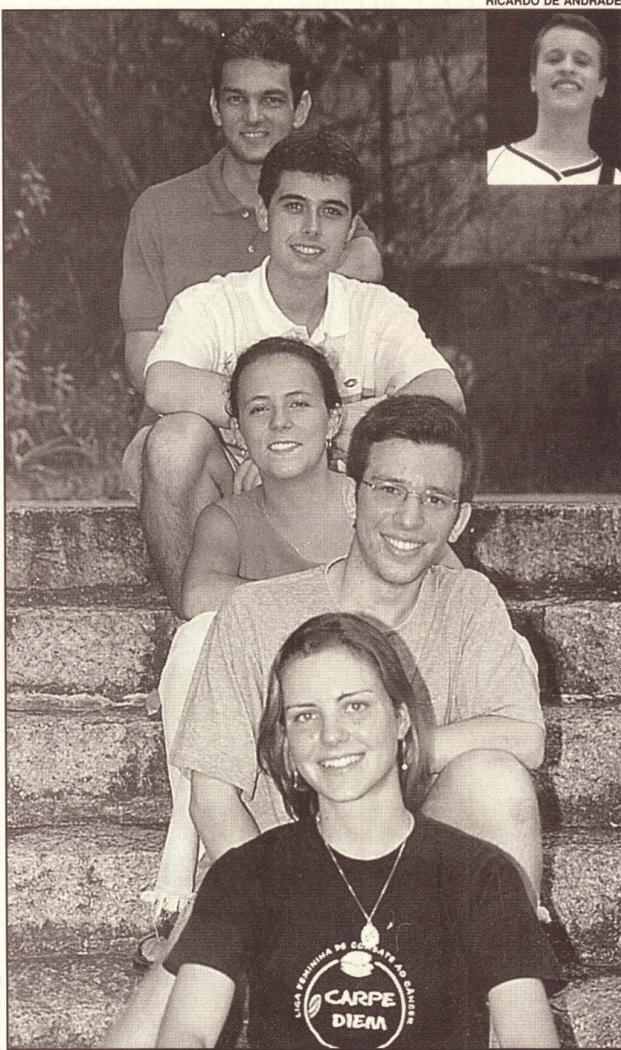
Assinaram o documento o vice-reitor da UFRGS, o diretor da Escola de Engenharia, os diretores adjuntos das Relações Internacionais das Escolas Centrais de Lille, Philippe Deshayes, de Lyon, Léo Vincent, de Nantes, Patrik Chedmeil e o conselheiro de Relações Internacionais da escola de Paris, Dominique Depeyre. O programa de dupla diplomação já estava sendo planejado há um ano, através de encontros com representantes de Relações Internacionais da França. Para José Carlos Hennemann, a escolha foi o resultado de uma integração bem sucedida obtida a partir do programa “graduação sanduíche”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que possibilitou o intercâmbio de estudantes entre as escolas de engenharia dos dois países. “Trata-se de uma importante inovação no ensino de graduação, pois propicia a ampliação da mobilidade dos estudantes, além de fornecer maiores oportunidades de inserção no mercado profissional, tanto para estudantes brasileiros quanto para estudantes franceses.”

O protocolo assinado pretende promover, também, a implementação de cursos integrados e de programas de dupla diplomação; a colaboração entre professores e pesquisadores nos domínios da pesquisa e ensino; a promoção de eventos científicos, conferências e seminários; orientação de dissertações e teses e a participação em bancas e comissões de avaliação e outras atividades de caráter acadêmico. Propicia, ainda, o intercâmbio de material científico, cultural ou pedagógico sobre qualquer suporte, físico ou digital. Na avaliação do vice-reitor “o acordo se diferencia de outros que a Universidade tem estabelecido com instituições congêneres, quando se propõe à implantação de um programa de dupla diplomação. A partir desse momento ganhamos um diferencial a ser oferecido aos estudantes. A nossa Universidade está totalmente aberta a outras relações de cooperação, face à qualificação que temos em nosso ensino de graduação e pós-graduação”, diz.

Para o diretor da Escola de Engenharia da UFRGS, Renato Machado de Brito, “os franceses concordam com o nosso modelo de ensino, pois reconhecem que as trocas vantajosas são possíveis”. Renato Machado de Brito esclarece que a seleção é feita pela comissão coordenadora de curso, para alunos do quinto semestre em diante. Para participar, o aluno deve estar cursando o quinto semestre. O critério é a análise de currículos e posterior entrevista feita aqui, por professores brasileiros e franceses. Primeiramente, dois meses de aprendizagem do idioma, a partir do mês de julho, para iniciar o curso em setembro. Seis estudantes brasileiros já foram selecionados, entre os quinze que se candidataram. Os alunos estão aguardando a confirmação das bolsas, que serão financiadas pelo governo francês.

IMPLANTAÇÃO

A implantação do acordo e sua efetiva operacionalização, ocorreu assim que o Cepe



Daniel, Felipe, Elisa, Eduardo Flores, Ruth e Eduardo Alves (no detalhe)

finalizou a aprovação da decisão que dá embasamento legal para a realização do programa. Quem se habilita a fazer a dupla diplomação em Engenharia terá que estudar um ano a mais. Quatro anos no Brasil e dois anos na França, para os estudantes brasileiros, e quatro anos na França e dois anos no Brasil, para os franceses. Norberto Hoppen diz que o ganho do aluno brasileiro que vai para a França é duplo: o de conhecimento aprofundado lá, e os conhecimentos de base adquiridos aqui. Os conhecimentos especializados (os mais específicos), o aluno terá aqui. Para o aluno francês, os conhecimentos de base, mais aprofundados são adquiridos na França. Os conhecimentos específicos (especializantes), ele vai ter aqui. O tempo de curso fica dividido assim: cinco semestres aqui, quatro lá e três semestres em seu curso de origem. O aluno se forma aqui, onde estão os cursos especializantes. A seleção para os alunos franceses será feita daqui a dois anos. De acordo com o pró-reitor, a importância maior desse tipo de projeto é a mobilidade de trabalho, uma vez que o aluno terá mais conhecimento e apto para trabalhar no Brasil e na França. “Essa mobilidade abre os horizontes para os alunos que tiverem a chance de poder participar.” Norberto Hoppen ressalta a existência de um projeto semelhante do curso de Administração, que vem alinhando um projeto semelhante também com a França, que deverá enviar uma delegação no início de abril.

Para o coordenador da Comgrad do curso de Engenharia Elétrica e interlocutor do programa, João Manoel Gomes da Silva Jr, a França tem bastante interesse em acordos de cooperação com os países emergentes para fortalecer as ligações de comércio e a própria troca de tecnologia, no caso do acordo de dupla diplomação, que agora, se volta para a América do Sul. “De certa maneira isso visa a estreitar esses laços de cooperação e, também, uma maior aproximação econômica para o futuro. Trata-se de interesse bilateral, porque da mesma maneira em que eles têm interesse em entrar no nosso mercado, nós temos o interesse de entrar no mercado deles”, afirma.

Conforme João Manoel, a Europa é carente de mão de obra de engenheiros, que é suprida com esse tipo de programa, com a intenção de atrair profissionais de outros países. “Talvez o maior interesse deles na dupla diplomação esteja associado ao tipo de informação que os nossos alunos recebem aqui. A formação deles é muito mais generalista, nós aqui formamos engenheiros especialistas, que eles não têm lá. Em contrapartida, nós nos interessamos pela formação de base forte que eles têm. Considere importante aliar os dois tipos de formação, pois cada vez mais precisamos formar pessoas que tenham a visão do contexto brasileiro e a visão do contexto estrangeiro.” Na avaliação do professor, esses alunos terão um perfil bem adaptado a culturas diferentes, facilitando a criação de interfaces com o exterior, já que cria um profissional com o perfil para atuar em em-

presas multinacionais, ou francesas com filial no Brasil, ou brasileiras que queiram se instalar na França ou na comunidade européia.

RENOME INTERNACIONAL

De acordo com o Conselheiro de Relações Internacionais da École Central de Paris e especialista no “programa sanduíche”, Dominique Depeyre afirma que teve a oportunidade de procurar e selecionar algumas escolas de engenharia do Brasil. “O critério essencial que nos permitiu definir a escolha foi a qualidade apresentada pelos estudantes brasileiros no primeiro concurso nacional organizado pela Capes, para o ‘sanduíche’. Ficamos muito contentes de constatar que a Universidade foi muito bem colocada nesse concurso, mas nós também tivemos outros critérios como: o nível da pesquisa, reputação internacional, organização da universidade, ambiente na universidade, relação entre a escola de engenharia e a reitoria da Universidade”, ressalta. De acordo com Depeyre, o alvo eram as universidades distanciadas do centro do Brasil.

Conforme o conselheiro, o sistema de seleção, que é baseado sobre uma parceria real e eficaz a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as quatro Escolas Centrais, se faz em duas etapas; uma pré-seleção acadêmica pela universidade brasileira e em seguida uma segunda etapa, que é feita pelo conjunto das quatro Escolas Centrais. Constitui-se de entrevista com os estudantes pré-selecionados, a partir de seus dossiers, com o objetivo de avaliar quatro pontos. Primeiro, a motivação real do estudante, pois, “além da carta de motivação, apresentada por escrito, queremos nos certificar diretamente da motivação do estudante.” O segundo ponto importante é o conhecimento do idioma francês e das condições do aluno de expressar-se em outra língua. O terceiro critério é a abertura de espírito. “Queremos que o estudante que nós selecionamos possa se adaptar a uma estrutura muito diferente de formação complementar à que é ensinada em Porto Alegre”, completa Depeyre. O quarto critério é a experiência do aluno em longos períodos passados fora do país e longe da família. “É importante fazer o estudante falar para ver como ele vai passar dois anos longe de sua família, porque o objetivo final é o sucesso de cem por cento”, revela. Dominique Depeyre aposta no sucesso do programa, segundo ele, por dois motivos: o primeiro é baseado na longa experiência em dupla diplomação com a Europa e, recentemente, com a China e o segundo é a experiência com “programa sanduíche”, em que os alunos brasileiros são considerados excelentes, em nível mundial.

HORIZONTES ABERTOS

Felizes pelo resultado da seleção, os alunos Ruth Walter, Elisa Castilhos Silva, Eduardo Avancini Alves, Eduardo Flores da Silva, Feli-

pe Wolff Fabris e Daniel Oliveira Ribeiro, selecionados para o programa de dupla diplomação têm uma certeza em comum: a abertura de muitas portas para o mercado de trabalho para a engenharia. Eduardo Flores da Silva, aluno do curso de Ciência da Computação, conta que “fiquei muito feliz em ser escolhido, pois eu tenho muitos colegas muito bons e com condições de estarem no meu lugar. Mas é uma satisfação saber que entre tantos colegas ilustres, eu consegui ser selecionado.” Para Eduardo, que fará seu curso em Lyon, o idioma é um problema que pode ser solucionado de maneira não muito fácil, mas garante que não será o principal obstáculo. “O que me motivou a entrar no programa foi a informação da dupla diplomação e a idéia de que passaríamos parte de nossa graduação na França”, explica. Ver estilos, ambientes e pessoas diferentes é o grande estímulo pela perspectiva de agregar à formação, toda a diversidade cultural e científica, além de poder comparar as realidades do profissional de engenharia no Brasil, na França e na Europa. “É bom conhecer a realidade deles para saber se a gente deve ir para fora ou ficar aqui no Brasil, desenvolver tecnologia nacional ou tecnologia dos outros, importar tecnologia ou não”, comenta.

Aluna do curso de Engenharia Elétrica, Ruth Walter vai para Paris e diz que a oportunidade surgiu em boa hora, uma vez que estava planejando o que iria fazer depois da formatura. “Essa viagem para fazer o programa da dupla diplomação mudou muitas coisas e me abriu muitas oportunidades, pois sei que ganharei muita experiência, além de conhecer uma bela cultura, ver o modo como as outras pessoas vivem e constatar que a Europa, assim como Estados Unidos, não são o máximo e que nós podemos competir com eles de igual para igual.” Ruth conhece as diferenças entre os modos de formação profissional no Brasil e na França. “Lá não existem os especialistas, pois se recebe um diploma de engenheiro geral. Mas sei que vou estudar engenharia elétrica, civil, mecânica, de materiais e só no último ano ocorre a especialização, que faremos no Brasil durante um ano e meio e isso vai me dar uma sólida formação geral”, acrescenta.

A vontade de estudar no exterior e a certeza de sua valorização pelo mercado de trabalho une as opiniões dos estudantes. É o que acontece com Elisa Castilhos Silva, da Engenharia Química, que vai para Escola Central de Lille. “Acredito que isso vai me acrescentar muito como pessoa e profissionalmente. Todas as pessoas deveriam uma experiência no exterior”, finaliza. Daniel Ribeiro, também da Química e que vai realizar a dupla diplomação em Lyon, verbaliza a mesma idéia enquanto conta que já morou fora do país. “Vamos aprender outro idioma, o que é muito importante. Posso trabalhar em uma multinacional e ainda quero fazer mestrado, sem sair do Brasil”, comenta.

Felipe Fabris é aluno do curso de Engenharia de Materiais e foi selecionado para a escola de Nantes. Interessado em verificar o ensino em um lugar onde, segundo ele, existe a tecnologia de ponta, Felipe aposta no futuro. “Isso era o meu maior desejo, pois sei que futuramente será muito útil para uma possível pós-graduação fora do Brasil”, ressalta. Eduardo Avancini Alves, aluno de Engenharia de Materiais, fará seu curso em Paris e participou da seleção atendendo um antigo desejo de estudar no exterior, principalmente na Europa. “Esse programa veio ao encontro de vários interesses meus, tanto pessoais, como profissionais. Penso que o engenheiro, para ser um profissional precisa ter três características importantes, ou seja, visão global, conhecimento tecnológico e habilidades administrativas, porque muitas vezes os engenheiros ocupam cargos de gerência, com tomadas de decisões. Essa experiência vai me dar essa globalidade para poder desempenhar bem as funções pertinentes à profissão”, enfatiza.

RENI JARDIM



Assinatura do protocolo do acordo geral de cooperação cultural, educativo e científico

Novidades no Código Civil Brasileiro

●CARLA FELTEN
Jornalista

Nova versão do Código Civil Brasileiro, que teve a participação da UFRGS, corrige distorções, coloca a mulher em pé de igualdade com o homem, favorece os filhos adotivos ou tidos fora do casamento, mas não toca na questão homossexual.

Um assunto que gerava polêmica e atraía a ira das feministas está chegando ao fim. Se na lua-de-mel o marido descobrisse que a mulher não era virgem, poderia “devolver” a parceira, pedindo a anulação do casamento. Embora possa causar estranheza a muitos, essa prática ainda é adotada. Em 1998, no município de Alegre (ES), uma decisão judicial confirmada pelo Tribunal de Justiça, anulou um casamento porque a mulher não era virgem. A partir de janeiro de 2003, com a entrada em vigor do novo Código Civil Brasileiro, este artigo será abolido.

O código nasce com a proposta de ser atual e acessível à população, apresentando um texto claro e didático que não deixa dúvidas nas interpretações da lei. A infidelidade também estava na mira da Justiça. Por ser considerado crime, concubinos e concubinas não poderiam se casar. Agora, esta regra deixa de valer. “Este artigo caiu porque ninguém mais o observa”, diz Carlos Silveira Noronha, professor de Direito Civil da UFRGS.

Para chegar a um texto mais claro trilhou-se um longo caminho de mudanças e ajustes. As alterações começaram a ser feitas a partir de 1962. Durante este período, comissões de juristas foram formadas para a redação e revisão de todas as disposições da codificação atual. A última, criada em 1969, teve a participação do professor da Faculdade de Direito da UFRGS Clóvis do Couto e Silva, morto em 1992. De 1996 para cá, a Universidade acompanhou de perto todo o processo, dando sua contribuição para a elaboração do novo código, através do professor Noronha.

A condição da mulher foi revista em muitos aspectos, melhorando a situação da mulher, a quem a Constituição de 1988 já havia garantido, entre outros direitos, o de igualdade com o homem na sociedade familiar. “O antigo código era machista e deixava a mulher em plano secundário”, avalia Noronha. Um dos novos artigos define igualdade absoluta entre marido e mulher. Para o antigo código, a condição da família era patriarcal. Cabiam ao homem o sustento da casa e a responsabilidade da família. Esta situação mudou. De acordo com o novo código, na falta de um dos cônjuges, caberá ao outro a administração do lar. “Esta é uma grande mudança para a sociedade”, diz Noronha.

OUTRA ÉPOCA

O professor de Direito Civil da UFRGS Cesar Santolim lembra que o antigo código foi criado no século 19, quando os costumes e as tradições eram muito diferentes dos de hoje. “O século 20 foi um período de intensas transformações. E a mais importante mudança diz respeito ao papel da mulher, que passa a ter uma situação de destaque dentro da sociedade.”

Outra novidade que entrará em vigor com o novo código é a diminuição dos prazos para separação e divórcio. Antes, a separação só saía num prazo de dois anos de existência do casamento ou um ano depois da desistência da vida em comum. Agora, dependendo da causa, os prazos serão reduzidos. Já o tempo para aprovação do divórcio diminuiu de dois anos para um ano a partir da separação comprovada por mais de dois anos.

Os filhos serão considerados simplesmente filhos, acabando a distinção entre legítimos e ilegítimos (gerados fora do casamento). “Este novo artigo não trará um benefício jurídico, mas sociológico, porque acaba com um estigma social. Filhos adotados ou ilegítimos passavam a vida sofrendo discriminação.” Este direito já era assegurado pela Constituição. O parágrafo 6º do artigo 227 diz com clareza: “Os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

No código, outra alteração refere-se à maioridade. Ao invés de ser aos 21, será aos 18 anos. A idade para o homem poder se casar também mudou. Antes, o menor só poderia casar com 18 anos e mediante o consentimento dos pais. Agora, a lei permitirá que se case aos 16. “A lei anterior, ao contrário de outras, privilegiava a mulher, que podia casar aos 16. O novo artigo dará direitos iguais aos dois sexos”, diz Noronha.

Além disso, a União e os municípios passam a poder confiscar imóveis com débitos fiscais, os condôminos problemáticos poderão ser multados ou compelidos a desocupar o imóvel, os contratos com onerosidade excessiva para uma das partes poderão ser anulados e o prazo para usucapião de terras caiu de 25 anos para 15 anos ou 10 anos, dependendo do caso.

HOMOSSEXUAIS

No meio de tantas evoluções, alguns assuntos ainda geram polêmica e não foram incluí-



Carlos Silveira Noronha

dos, como, por exemplo, o comércio eletrônico, experiências genéticas e o reconhecimento, na justiça, da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Este último, para Noronha, é uma questão maior e não envolve somente aspectos jurídicos, mas também sociológicos, antropológicos e médicos, devendo ser tratado por lei especial – fora do código. “No dia em que a sociedade, na sua maioria, entender ser necessária a inclusão legal deste fato, será atendida pelo Congresso”, diz Noronha.

Ele lembra que ainda há muito preconceito em torno do tema. No ano passado, decidiu fazer uma enquete em sala de aula com os alunos do oitavo semestre do curso de Direito. A pergunta era: quantos aprovavam a união entre homossexuais. O resultado, segundo ele, foi surpreendente. Dos 70 alunos que participaram da votação, 90% se disseram contrários. Os outros 10% decidiram se abster. “A grande maioria da sociedade ainda não admite esta questão, pois a lei resulta do consenso da sociedade, por sua maioria e não pela sua minoria. Logo, a lei é o resultado daquilo que a sociedade entende ser melhor para si.”, diz Noronha. “A sociedade brasileira ainda não está madura para esta questão. No mundo todo são poucos os países que já reconhecem esta prática”, diz Santolim.

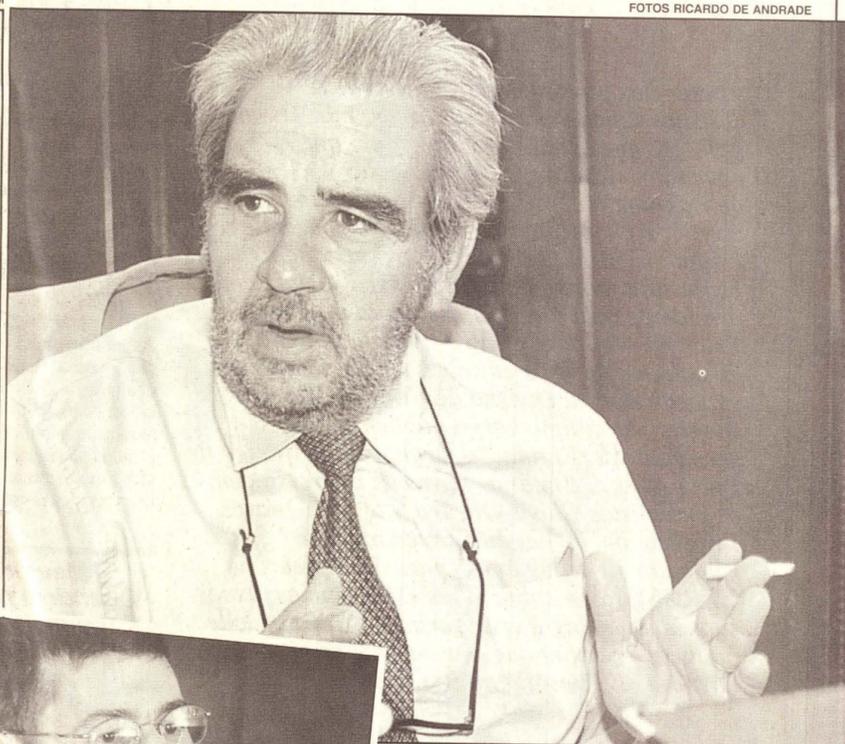
A filiação artificial é outro tema que gera discussões. Um casal pode optar por dois tipos de fecundação artificial. A homóloga é quando o sêmen extraído do marido é introduzido no útero da mulher. E a fecundação heteróloga se realiza na introdução do sêmen de um homem no útero da mulher com o consentimento do marido. Até hoje, o código não regula o processo de fecundação, mas admite seus efeitos, considerando as crianças que nascem destes processos como filhos legítimos do casamento. Para Noronha, é preciso que se crie uma lei que regule o modo como é feita a fecundação. “Este é um problema muito complexo. Assim como o caso dos homossexuais, também envolve fatores médicos, antropológicos e sociais. Uma lei regularia esta situação e evitaria possíveis riscos e traumas morais”, acredita Noronha.

Mesmo o código não reconhecendo os métodos da fecundação artificial, há algumas inovações polêmicas, que passaram até agora despercebidas: o texto prevê, por exemplo, que filhos concebidos após a morte do pai, por meios artificiais, terão a relação de parentesco reconhecida e os mesmos direitos que outros filhos.

TRAMITAÇÃO

A comissão de juristas responsáveis pelas alterações no novo código foi composta pelos professores Miguel Reale, da Universidade de São Paulo (USP), – que irá receber da UFRGS o título de doutor honoris causa, ainda sem data marcada; José Carlos Moreira Alves, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Agostinho Alvim, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Silvio Marcondes, da USP; Ebert Chamoun, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Torquato Castro, da

RENI JARDIM



Luiz Carlos Rodrigues Duarte

O novo código traz sete livros divididos em títulos, capítulos e seções. Três livros são destinados à parte geral – parte introdutória que traça as linhas gerais para aplicação de todo o Código. Os outros quatro são dedicados à parte especial, ou seja, específica para cada área como, por exemplo, Obrigações e Contratos, Direito Empresarial, Posse e Propriedade, Família e Sucessões. Ao todo, serão dispostos 2.046 artigos, 238 a mais que no antigo código. A diferença fica por conta da inclusão da área de Direito de Empresa, uma novidade no novo Código. De acordo com Noronha, não se sabe quantos artigos foram criados ou retirados nestes 40 anos. “É impossível precisar, mas foram inúmeros, atendendo às necessidades da sociedade.”

O período da elaboração à conclusão, no entendimento do professor, não foi muito grande, se comparado às reformulações que precisavam ser feitas. “O Código Civil é o grande diploma tutelar da vida humana. Ele regula a vida dos cidadãos em todas as situações desde antes do nascimento até depois da morte. Por isso, este processo é demorado. À medida que novas leis vão sendo apreciadas pelo Congresso Nacional, outras aspirações da sociedade vão surgindo. De alteração em alteração, vai transcorrendo o tempo. O antigo Código estava muito defasado. E estas alterações provocaram a demora”, diz Noronha.

O antigo código começou a vigorar em 1917 e levou 60 anos para ser concluído. Ele nasceu numa sociedade rural e, ao contrário do novo, que tem caráter nitidamente social, atendia interesses individualistas da população. A revisão final ficou a cargo do escritor e jurista Ruy Barbosa, dando um caráter mais formal ao texto. “Em razão das correções e colocações feitas por Ruy Barbosa, o antigo código tornou-se pouco acessível à população. Esta foi uma das preocupações dos juristas: redigir dispositivos claros e precisos”, explica Noronha.

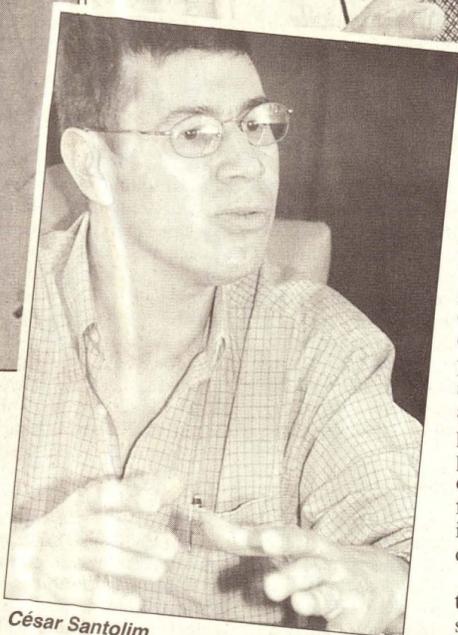
Uma nova proposta vem sendo discutida por acadêmicos nas salas de aula. Segundo Santolim, a idéia é criar uma legislação mais enxuta. “A medida que fossem surgindo alterações, seriam reguladas por leis específicas. Esta é uma situação que poderia ser feita”, admite.

CÓDIGO PENAL

Parte do Código Penal Brasileiro também está defasada. Criado em 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, o CPB copiou o modelo italiano – o mais moderno da época – com pitadas do código suíço. Dividido em dois, Geral e Especial – passou por mudanças na década de 80. A lei 7.209 deu uma nova roupagem à parte Geral, adotando o sistema alemão. “O grande problema é a parte Especial, que permanece inalterada”, diz o professor de Direito Penal da UFRGS Luiz Carlos Rodrigues Duarte. É a parte que trata da definição dos crimes e questões como homicídio, estupro e aborto. “O código se tornou obsoleto. Estamos punindo adultério. Sedução ainda é crime no Brasil”, critica Duarte.

O descompasso entre os problemas enfrentados pela sociedade e as normas que regem o código é grande. A partir dos anos 60, veio a era da informática, da automação e da revolução eletrônica. Vieram também os crimes de informática, os crimes de colarinho branco, lavagem de dinheiro sujo, tráfico de entorpecentes, tráfico de crianças e, mais recentemente, tráfico de órgãos humanos. “Houve um desespero no âmbito penal, porque o código não estava em condições de enfrentar estas questões.”

Para o professor, as reformulações no código são necessárias, mas não bastam. Segundo ele, é preciso que se reestruturarem também todos os aparatos antecriminais, como as polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema prisional. “Não adiantarão novas leis se estas estruturas não forem reorganizadas. É preciso que haja uma revolução em cada mecanismo. Aí, sim, haverá leis punitivas e eficazes”, conclui Duarte.



César Santolim

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Couto e Silva, da UFRGS.

O grupo elaborou um anteprojeto e apresentou ao governo. Coube a Couto e Silva trabalhar com a área de Direito de Família, uma das mais alteradas e sensíveis do Código. Em 1992, Couto e Silva morreu. Em 1996, sua vaga de professor titular na Universidade foi ocupada por Noronha. A partir daí, o professor começou a manter contato com os relatores Josaphat Marinho, do Senado, e com Ricardo Fiúza, da Câmara, contribuindo com sugestões.

Na década de 70, o material elaborado pelos professores de Direito foi enviado ao Congresso Nacional. Durante o período de tramitação no Congresso, teve idas e vindas. Foi para o Câmara dos Deputados e lá ficou por mais de uma década. Em 1984, foi para o Senado e tramitou até 1997. Aprovado, voltou para a Câmara para ser revisado e finalmente aprovado em dezembro de 2001. Cerca de 1.500 emendas foram acrescentadas por deputados e senadores. Pronto, foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 10 de janeiro de 2002. Na solenidade no Palácio do Planalto, Noronha compareceu a convite do presidente, representando a UFRGS.

Segundo ele, o novo código será um facilitador na vida dos brasileiros. O professor lembra que a lei é uma norma que estabelece a conduta retilínea da sociedade. “Antes, existia o princípio implícito de que todos deveriam agir de boa-fé. Agora, este princípio está explícito no novo Código”, declara.

Satisfeito com os resultados, acredita que a sociedade ganha um aliado. “Todas as atividades do cidadão estão reguladas pelo Código Civil. Por isso, sua importância”.

Já para Santolim, o novo código não desperta encantamento, embora o reconheça como um importante avanço à sociedade. “Os códigos cristalizam um determinado momento, são o retrato de um processo, mas, como toda lei, já nascem velhos. Isso é normal. Não existe código que nasça novo.” Para o professor Santolim, o código perdeu muito ao ser desenhado nos anos 70, não acompanhando as grandes transformações que ocorreram no final do século e influenciaram todo o mundo. O grande mérito, no seu entendimento, fica por conta da introdução de cláusulas gerais. A legislação anterior ainda estava atrelada à idéia de deixar ao intérprete um espaço muito pequeno. “Passamos a ter uma lei mais flexível e, de um modo geral, principalmente no Sul do país, nossos magistrados estão bem preparados para isso”, avalia Santolim.

O antigo código foi criado no século 19, sob costumes e tradições muito diferentes das de agora. As alterações começaram a ser feitas em 1962. De 1966 para cá, a Universidade passou a acompanhar todo o processo.

LUIZ OSVALDO LEITE

“As elites estão acossadas pelo medo”

Apesar das múltiplas atividades que tem desempenhado em diversas áreas, Luiz Osvaldo Leite faz questão de ser visto como um educador. Atualmente, é professor do Instituto de Psicologia da UFRGS, do qual já foi diretor, é conselheiro da Faurgs e coordena o Comitê Central de Ética da Universidade. Ex-jesuíta, também atuou na área social como presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Participou ativamente da área cultural, tendo sido duas vezes diretor da Divisão de Cultura de Porto Alegre. Seu último cargo público foi o de presidente da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Em duas horas de conversa com os jornalistas Clovis Ott, Ivo Stigger e Juarez Fonseca, do Jornal da Universidade, o professor Leite, 69 anos (mais de 30 deles na UFRGS), falou sobre essas experiências, expôs suas idéias sobre a crise social e a universidade pública, e revelou que seu sonho é escrever uma História da Filosofia no Rio Grande do Sul.

Jornal da Universidade – O senhor já fez o cálculo de quantos alunos passaram por suas classes?

Luiz Osvaldo Leite – Não, e até gostaria de fazer, pois meu trabalho como educador se divide em muitas fatias. Uma delas, muito significativa, foi a dos cursinhos pré-vestibulares. Dei aula no IPV, na época em que era dirigido por Joaquim José Felizardo, Eneás de Souza, Amílcar Loureiro e Clóvis Duarte. Eram turmas enormes, de 150, 200 alunos. Também lecionei no Mauá, igualmente para turmas muito grandes. No IPV eu dava aulas de Filosofia para 28 turmas por semana. Foi um martírio que hoje não repetiria. A direção exigia que eu desse absolutamente a mesma aula para todas as turmas. Quando chegava na décima eu já não aguentava mais, pois tinha que repetir até as piadas. Depois têm os alunos de colégio, turmas grandes também – o científico do Anchieta tinha turmas com mais de 50, por exemplo. As turmas do clássico, as da faculdade também.

JU – Quantas matérias o senhor lecionou?

Leite – Nos cursos fundamental e médio dei Filosofia, História Geral e do Brasil. Na época, quem se formava em Filosofia, como eu, ganhava registro nessas três matérias. Era uma política do Ministério da Educação para entusiasmar o candidato, abrindo possibilidade de lecionar mais matérias. Isso no colegial e, basicamente, no Anchieta. Nos cursinhos, dei Filosofia. Depois, na Universidade, dei muitas aulas no curso de Pedagogia, trabalhei com disciplinas pedagógicas como orientação educacional e vocacional. Comecei a lecionar na UFRGS antes mesmo de fazer concurso, cheguei a ser assistente do professor Armando Câmara, dando História da Filosofia. Tive alunos que depois foram brilhantes professores, como a Margot Ott, o Lúcio Hageman, o Manuel Sarmento Barata. Eles estavam em crise com um padre jesuíta que dava aulas aqui e não deu certo, porque era um homem de extrema direita. Então vim substituí-lo, isso em 1961. Mas acabei deixando a Universidade até 1973, quando fiz concurso. Abrirei concursos para Pedagogia, para Filosofia e para Psicologia. Nesse tempo tinha se operado a grande mudança da minha vida, pois deixei de ser jesuíta. Eu devia ter feito concurso para a Filosofia, que era o meu campo, minha formação básica. Resolvi não fazer porque as cassações estavam no auge e pensei: não vou para a Filosofia porque não saí daqui a pouco estou aí numa lista dessas. E eu precisava viver, embora com muito boa formação intelectual, estava começando a vida. Então, fiz concurso para Psicologia mesmo sem ter formação de psicólogo, pois muitas das cadeiras básicas se adaptavam à minha formação. Entrei em 1973 na Psicologia e estou lá até hoje. Éramos um departamento, e coincidiu que em minha gestão como chefe tenha sido encaminhada toda a documentação para transformar o departamento em Instituto, do qual fui o primeiro diretor. Lecionei História da Psicologia, depois Psicologia da Personalidade e hoje trabalho mais com Ética.

JU – Houve um tempo em que muitos professores de Filosofia, principalmente no Colégio, eram ex-padres, ou ex-seminaristas. Exatamente o seu caso, um ex-jesuíta. Dá para se livrar, como professor, da questão religiosa?

Leite – Acho que sim, embora, dependendo da pessoa, não totalmente.

Porque a formação do religioso incluía dois cursos, Filosofia e Teologia. O curso de Filosofia se rege, enfim, pelas normas da Filosofia, que trabalha basicamente com a razão. É claro que quando se está em um curso de formação de futuros padres, de futuros religiosos, há, eu diria assim, um pano de fundo que é sempre teológico. Mas no desenvolvimento das disciplinas, no tipo de raciocínio, a finalidade é tu te liberares, raciocinares com tua cabeça, e não com a dimensão teológica. Lembro do padre Urbano Thiesen, que lecionava no Anchieta e foi convidado pelo mesmo Armando Câmara para dar aulas na UFRGS. Ele constatou que os cursos seminários de Filosofia não eram inferiores ao curso da UFRGS. E começou a lutar pela oficialização dos estudos de Filosofia dos seminários. Estava certo, pois o percentual de jovens que estudam num seminário e acabam deixando é muito grande. Hoje a legislação favorece mais, mas na época aqueles jovens saíam sem nada, sem nenhum título, às vezes até sem os cursos fundamental e médio reconhecidos. Não era justo. O padre Thiesen trabalha e consegue o reconhecimento do curso em 1953. E eu sou da turma de '54, quer dizer, meus estudos seminários foram já pautados por uma legislação civil. O curso que fiz tinha um bom nível, embora com isso eu não queira dizer que todos os cursos seminários tenham bom nível.

“Meu problema concreto foi o celibato. Quando a coisa começou a ficar muito difícil, pensei: vou sair para não ficar maluco.”

JU – Como foi que o senhor se dirigiu para a formação religiosa? Coisa de família?

Leite – Não. Nasci em Porto Alegre, me criei em Porto Alegre e fiz todos os estudos básicos no Anchieta, por sinal, naquela época um colégio de altíssimo nível, com grandes professores. Por exemplo, tive aulas de Latim com o padre Milton Valente, um homem cujos livros, os Ludus, se tornaram famosos. Ele nos ensinava não apenas a língua, mas também a cultura latina. Exigia que decorássemos os discursos e os declamássemos, e nos exigia até sob o ponto de vista da oratória. Foi aluno também de Heinrich Buns, um dos maiores professores da história da UFRGS. Ele nos dava Grego e nos iniciou de uma maneira tão hábil, que, meninos de 14, 15 anos, íamos em Grego o Novo Testamento, Platão, trechos de Homero. Outro grande professor do Anchieta era Jorge Paleikat, responsável pela tradução dos Diálogos de Platão da famosa coleção Biblioteca dos Séculos, da Editora Globo. Foi colega de aula de muitos que futuramente se destacariam na sociedade, como Luiz Fernando Cirne Lima, Leonidas Xausa, Renato Fallace e tantos outros. Até hoje nos reunimos anualmente para um jantar.

JU – E a religião?

Leite – Meus pais eram religiosos, mas nada de mais, apenas essa religião tradicional. Ficaram muito tristes com minha decisão de ir para o seminário, não gostaram. No dia em que sai de casa acho que saí de barco, no meio das lágrimas deles... Foi uma coisa totalmente inédita em minha família e causou surpresa porque eu era um jovem normal, que gostava de bailes, de Carnaval. Mas entrei no seminário com relativa consciência, pois na época um jovem de 18 anos tinha mais maturidade que os de hoje. Não é que fossemos melhores que os jovens de hoje, é que a vida atual é mais complexa, a adolescência se prolongou, os filhos ficam mais tempo em casa.

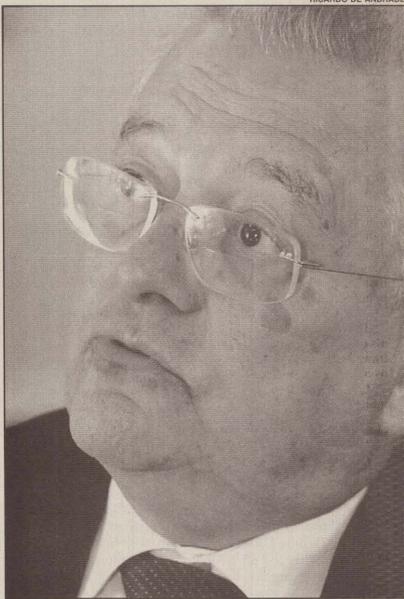
“Diante das reflexões sobre a morte de Deus, digo: que bom que está morto! A imagem desse Deus vingador, castigador, tem que morrer.”

JU – Então o senhor entra para o seminário em São Leopoldo?

Leite – Não, primeiro foram três anos em Pareci Novo, um município perto de Montenegro, onde estudei Letras com ênfase em Latim, Grego e oratória. A formação dos jesuítas era extraordinária, tu tinhas Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Estilística. Afai três anos de Filosofia em São Leopoldo e venho lecionar no Anchieta, pelo fato de ter sido aluno, e também faço a UFRGS. Esse tempo no Anchieta foi uma de minhas mais ricas experiências. Fui professor de uma turma de clássico, eram só dez alunos, e exigiam tanto da gente como talvez nem na universidade exigiam. Entre eles estavam Francisco Ferraz, Luiz Paulo de Pilla Vares, Manuel André da Rocha, Luiz Indício Medeiros, Plínio Dêntice. Era uma turma que te desafiava. Bem, mas aí vou fazer Teologia, quatro anos em São Leopoldo, mais um ano de estágio em Volta Redonda, onde tive contato com o mundo operário trabalhando em uma vila.

JU – Quando o senhor começa a questionar a vida religiosa?

Leite – No início da década de 60, quando estou fazendo Teologia, e se realiza Concílio Vaticano II. E ele abala, porque se abrem muitas



“Quando é que este país vai colocar a educação como prioridade em seus orçamentos?”

portas, se discutem muitas coisas de teologia dogmática mas também de disciplina eclesial, à frente da ordem do celibato. E o momento em que grande número de padres deixa o sacerdócio. Termino minha formação e volto para o Anchieta, já o novo Anchieta, em plena efervescência. No final de 1964 houve um choque no colégio, com o aluno Eduardo Aytos, hoje professor da UFRGS, proibido de fazer o discurso de formatura. Daí que pego esse momento de muita agitação ideológica e...

JU – Voltamos à pergunta.

Leite – Vou respondê-la. O religioso jesuíta faz três votos e, conforme o caso, um quarto: pobreza, castidade, obediência e depois um voto de obediência especial ao Papa. Devo confessar que nunca tive maiores problemas com a obediência, embora algumas pessoas tenham.

JU – Em que consiste o voto de obediência?

Leite – Tens que estar totalmente à disposição do superior. Podes discutir, argumentar, e ele pode te ouvir, ponderar os teus argumentos, mas pode dizer “não, vais para o Mato Grosso trabalhar com os índios”. Ou pode te mandar para um colégio, uma universidade, uma paróquia. E tens que ir.

JU – E o de pobreza?

Leite – Significa que o religioso não tem liberdade de uso do seu dinheiro, não tem dinheiro próprio, o dinheiro é da ordem. Um exemplo: quando dei aula na UFRGS, em 1961, como assistente de Armando Câmara, eu ganhava salário como qualquer professor. E o que fazia com o dinheiro? Entregava todo para a ordem. Quando vinha dar aulas em Porto Alegre, tinha que ir ao economo pedir dinheiro para o ônibus. É um verdadeiro comunismo, uma caixa comum. Todos os trabalhos de todas as pessoas vão para aquela caixa. E a ordem paga tu alimentação, roupas, sapatos, transporte, tudo, inclusive uma cirurgia se precisares fazer. Há inclusive regras para uma possível herança tua. Depois de fazeres os votos, a herança vai para a ordem.

JU – Chegamos ao voto de castidade!

Leite – Está vedado qualquer tipo de contato sexual. O que não quer dizer que os religiosos não possam ter faltas e levar uma vida dupla. Assim como não quer dizer, no caso do voto de obediência, que não possa de repente ter uma crise e desobedecer, e no caso do voto de pobreza, venha a ter, vamos dizer assim, um caixa dois. No meu caso, não.

diversidade nos primeiros votos. Meu problema concreto foi o celibato. Quando entrei na ordem achei que dava e vivi muito tempo com o voto de castidade. Agora, quando a coisa começou a ficar muito difícil, pensei: não vou ficar maluco. E fiz o que poucos fazem. Estava trabalhando no Anchieta e reuni a comunidade, os padres, os estudantes e disse para eles que gostava dos jesuítas, que eu muito grato à formação que tive, mas estava saindo por causa do celibato.

JU – O senhor já estava apaixonado por alguém?

Leite – Naquele momento não, e até se prestaria a algumas interpretações, pois a mulher com quem casei, Luísa, foi religiosa também. Era franciscana bernardina, e, interessante, trabalhei muito com as irmãs, preguei retiros, dei sermões, fui confessor etc, mas nunca cruzei com ela. E no Anchieta nós nos encontramos, ela era diretora do primário e eu trabalhava no segundo grau. No primeiro momento não houve maior problema, mas quando saí da ordem fui ao reitor e me abri: “Olha, vou lhe dizer mais: tenho interesse na professora Luísa”. Mas não foi uma história de porque nos amamos, saímos. Curiosamente, eram duas pessoas que estavam se questionando. Ela até saiu um pouco antes de mim.

JU – Estamos no início dos anos 60, antes das revoluções sexuais que logo viriam, sexo livre, feminismo, nudez liberada. Dá para imaginar o que sente um jovem seminarista hoje, diante de todos os apelos sexuais explícitos?

Leite – Não tenho mais contato com eles, mas acho que é mesmo muito difícil. Deverão ter uma vocação realmente sólida.

“Crítica-se o conservadorismo de João Paulo II, mas não se dá ênfase justa à pregação social, onde ele é extremamente avançado.”

JU – Falando nos jovens religiosos, qual sua opinião sobre a atuação espetacular do padre Marcelo Rossi? Seria uma resposta da Igreja Católica às igrejas pentecostais?

Leite – Sem dúvida, a Igreja se preocupou com o crescimento das pentecostais. Mas é importante dizer que nos tempos mais recentes a Igreja sofreu uma grande divisão. De um lado está o grupo que tem pregação social e que forma o contingente da Teologia da Libertação, com homens extraordinários, pensadores vigorosos. Não é por nada que Michel Lévy, um marxista, escreveu um livro só sobre os teólogos da libertação. Do outro lado está o grupo que é conservador em questões sociais, mas inovador no ritual, dando ênfase ao carisma, à profecia, ao culto. Este grupo vai apoiar e aplaudir o padre Marcelo Rossi. Já os que têm preocupação social não simpatizam muito com a atuação de Marcelo Rossi, no sentido de que o tipo de trabalho dele seria alienante. Não vou tão longe, acho que ele é alienante, mas acho também que uma certa deficiência do pessoal mais engajado é não levar em devida conta a dimensão religiosa do homem. E me pergunto se as coisas não podem conviver. Posso ser religioso e expressar externamente minha religiosidade, e posso lutar pelos direitos, pela justiça. Aliás, as análises que se fazem do papa João Paulo II são muitas vezes unilaterais. Certos setores condenam o Papa por sua posição em questões ético-morais, principalmente familiares, como limitação de natalidade, homossexualidade etc, mas qual ele é extremamente conservador. Mas não se tem dado a ênfase necessária à pregação social de João Paulo II, onde ele é extremamente avançado.

JU – Há muitos anos o senhor trabalha e convive no ambiente secular da universidade, que obedece ao primado da razão. Ao mesmo tempo, muitos de seus amigos são agnósticos e sérios críticos da religião. Como o senhor se comporta diante de uma discussão aguda sobre razão, materialismo, religião, espiritualismo? Como defende seu ponto de vista religioso e como faz para não se sentir agredido por manifestações que não concordam com a religião?

Leite – Tenho um profundo e enraizado respeito à pessoa humana e levo esse respeito à dimensão mais radical. Ora, o respeito à pessoa humana vai incluir o respeito às suas opções. Se convivo com um ateu, ou um agnóstico, ou um anti-religioso, ou um antiteísta, como foi Sartre, mais do que ateu, e tenho respeito a essa pessoa, devo respeitar sua opção. E não há por que eu querer transformá-lo. Sou um homem de fé, e claro que, como respeito esse que não tem fé, também desejo que ele me respeite.

JU – Em meados do século passado, mais enfaticamente nos anos 60, uma das coisas que se dizia é que “Deus está morto”. Como chega na civilização ocidental do século 21 a imagem de Deus? Em que ela evoluiu, em que diminuiu, em que permaneceu estável?

Leite – Toda a reflexão sobre “Deus é morto” começa com Nietzsche, mas pensadores mais recentes também trabalharam muito a idéia. E

acho que ela tem ajudado a purificar a idéia de Deus, que ao longo da História foi sendo corrompida. Se o marxismo diz que a religião é o ópio do povo, ou se pegamos uma reflexão na linha psicanalítica, Freud, para quem a crença e a vida religiosa seriam essencialmente neuróticas, podemos concordar. Muitas vezes a vida religiosa é, sim, neurótica, e a religião muitas vezes serviu para ópio do povo. Diante dessas reflexões sobre a morte de Deus, digo: que bom que está morto! Esse Deus tem que morrer mesmo! A imagem do Deus vingador, castigador, tem que morrer. Quando os discípulos pedem a Cristo que os ensine a rezar, o que ele faz? “Pai nosso que estais no céu...”. Há imagem mais suave, mais bonita e mais delicada que a do pai? Quer dizer: Cristo aproxima Deus do pai, e quem é pai sabe disso. O que tu não fazes por um filho?

JU – Pode ser que a idéia de Deus tenha se tornado mais abrangente, mais generosa, mais terna do que na Idade Média, por exemplo. Mas o Século 21 começa com o anúncio de uma nova cruzada, e extremamente religiosa, com o senhor Bush convocando o mundo ocidental para uma guerra contra os infelizes. E vice-versa. Como o senhor vê isso?

Leite – Vejo com olhos muito doídos, porque não é esse o mundo que queremos, o mundo que um cristão verdadeiro quer. Embora, é preciso dizer, toda essa “cruzada” tenha grande apoio dos cristãos. Mas até também está a imagem de um Deus falso, vingativo. Toda a questão posterior ao evento do 11 de setembro é excludente, unilateral, movida pela vingança. Esse tipo de mundo e de construção são abomináveis para o verdadeiro cristão.

JU – E o lado dos muçulmanos?

Leite – Tenho pensado muito sobre isso e proximamente quero estudar um pouco mais o mundo muçulmano. Porque também resisto a acreditar no que dizem sobre eles, ou no que pintam deles, por interesse. Embora seja contra o fundamentalismo radical. Mas é preciso estudar para saber. Os jesuítas costumam fazer estudos de diálogos sobre as grandes religiões. Muitos trabalham nesse sentido na Índia, no Japão, e também com o mundo muçulmano, no Oriente Próximo. Há até um livro que mereceu alguma ressalva do Vaticano, de um jesuíta canadense chamado Dupuis, em que ele fala do pluralismo cultural. De qualquer maneira, sou contra todo fundamentalismo radical, seja de muçulmanos, seja de cristãos.

“Se convivo com um agnóstico, um ateu ou mesmo um antiteísta, devo respeitar sua opção. Não há por que querer transformá-lo.”

JU – Mudando de assunto: o senhor destacou a qualidade do ensino que teve e que havia na época em que passou a lecionar. E hoje? Qual sua opinião sobre o ensino?

Leite – Eu não digo que evoluiu nem que involuiu, digo que ele mudou. Sem dúvida, o aluno do momento em que iniciei o magistério era outro, porque o mundo era outro. No curso secundário estudei Francês e esse Francês não basta até hoje, assim como o Inglês e o Espanhol. Estudá-los é até diria que é a língua que melhor domino, leio e falo. Hoje faltam algumas coisas, são lacunas, mas o mundo mudou e em muitos pontos para melhor. Vejam que a televisão começou em Porto Alegre em 1959, portanto comecei meu magistério sem televisão. Aquele jovem dispunha de mais tempo para a leitura, para a pesquisa. Os alunos do Anchieta e que me referi antes fizeram estudos profundos da Divina Comédia, só para dar uma idéia. A diferença é que as coisas mudaram. Como exemplo os alunos da Faculdade de Comunicação, a Fabico, onde dou aulas há mais de dez anos. Eles têm uma horizontalidade maravilhosa, um interesse por tudo.

JU – Vindo desse mundo sobre o qual estamos falando, o seminário, o Anchieta, a universidade, todas essas experiências intelectuais e religiosas, enfim, como é que o senhor foi cair na Febem?

Leite – Antes de mais nada, em minha vida tenho sido sempre uma pessoa voltada à educação. Como educador, atuei em três frentes: o ensino, o social e a cultura. Mas a Febem: o então deputado estadual Augusto Trein tinha um filho no Anchieta e ali me conheceu. Quando foi eleito deputado federal, teve a oportunidade de ajudá-lo na transferência do rapaz para Brasília. Dois anos depois, ele é escolhido secretário do Trabalho e Ação Social e recebe pressão de dois senadores que indicavam nomes diferentes à presidência da Febem. Para não entrar em conflito com os senadores, Trein opta por um terceiro caminho e resolve escolher um educador. Eu trabalhava na área de cultura da Prefeitura, alguém sugere o meu nome, e assim me torno presidente da Febem, em 1979. Foi uma grande experiência, pois tudo o que eu sabia de educação foi por água abaixo. De repente me vi trabalhando com carentes, e muitas vezes carentes delinquentes. Aqueles jovens precisavam de um outro tipo de educação e trabalhos nesse sentido. Bem, fui o presidente que mais durou na Febem, mais de quatro anos. Com muitas crises, sim, e até devo confessar que em alguns momentos tive medo de alguma represália.

“Ter sido presidente da Febem foi uma grande experiência, pois tudo o que eu sabia de educação foi por água abaixo.”

JU – Representa por parte de quem?

Leite – A gente tinha medo, pois se um jovem é punido, de repente pode... O meu antecessor um dia chegou no gabinete e estava furado o forro da sala e sobre a mesa havia um enorme facão. Ele interpretou: isso é um recado.

JU (Ivo) – Nessa época, fiz com o senhor uma matéria para o Correo do Povo e o senhor me disse que todo o trabalho que se fazia na Febem era na verdade apenas um esparadrapo social, que um câncer estava sendo tratado com esparadrapo. E previu que se não houvesse uma ampla e forte intervenção dos governos e da sociedade nas causas que geravam aqueles garotos da Febem, certamente dentro de 30 anos o Brasil viveria uma situação de guerra civil nas grandes cidades. Não é outra coisa o que quase temos hoje. O senhor é profeta?

Leite – Não sou profeta, mas a sensibilidade social me indicava isso. No período em que estive na Febem percorri todo o Estado e isso me deu uma visão fantástica do problema. Tive ótimos assessores que também me municiavam de informações.

JU – E aquela matéria lhe criou problemas.

Leite – Muitos problemas. Fui chamado, foi posta uma faca no meu peito, me perguntaram como eu fazia tais críticas se era o homem da área e tal. Inclusive os funcionários ficaram com algumas interrogações, enquanto eu dizia que a sociedade ideal para mim não teria Febem. Uma das frases que eu dizia era: se não conseguirmos fazer por amor, vamos fazer por medo. O ideal é que tivéssemos solidariedade, amora essas crianças, e resolvéssemos o problema – embora saibamos que não é o indivíduo que o resolverá. Mas se não for suficiente o

nosso amor, eu dizia, que seja o medo, porque um dia eles descerão do morro. E naquela época não tínhamos essas grades que hoje cercam todas as nossas casas, transformadas em prisões.

JU – Se sua profecia se cumprir, significa que nesses 30 anos nada foi feito para atacar as causas das questões que estavam aquelas crianças.

Leite – Isso é certo, e se se atacou foi numa dimensão muito pequena, tanto que o problema não apenas continua como aumentou.

“Nos últimos 30 anos quase nada foi feito pelo menor carente. Tanto que o problema não apenas continua como aumentou.”

JU – O que o senhor acha da idéia do candidato à presidência José Serra, de criar um Ministério da Segurança Pública? Não seria melhor um Ministério para a Pobreza?

Leite – Lembro da professora Ecléa Fernandes, mulher de grande visão e sensibilidade, que na mesma época era presidente da Funabem – trabalhamos muito juntos. Ela me contava das propostas que recebia e não esqueço uma: queriam que ela criasse na Amazônia uma grande casa para 500 menores. Ou seja, falemos como Chico Buarque: “Afasta de mim esse cálice”. Se temos gente nas ruas, vamos botar todos no meio da selva! Não sei se vocês se recordam, mas nós lutamos contra uma coisa que se fazia, que era a “limpeza” do centro da cidade no Natal. As madames que iam comprar os seus presentes não queriam a companhia do menor que talvez as assaltassem. Então, a Brigada Militar fazia a chamada “Operação Papai Noel”, para limpar o centro.

JU – Como educador e ex-presidente da Febem qual sua opinião para o problema do menor?

Leite – Todos sabemos que a principal ação nesse sentido deve atacar as causas, que são muitas. Sobre uma delas eu falava na época, perguntando quem poderia fazer mais por esses jovens. Eu, presidente da Febem, ou o diretor dos organismos que cuidam, por exemplo, do saneamento básico? Diziam que eu estava maluco. Pois é, mas acho que quem trabalha pelo saneamento pode fazer mais pelo menor, pois está atingindo uma causa que é responsável por problemas sérios de saúde dessa criança, que sai de casa e está no lodo, em meio ao lixo. É preciso haver uma ação maciça em causas como essa, para começar. Agora, e também não vou deixar que morra toda uma geração, e que toda uma geração se encaminhe para o crime, então nesse sentido acho que são válidas as ações preventivas. E a educação é absolutamente fundamental. Quando é que este país vai colocar a educação como prioridade nos seus orçamentos?

JU – Dentro do atual modelo econômico o senhor acha que essas primeiras soluções sejam possíveis?

Leite – Temos que caminhar muito. Não é possível ainda porque estamos longe de uma sociedade justa.

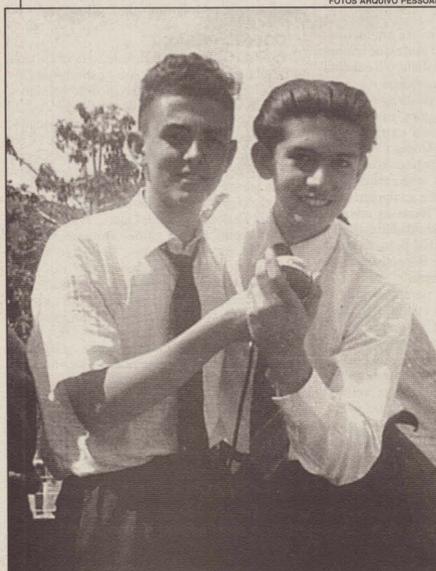
FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



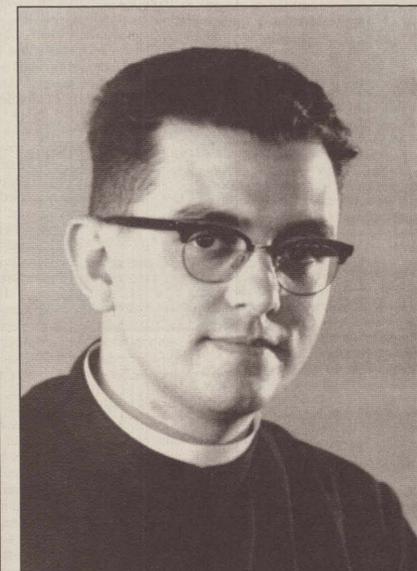
1970: com Luísa, no dia do casamento, de partida para a lua-de-mel



O casal em foto recente. Luísa é diretora do Colégio Leonardo Da Vinci



Estudantes do Anchieta, Leite (E) e Leônidas Xausa narram uma partida de futebol



1962: recém-ordenado padre, faz pose para uma foto histórica em sua vida



Em 1963, o professor Leite e a turma do Grêmio Literário do Colégio Anchieta. À sua direita, Luiz Paulo de Pilla Vares, futuro advogado, jornalista e secretário de Cultura do Estado

“A comercialização da universidade me deixa muito triste”

→ JU – Estamos hoje mais longe ou mais perto dessa justiça social do que há 30 anos?

Leite – Mais longe. Os problemas são muito maiores. Adquiriram uma dimensão muito maior. São mais graves e com alguns fenômenos sociais que agravaram. Toda sociedade globalizada divulga e retrata essas mazelas e injustiças sociais e isso, de alguma maneira, agrava o problema. Por outro lado, também salta aos olhos a necessidade de soluções para esses problemas. Hoje não se oculta mais nada. Antigamente, o mundo vivia em ilhas isoladas e uma ilha não se comunicava com outra. Hoje não, qualquer problema numa favela do Rio ou de Recife, ou de não sei onde, é notícia nacional e, muitas vezes, internacional.

JU – Mas no momento que a mídia diz o que se deve pensar, o que se deve consumir, o que se deve assistir de noite, como é que se dá essa tomada de consciência da sociedade?

Leite – Sim, isso agrava. No caso do carente, as novelas da Globo, por exemplo, apresentam um tipo de brasileiro que é o brasileiro da Zona Sul carioca na maioria dos casos. Ora, é evidente que um menino da favela tem o seu apetite provocado. Ele quer ter um automóvel, aquela mulher, aquela roupa, aquele tênis de grife. Se não tem o tênis, vai roubar do menino que encontra na rua. E o pior é que, muitas vezes, a imagem que se passa dos pobres é muito negativa.

JU – O raciocínio da população marginalizada é que ela tem o direito de ter e, se não tem por direito, terá pela força. Como funciona na cabeça das pessoas essa determinação de querer ter de qualquer forma?

Leite – Acho que no fundo é uma sede de justiça. A diferença de agora para outras épocas é que antes havia um grande conformismo nas camadas menos favorecidas. Os “pobres mas honestos”, que sabiam o “seu lugar” e se contentavam com outras coisas. Hoje está havendo uma conscientização, acho que inclusive pela atuação dos movimentos de esquerda. Porque o grande equívoco é dizer que o pobre é preguiçoso, ou vagabundo. Muitas vezes, nas praias do Rio, eu chamava a atenção das pessoas que estavam comigo vendo aqueles indivíduos com aqueles enormes engradados de bebidas ao meio-dia, com aquele calor, vendendo. Quem disse que o carioca pobre é vagabundo? Aquele homem poderia estar roubando, traficando, mas está na praia, trabalhando. Trabalham muito e ganham quase nada. E o que dizer dos papeleiros que vemos todos os dias nas ruas? Dão duro 12 horas por dia, puxando um carro com seus entulhos de carga, pesado, para ganhar uma miséria. Sem falar dos riscos à sua saúde pelo contato com detritos.

JU – O caos social não é o resultado do exemplo que vem dos poderosos? O exemplo não vem cima?

Leite – O que fazem as classes privilegiadas? Nós falamos do Muro de Berlim, que caiu, mas as classes privilegiadas constroem cada vez mais muros. Muros para que não se veja o que está acontecendo. Eles só trabalham nos seus privilégios. A classe média, lamentavelmente, defende aquilo que não tem e nunca vai ter, mas tem esperança de que vá ter um dia. Então, grande parte da classe média é favorável às classes dominantes. Isso ela manifesta no voto e na solidariedade. Uma forte parcela da classe média se junta à classe dominante.

“A diferença de agora para outras épocas é que antes havia um grande conformismo nas camadas menos favorecidas da população.”

JU – Quem é a elite? Quem aprofunda o fosso social e de que maneira essa distância social pode ser reduzida? Seria preciso um tratamento de choque?

Leite – Tenho muitas interrogações sobre esse tema. Não sei dizer se precisamos de tratamento de choque, mas sei que haveria grandes resistências porque as classes dominantes têm muitos recursos para defender os seus interesses. Não vêem a realidade e nem querem ver. Não lhes interessa ver. A não ser que o medo domine. E já se nota isso, de alguma maneira. O medo é tão grande que, de repente, as elites talvez cheguem a pensar que é preciso fazer alguma coisa, porque senão vão ser prejudicadas, como já estão sendo, pela violência.

JU – Vamos falar um pouco sobre a área da cultura. Como o senhor passou a se dedicar mais a ela?

Leite – Quando deixei de ser jesuíta, um dos meus primeiros trabalhos foi na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), de 1970 a 75. Lá, fui assessor do professor Frederico Lamacchia, que aliás ainda não mereceu o necessário reconhecimento de Porto Alegre. Ele foi um administrador de grande visão e deu uma guinada na SMEC, que mesmo tendo Cultura no nome só tratava da Educação. Antes dele era muito pequena a atividade cultural na Prefeitura. Com Lamacchia se fazem grandes eventos e começa a descentralização da cultura. Cria-se o primeiro teatro municipal, o Teatro de Câmara, criam-se os Centros de Comunidade, fazem-se cursos de teatro e de artes plásticas, criam-se equipamentos móveis como a Tenda de Cultura e o Carrossel de Cultura. A experiência com a tenda e o Carrossel foi inclusive levada para o Rio de Janeiro. Como representante da Prefeitura, integrei o Conselho da OSPA, onde conheci grandes figuras como Osvaldo Goidanich, Pablo Komlós, P.F. Gastal, Eva Sopher, Celso Loureiro Chaves.



“As classes privilegiadas constroem cada vez mais muros”

JU – Quando o senhor assumiu como diretor da Divisão de Cultura?

Leite – Em 1975, no governo seguinte, até 1979. Continuamos na mesma linha do professor Lamacchia porque chegamos à conclusão de que era importante criar verdadeiros centros. A idéia era construir centros em quatro bairros. O Centro Municipal de Cultura foi idealizado, planejado, construído e inaugurado nessa época com o Teatro Renascença, o Atelier Livre (que já era uma iniciativa anterior mas cresceu e tem sede lá), biblioteca e salas de exposições. Tenho até hoje a frustração de não podido criar lá também um cinema, pois a idéia não foi aceita. E lamentavelmente a idéia dos quatro centros ficou apenas nesse. Depois fui presidente da Febem e voltei para uma segunda gestão como diretor da Divisão de Cultura do município. A administração cultural parece que vicia: quando fui chefe de gabinete do Francisco Ferraz organizamos grandes eventos culturais.

JU – Recentemente o senhor foi presidente da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, num governo de esquerda, a convite de um ex-aluno seu do Anchieta, Luís Paulo de Pilla Vares. Mas até hoje não revelou os reais motivos que o levaram a pedir demissão, depois de dois anos e meio de trabalho na OSPA. Por quê?

Leite – Não sei por discordâncias ideológicas. Aceitei ser presidente da OSPA porque concordava com o programa da Administração Popular. Em minha gestão foi criado o projeto *Ouvir a vida*, que levou a OSPA para as vilas. Se fez, sistematicamente, programação no interior do Estado, para cidades que jamais pensaram ouvir a orquestra. Bem, saí por discordâncias administrativas que dificultavam minha atuação, não por discordâncias com o alto escalão. Até hoje tenho alguns problemas com o Tribunal de Contas do Estado por causa daquelas questões.

“Grande parte da classe média é favorável às classes dominantes. Manifesta isso no voto e na solidariedade.”

JU – Especifique mais essa discordância.

Leite – Problemas internos, em muitos casos devido à incompetência. Eu não escolhi os meus assessores. Mas desde sempre a OSPA me deu as maiores alegrias. Basta dizer que, quando jovem, assisti ao seu primeiro concerto. Sou da época das grandes temporadas musicais, os anos 40 e 50, quando o mercado europeu estava fechado por causa da guerra e grandes artistas percorriam a América Latina. Não sou um especialista mas tenho vivência com a música. Então, nesse sentido é maravilhoso. Mas há um suporte administrativo de que não gosto. No Brasil, temos muita dificuldade para colocar dentro de quadros administrativos uma

atividade como uma orquestra. Para compor o quadro da OSPA, chamei a Associação dos Músicos, que é um sindicato e, portanto, dentro da linha da Administração Popular. Pedi que preparassem um projeto de quadro, porque tinha certeza de que um quadro aprovado pela Associação dos Músicos teria facilidade de passar na Assembléia Legislativa. Os deputados poderiam não aprovar dois ou três músicos, mas a OSPA é amada por todos os rio-grandenses, aí incluídos evidentemente os políticos. Ela é uma grande grife. Lembro a frase do Erico Verissimo quando queria apresentar Porto Alegre: “Minha cidade tem uma orquestra sinfônica”. Bem, saí da OSPA sem que aquele trabalho estivesse concluído. Mas recentemente o presidente da Associação dos Músicos me deu uma profunda alegria: eles concluíram o projeto e me convidaram para a solenidade de entrega do documento para o Governo e o presidente da OSPA. “Queremos lhe convidar porque o senhor foi o homem que nos deu a palavra, permitiu que falássemos”, disse.

JU – O senhor considera que ainda hoje a OSPA é uma orquestra de alto nível?

Leite – Ela tem qualidade e se vê isso pelos diferentes regentes. Mas, como em todo organismo, o músico é muito sensível a fatores externos. Eu diria que a OSPA está precisando de um espírito que sopra, que movimenta... Como é que alguns regentes tiram um som extraordinário da orquestra e outros não? Qual é o problema? É o músico que não tem qualidade? É a orquestra que não tem qualidade? As questões administrativas também repercutem na orquestra, como o problema do quadro. Por exemplo, há uns 20 músicos que não são do quadro, têm contratos chamados emergenciais, fica uma situação incerta. Outro problema é a sede. A OSPA tem 50 anos e não possui uma sede decente, o teatro é alugado. As dificuldades financeiras são muitas, mas nada me tira o entusiasmo pela OSPA, uma orquestra tem capacidade de trazer os maiores maestros do mundo, os maiores solistas.

“Há um desmonte da universidade pública brasileira. Parece que o trabalho que está sendo feito foi muito bem pensado.”

JU – Uma linha contínua na sua trajetória é a de professor, de educador, como gosta de ser chamado. Mas há aí sempre a interferência do administrador, nas mais variadas áreas. A que se deve isso?

Leite – Vou dizer uma frase que poderá provocar risos: “Não gosto de administração”. Fui presidente da Febem que, pelo menos no meu tempo, era a maior fundação do Estado; fui presidente de uma outra fundação a da Orquestra Sinfônica; tive cargos como diretor e como chefe de gabinete, mas não gosto de administração. Gosto muito da sala de aula, me sinto bem mesmo é nas funções de educador. Com alegria ainda hoje recebo antigos alunos que às vezes me procuram para conversar sobre problemas pessoais, na área da educação dos filhos, do relacionamento marido e mulher, e gosto disso.

JU – Com todas essas experiências, como vê a Universidade pública brasileira, hoje?

Leite – Com muita apreensão porque, realmente, ela vem sofrendo um desmonte. Parece que o trabalho feito foi muito bem pensado. Quando eu era membro do Conselho Universitário, veio um ex-reitor da Universidade de São Paulo e disse: “Digo para vocês, e dou o endereço em Nova York, onde todas essas coisas são planejadas”. Não sou eu que estou dizendo, mas um ex-reitor da maior universidade do Brasil. É o endereço do Banco Mundial. O problema da gratuidade, por exemplo, que está em grande discussão: até onde a universidade pública é gratuita? Felizmente a graduação ainda é gratuita, mas começam a ser introduzidas atividades que já são pagas. Vejo com maus olhos a situação das universidades públicas brasileiras. Também não sou fanático para dizer que só a universidade pública é boa. Há universidades privadas de muito bom nível, mas a comercialização da universidade me deixa muito triste.

JU – O que o senhor está fazendo agora e quais são os seus projetos para os próximos 20 anos?

Leite – Continuo professor, antes de mais nada, dando aulas no Instituto de Psicologia e em outras faculdades. Estou dando para uma turma, por exemplo, uma disciplina que se chama Psicologia das Relações Humanas. Está sendo um grande desafio e um grande prazer, pois essa turma reúne alunos dos mais variados cursos na universidade – Estatística, Farmácia, Química, Publicidade, RP, Jornalismo, Filosofia. Trabalho na Psicologia com a cadeira de Ética; toda minha formação sempre teve uma grande preocupação com os problemas éticos, a chamada ética social. Procuo trazer para sala de aula os grandes problemas sociais da humanidade, porque não quero que o psicólogo só veja as paredes do seu gabinete, e a ética fique restrita a isso. Tem que ter a dimensão do mundo. Estou coordenando um comitê central de Ética na Reitoria, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa. Já há comitês de Ética setoriais nas diferentes unidades. Sou conselheiro da Faurgs, que dá suporte às atividades da Universidade. Mas, basicamente, sou professor. E meu grande projeto é levar adiante uma pesquisa que venho fazendo ao longo dos anos e publicá-la. É sobre o pensamento rio-grandense. Tenho o maior acervo bibliográfico sobre o pensamento no Rio Grande do Sul, principalmente o filosófico, e também alguma coisa do pensamento psicológico. Meu grande sonho é escrever uma História da Filosofia no Rio Grande do Sul.

FOTOS ARQUIVO PESSOAL



Com crianças da Febem, em 1980



1995: o prefeito Tarso Genro e o vice Raul Pont entregam a Leite a Medalha de Porto Alegre

Classificação das plantas ajuda na preservação do ecossistema

●SONIA TORRES
Jornalista

Pesquisador do Departamento de Botânica da UFRGS promove a taxonomia (classificação) de plantas das diversas regiões do Estado e do Sul do Brasil, oferecendo subsídios para pesquisadores da área da saúde, arquitetos e paisagistas. A busca, coleta e classificação das plantas também resulta em publicações que servem como fontes de consulta e conhecimento para técnicos, biólogos e população em geral.

O trabalho de Bruno Edgar Irgang – pesquisador do Departamento de Botânica da UFRGS e professor do Programa de Pós-graduação em Botânica na Universidade – é basicamente o de conhecimento e classificação da vegetação que ocorre no sul do Brasil. Pesquisador com área de concentração em Taxonomia Vegetal, suas linhas de pesquisa são Taxonomia de plantas vasculares (especialmente plantas aquáticas) e Etnobotânica (plantas medicinais e alimentícias). Desde 1967, ele trabalha com taxonomia no Departamento de Botânica, do Instituto de Biociências da UFRGS.

Irgang já catalogou, segundo diz, milhares de plantas, o que vem resultando em publicações, como *Plantas Aquáticas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul* (1996), *Plantas da Medicina Popular no Rio Grande do Sul* e participação no livro *Farmacognosia*, com um artigo sobre plantas tóxicas. Além disso, produz *papers*, publica textos em revistas científicas e já orientou mais de trinta dissertações de mestrado. Também já deu aulas na Faculdade de Farmácia, foi professor na Faculdade de Arquitetura e ministrou aulas de Botânica para agrônomos, na Faculdade de Agronomia. Nos últimos anos, tem lecionado botânica para biólogos.

De acordo com o pesquisador, o Departamento de Botânica é básico, já que preocupa-se em fornecer os conhecimentos essenciais para o desenvolvimento das pesquisas. Irgang trabalha especificamente com taxonomia de plantas floridas. Além da botânica, atua também em colaboração com especialistas de outras áreas para estudar a relação da espécie humana com os vegetais, usos e costumes, utilizando o aspecto antropológico.

Isso tem dado o enfoque da atuação do Departamento em várias áreas, a principal é a biológica. Há projetos com a Faculdade de Medicina Veterinária, de classificação de plantas medicinais para uso veterinário, com a Faculdade de Agronomia, no caso do cultivo agrícola, com a Faculdade de Arquitetura, para manejo de plantas ornamentais e com as faculdades de Farmácia e Medicina, para a pesquisa de remédios.

COLETA E ARQUIVAMENTO

Após a coleta, a planta é prensada, seca em estufa, catalogada e levada ao Herbário do Instituto de Biociências. Lá, o material é catalogado, por ordem alfabética, onde ficará arquivado para posterior consulta por parte de qualquer interessado, desde o pesquisador, até a comunidade externa. Segundo Bruno Irgang, o Herbário é como se fosse uma biblioteca, contando com mais de cem mil plantas catalogadas, quase todas do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul. Juntamente com a biblioteca, ele é a fonte de consulta básica para o trabalho de taxonomia.

Todo o material coletado é classificado, rotulado, colado em cartolina e depois enviado ao Herbário, onde pode ser acessado, juntamente com todos os dados de coleta (local, data, tipo de solo, dados ecológicos). Consultam o Herbário, técnicos e botânicos daqui e do exterior, pesquisadores de outras universidades, técnicos das áreas rural e paisagística e público em geral. O Herbário é de consulta pública.

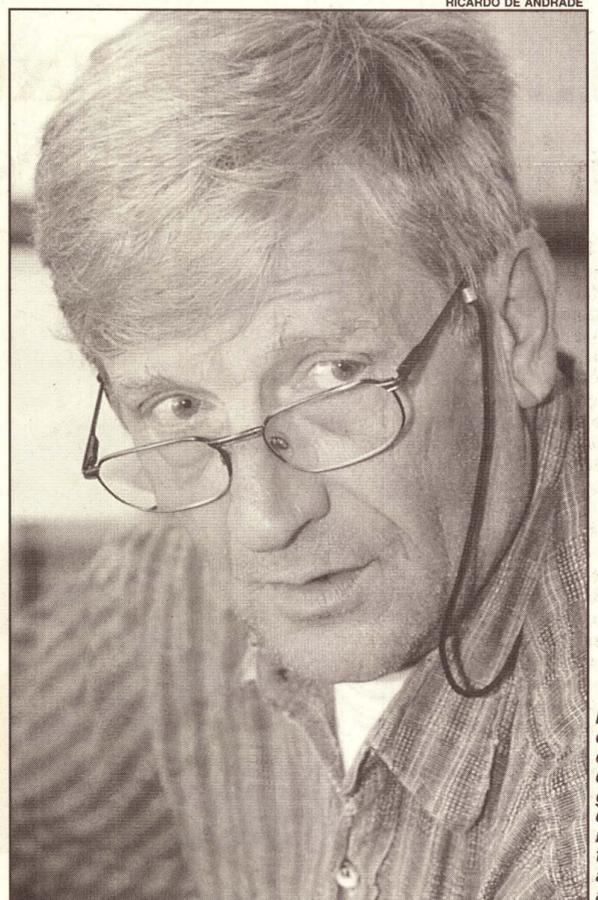
Como pesquisador experiente, Irgang acha que o principal objetivo ainda é o ensino de graduação, que considera a parte mais importante das atividades acadêmicas. Ele diz que o mais importante é ensinar e motivar. “Nós ligamos a questão do uso da planta ao aspecto que consideramos mais importante, que é o da conservação, pois estimulamos o cultivo das plantas e a preservação ambiental.” O pesquisador afirma que a função principal da Biologia é a conservação ambiental. Para a população auxiliar na conservação das diversas espécies, Irgang pensa que ela deve saber o que são as plantas, para que servem e como vivem, o que pode e o que não pode ser feito com elas.

“Incentivamos o cultivo não somente de plantas ortodoxas, que todo mundo conhece, e em geral são de origem européia. Estimulamos, também, o cultivo de plantas nativas, que são o aspecto que o povo não conhece muito bem.” Irgang afirma que os problemas ambientais se agravaram muito, exigindo que a Botânica e a Zoologia entrem em ação. “As pessoas não respeitam o que não conhecem. Por isso, é básico na nossa atuação a conservação do ecossistema. Todo o trabalho que fazemos em extensão tem por finalidade a conservação das espécies, recuperação de florestas, rios e banhados. Temos que incentivar o lado humano. Essa é a luta do botânico e do biólogo.”

Irgang informa que a parte de extensão do Departamento é realizada através de livros publicados, citando o projeto de classificação das árvores do sul do Brasil, em que o botânico, paisagista e fotógrafo Paulo Backes, mestre em Botânica e orientado de Bruno Irgang, está trabalhando. Com enfoque didático, o livro será editado com fotos coloridas e será dirigido a estudantes e leigos. “O trabalho com árvores é um trabalho que eu venho desenvolvendo há muito tempo como fotógrafo, e a minha idéia, desde que eu conheço o Bruno, era a de produzir um livro que levasse o conhecimento das árvores nativas para a população em geral”, diz Paulo. O projeto terá o patrocínio da companhia Souza Cruz e deverá retratar 150 árvores do sul do Brasil.

Atualmente, Irgang tem dado ênfase ao projeto de classificação de plantas aquáticas. Segundo ele, a coleta está sendo feita em várias regiões do país, em estados como Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, dando maior atenção às plantas do Rio Grande do Sul. Bruno Irgang trabalha há mais de vinte anos com vegetação aquática, e especial as macrófitas aquáticas, que são as plantas floridas que crescem dentro da água. O primeiro resultado dessa pesquisa foi o livro *Macrófitas Aquáticas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul*.

A próxima etapa, deve ser executada ainda neste ano, e Paulo Backes vai participar executando a parte fotográfica. Esse trabalho vai estudar 400 espécies de plantas aquáticas, no Estado. O objetivo é compilar um catálogo contendo as imagens das plantas e sua classificação, de forma técnica, que possa ser usada por agrônomos, que trabalhem com lavouras aquáticas, por piscicultores ou pessoas que trabalham com plantas ornamentais aquáticas.



Irgang considera que o ensino de graduação é a parte mais importante da atividade acadêmica.

PATRIMÔNIO

O vaivém do Setor de Recolhimento

A principal função é recolher bens permanentes, agregados ou relacionados, de que as unidades desejam se desfazer – desde que estejam devidamente identificados por placa ou etiqueta patrimonial

Qualquer unidade da UFRGS que queira solicitar recolhimento de seus bens deve emitir solicitação de recolhimento em forma de processo, e os bens a serem recolhidos devem estar identificados com seus números patrimoniais, conforme modelo disponível na Internet. O Setor de Recolhimento do Departamento de Patrimônio tem quatro cronogramas de recolhimento, um para cada campus, e os pedidos são inseridos de acordo com a ordem de chegada e a localização da unidade.

Este processo foi criado para evitar acúmulo de carga, favorecer toda a comunidade, facilitar e agilizar o recolhimento dos bens. Depois de recolhido e devidamente armazenado, o material é avaliado pela Comissão de Permanência e Desalienação, que avalia suas condições de uso e aproveitamento e define seu destino: redistribuição, leilão ou inutilização.

De acordo com o responsável pelo Setor, Armando Mendicelli Neto, grande parte do material inutilizado tem este destino devido às péssimas condições de armazenamento nas unidades de origem, que muitas vezes deixam os bens expostos à intempérie. O material destinado à redistribuição fica à disposição da comunidade universitária, que pode obter maiores informações pelo ramal 6615, de terça a quinta-feira das 14 às 16h30min.

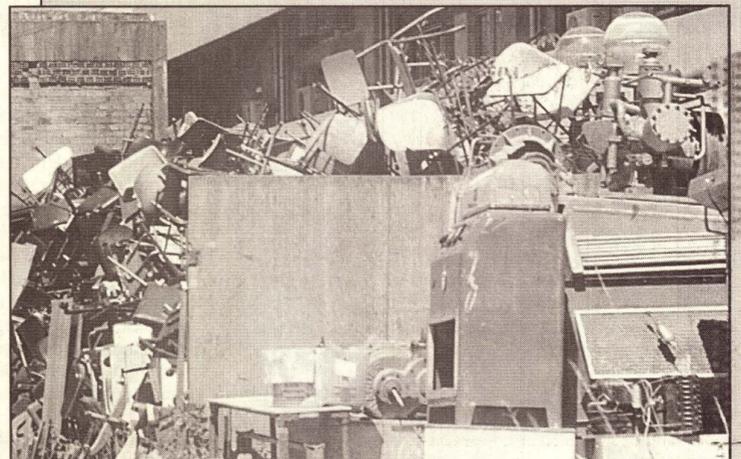
O material destinado a leilão é separado em vários lotes de acordo com a sua rubrica (computação, maquinário de escritório, material de laboratório, maquinário de oficina). Quando os lotes estão prontos, é feita a divulgação de edital em jornais de grande circulação com a data, o horário e o local. Podem participar do leilão pessoas físicas e jurídicas, sem vínculo com a Universidade, conforme dispositivo federal.

Somente são recolhidos materiais permanentes devidamente tombados: mesas, cadeiras, armários, arquivos, computadores, maquinário de escritório (calculadoras, máquinas de escrever...), maquinário e equipamentos de oficina e equipamentos de laboratório (que deverão estar limpos e com sua utilidade identificada). Canos, vasos sanitários, portas, janelas, não são bens permanentes, portanto, não são recolhidos. Materiais como restos de obras, lixo químico, orgânico e radioativo e vidraria de laboratório são de responsabilidade do Setor de Limpeza, vinculado à subprefeitura.

Conforme decisão de pró-reitores e diretores de unidades, o solicitante deve deixar o material em lugar de fácil acesso e providenciar no mínimo quatro pessoas para agilizar o recolhimento. “Mas, nem sempre esta determinação é cumprida”, reclama Mendicelli. “Muitas vezes encontramos o material a ser recolhido armazenado em locais de difícil acesso, insalubres e perigosos.”

O Setor de Recolhimento do Departamento de Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul localiza-se no Bloco 4 do Campus do Vale. Telefone para contato: (51)3316-6615 Fax: (51)3316-7110 e-mail: depatiri@vortex.ufrgs.br

ARMANDO MENDICELLI NETO



O material recolhido fica depositado, à espera de destinação

IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação

Será de 2 a 5 de abril, no Campus Central da UFRGS e nos prédios 40 e 41 da PUCRS, o IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, que reunirá professores de português do Brasil e do Exterior. Embora se destine a lusófonos, o Congresso terá a participação de representantes de países que falam outras línguas.

Este ano o tema será *O oral, o escrito e o digital na história da educação*. O eixos temáticos são: oralidade e processos educativos; leitura, escrita e escolarização; manuscritos e impressos como dispositivos pedagógicos; leitura, leitores e bibliotecas; manuais e textos escolares de História da Educação; o digital e a pesquisa em História da Educação; construção do objeto e fontes em História da Educação; e a Historiografia da Educação.

Entre os conferencistas estão Jean Hébrard, inspetor-geral da Educação Nacional da França e professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris; Magda Becker Soares, da Univer-

sidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Justino Magalhães, da Universidade do Minho (Portugal); e Nicholas Burbules, da Universidade de Illinois (EUA).

Os congressos luso-brasileiros de História da Educação têm se constituído em espaços de socialização de conhecimentos e intercâmbio entre pesquisadores dedicados ao avanço da pesquisa na área. Primeiro, em Lisboa, em 1996, com discussões e investigações sobre os processos de leitura e escrita. Depois em São Paulo, em 1988, sobre a profissão, as práticas docentes e a cultura escolar. O terceiro foi em Coimbra, há dois anos, e refletiu sobre a escola no eixo da cultura e da identidade. Informações complementares pelo telefone (51) 3316-5388.

PLATAFORMA LATTES

A Pró-reitoria de Pesquisa promoveu no dia 6 de março, no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, uma reunião com o tema Sistemas de Informação em Ciência e Tecnologia: a Plataforma Lattes. Foram plestrantes o diretor de administração do CNPq, Gerson Galvão, e o coordenador geral de Informática do CNPq, Paulo Henrique de Assis Santana.

ESTUDOS FEMINISTAS

No dia 7 de março, na Faculdade de Educação, foi realizada a mesa-redonda Gênero e Educação, com a participação de Dagmar Meyer, Guacira Louro e Luzinete Simões Minella. O evento, seguido de coquetel, fez parte do programa de lançamento da revista *Estudos Feministas* (volume 9, nº 2/2001) e teve o apoio do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GERGE) e da Linha de Pesquisa Educação e Relações de Gênero do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS.

UFRGS/UNIMED

O convênio UFRGS/Unimed – firmado em 1991 para dar atendimento de saúde a professores e técnicos-administrativos da UFRGS e seus dependentes – vem sendo intermediado desde outubro de 2001 pelo Departamento dos Assuntos da Comunidade Universitária (Dacom) da Pró-reitoria de Recursos Humanos, dirigido por Dagmar Kaiser. O Dacom situa-se no prédio do Núcleo da Saúde, na Avenida Protásio Alves, 297. Contatos pelo telefone 3321-3106.

III Salão de Extensão examina diversidade



Cultura deve ser produtiva

Conferências, minicursos, atividades culturais e uma mostra virtual inédita integram o programa do evento, a ser realizado de 17 a 20 de março.

Neste ano, o salão promove um seminário cujo tema central será *Identidade e Diversidade*, tendo como conferencistas os professores Gilberto Velho, do Museu Nacional (UFRJ); Renato Janine Ribeiro, do Departamento de Filosofia da USP; e Jean Galard, diretor cultural do Museu do Louvre (Paris). A programação inclui um concerto com o violonista Yamandú Costa e recital com o pianista Leandro Braga, além de um fórum único de coordenadores, estudantes e técnicos da UFRGS ligados a projetos de extensão.

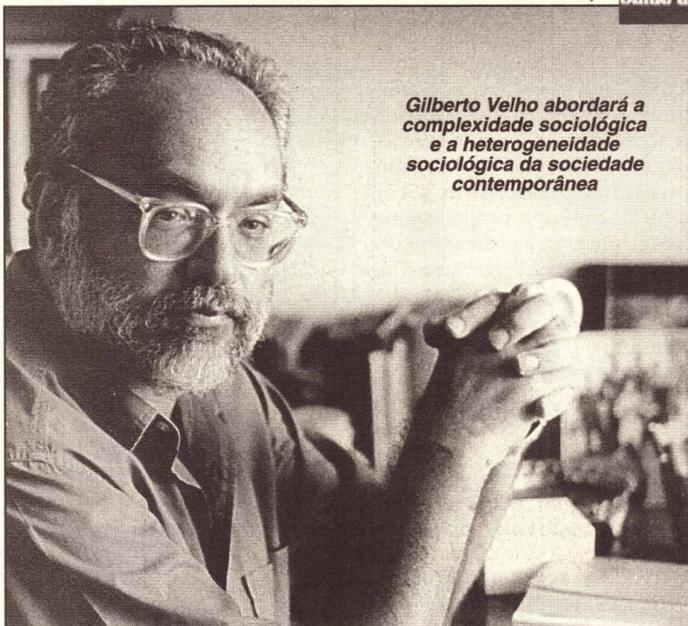
A iniciativa tem como objetivos abrir espaço aos extensionistas da comunidade universitária para a divulgação de seus trabalhos, reforçar o espaço de discussões sobre a extensão, oferecer à comunidade um maior contato com projetos e programas e propiciar aos universitários o acesso a referências conceituais de vanguarda que estimulem a renovação e a qualificação da prática acadêmica. Com a proposta de estimular a reflexão crítica sobre identidade e diversidade, o seminário apresentará alternativas interdisciplinares de ação acadêmica em diversas linhas.

Na conferência de abertura, que terá a mesma denominação do seminário, o professor de Antropologia Social da UFRJ Gilberto Velho abordará a complexidade sociológica e a heterogeneidade cultural da sociedade contemporânea. Doutor em Ciências pela USP, ele também falará sobre papéis e mundos sociais, identidades individuais e pluralismo sócio-cultural, entre outros temas. O professor considera a reflexão sobre identidades estratégica para toda a área de Ciências Humanas. As sociedades contemporâneas, ressalta, são constituídas por grupos étnicos das mais variadas origens; por diversas tradições culturais, como as de ordem religiosa e as regionais; por significativas diferenças de participação de gêneros e gerações.

"A estrutura de classe e a estratificação social também estabelecem recortes importantes em termos de visão de mundo e estilos de vida. Por tudo isso, a diversidade sócio-cultural cria um campo de possibilidades em que os indivíduos sublinham, reelaboram e transformam suas identidades através de trocas, experiências e de um contínuo processo de interação social." Assim, ele considera o pluralismo sócio-cultural não apenas como um fato histórico-sociológico, mas como um valor a ser sublinhado na construção de um espaço democrático.

DESIGUALDADES

Em entrevista concedida por e-mail ao *Jornal da Universidade*, o professor concorda que o Brasil está longe



Gilberto Velho abordará a complexidade sociológica e a heterogeneidade sociológica da sociedade contemporânea

de ser uma democracia racial e mesmo muito distante de uma sociedade em que as diferenças sejam valorizadas na construção da cidadania. "As fronteiras da desigualdade têm no fator étnico uma variável importante, como diversos estudos demonstram. Há uma predominância forte de brancos entre as elites, mas é muito diferente do que foi, por exemplo, a África do Sul no período do *apartheid* ou o sul dos Estados Unidos até há uns trinta anos atrás." Ele destaca que, historicamente, houve um intenso processo de interação entre grupos étnicos e categorias sociais. Mesmo com conflitos e desigualdade, acrescenta, houve algum tipo de troca e enriquecimento culturais recíprocos. "A importância de nossa cultura popular na constituição da identidade nacional é inegável."

As diferenças entre os sexos também devem ser consideradas. "Sem dúvida, existe uma gritante desigualdade nas relações entre os gêneros, que, ao se juntar à variável étnica, tem na mulher negra uma das categorias mais prejudicadas e até estigmatizadas." E onde entra a universidade? Como ela pode contribuir para que o pluralismo se torne um valor importante para a democracia, evitando a imposição de padrões culturais distantes da nossa realidade? "Não só a universidade, mas o ensino em geral, em todos os seus níveis, deve levar em conta a diversidade sociocultural do país e não ignorá-la com programas e projetos pretensamente universalistas, que acabam falhando por desconhecer as características e valores dos diferentes universos sociais envolvidos", responde o professor. "A preocupação em perceber, valorizar e levar em conta a heterogeneidade de experiências e visões de mundo deve começar desde

o ensino básico, chegando à universidade, que, por sua vez, tem um papel fundamental na reflexão e no encaminhamento da construção de uma cidadania política, inseparável de sua dimensão cultural."

Formação Interdisciplinar é o tema da segunda conferência, ministrada por Renato Janine Ribeiro, mestre em Filosofia pela Universidade Pantheon-Sorbonne e professor titular de Ética e Filosofia Política da USP. O terceiro e último conferencista do seminário é o francês Jean Galard, que vai falar sobre *Universidade: ação cultural e social* (confira matéria nesta edição).

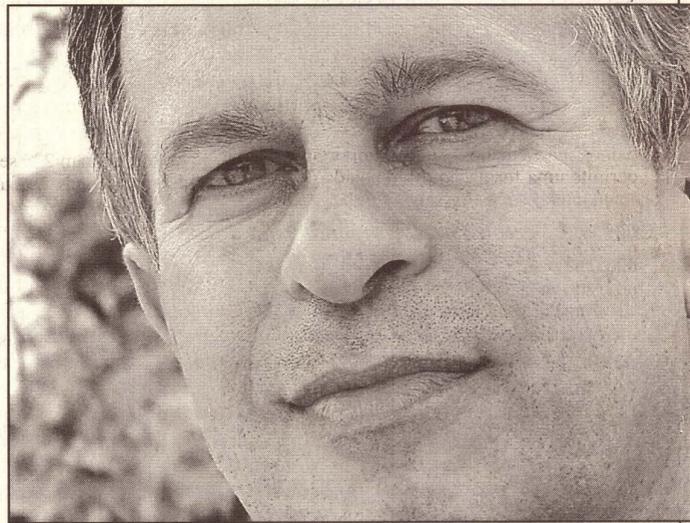
Durante todo o período em que o III Salão estiver sendo realizado, uma ilha multimídia de computadores estará disponível aos visitantes no saguão do Salão de Atos da Reitoria, na Mostra Virtual de Extensão. Uma das novidades deste ano, a mostra disponibilizará *home pages* de todos os projetos inscritos no salão, ficando abrigada na *site* da Pró-Reitoria de Extensão.

O fórum único que reunirá representantes do meio acadêmico ligados a projetos de extensão está previsto para começar às 14h do dia 20, na sala II do Salão de Atos da Reitoria. Entre seus objetivos, está discutir as conclusões dos fóruns de 1999 e 2000, verificando o atendimento das demandas, e produzir um documento único e referencial da proposta de extensão da Universidade. Quanto aos minicursos, estão previstos cerca de 70, de 18 a 20 de março, envolvendo as áreas de educação física, saúde, agronomia, arquitetura, direito, educação, biociências, artes, geociências, letras, psicologia, tecnologia de alimentos, pesquisas hidráulicas e terceira idade. As aulas serão à tarde e à noite, em salas do campus central da UFRGS, com inscrições gratuitas de 6 a 15 de março. (LC)

O professor titular de Ética e Filosofia Política da USP Renato Janine Ribeiro é o responsável pela segunda conferência do III Salão de Extensão da UFRGS, sobre *Formação Interdisciplinar*. Mestre em Filosofia pela Universidade Pantheon-Sorbonne, Ribeiro defende uma universidade em que a cultura esteja na ponta, fecundando as pesquisas em ciências humanas. Mas isso é possível em um contexto no qual os ensinamentos fundamental e médio não oferecem uma base cultural forte nem apostam na experimentação, em estimular o aluno a pensar? Em entrevista concedida por e-mail ao *Jornal da Universidade*, ele afirma que sim, embora reconheça a necessidade de uma base sólida para a realização de um trabalho multidisciplinar.

"O que fazer, se a universidade pública de boa qualidade recebe alunos com formação insuficiente? Vamos apenas culpar o ensino fundamental e médio ou tentaremos fazer o melhor que possamos com esses alunos?", questiona-se o professor. A universidade já está fazendo o possível, acredita, mas a novidade por ele sugerida é que a cultura se torne produtiva, deixando de ser considerada como idêntica à extensão. Isso implicaria assimilar a criação cultural e a difusão de novas técnicas de trabalho. "Hoje, a pesquisa é a *pró-reitoria filet mignon*, reservada aos cientistas *hard*, ao passo que a cultura se confia, como prêmio de consolação, ao pessoal de Humanas." Ribeiro discorda dessa visão e da política que ela implica, afirmando que a cultura pode ser produtiva para a pesquisa. "Há, nas Humanas, a possibilidade de um trabalho rico – desde que saibamos enfrentar os desafios que aparecem em nossa sociedade, deixando de simplesmente aplicar teorias prontas, de lavra norte-atlântica, a uma cultura que se formou, sim, a partir da Europa, mas que também é dissidente em relação a ela."

Um dos problemas a ser enfrentado, afirma o professor, é o da falta de valorização da universidade pela sociedade brasileira, que espera muito pouco da instituição. "Parece-me que boa parte de nossa sociedade vê, na boa universidade pública, apenas um lugar que fornece diplomas de graça – uma maneira de economizar com a escola dos filhos, a fim de investir o dinheiro no que realmente importa, que é o carro do ano, e de ao mesmo tempo assegurar a ascensão social da família. Já é um luxo quando se lembra que a universidade também faz pesquisa! Se puder, nossa sociedade terceiriza a pesquisa, compra-a fora do país, abre mão do sentido estratégico que há em termos uma ciência de qualidade feita aqui."



Renato Janine Ribeiro

FRONTEIRAS

Por sua vez, a universidade raras vezes assume uma posição ativa em relação à sociedade, diz Ribeiro. A atitude mais comum é a defensiva, principalmente nas ciências humanas. Quando nas Humanas se ouve falar em relação universidade-sociedade, se entende "sociedade" como "mercado", e a reação é de defesa, o que o professor considera curioso. "Ora, são justamente as Humanas que estudam a sociedade e que sabem que ela vai bem além do mercado! Devemos, então, marcar nossa posição e combater justamente no terreno que entendemos melhor do que ninguém: o que é a sociedade, o que são suas lutas, seus movimentos, sua densidade. Em suma: deveríamos tentar definir agendas plurais, não partidárias, para o país. Em vez de ficarmos a reboque da demanda estatal, empresarial, político-partidária ou da imprensa, deveríamos tentar definir o que propomos para o país. É claro que não serão propostas sem política. Gostaria que tivéssemos propostas divergentes, abrindo espaço para a opinião decidir, por exemplo, se quer um poder liberal ou se o quer socialista, mas em todos os casos com balizas mais sólidas do que usualmente se tenta."

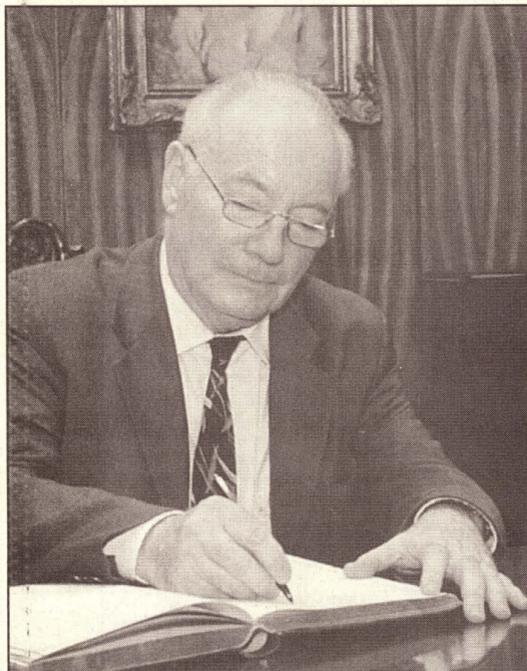
Defensor de iniciativas que apostam na experimentação e na formação interdisciplinar, o mestre em Filosofia tem se interessado sobretudo por duas questões de fronteiras na vida acadêmica. A primeira é a de forçar para fora as fronteiras da pesquisa, almejando inovar e não copiar ou repetir. "Aí me parece que o interdisciplinar é rico, na medida em que testa uma teoria, uma idéia, uma forma fora de seu contexto de origem. A geometria se tornou riquíssima quando, já velha de dois milênios, saiu da agrimensura e veio formatar as novas ciências, no começo da modernidade, em pleno século 17. Podemos testar isso com outras formas e idéias, vendo como enfrentam desafios distintos."

A segunda questão que desperta o interesse de Ribeiro diz respeito à fronteira entre a universidade e a sociedade. A pesquisa em Exatas e Biológicas pode se converter em tecnologia, e isso acaba beneficiando muito as pessoas, destaca. "Se imagino as roupas de alguém, sei que há muita coisa ali que veio de pesquisas recentes – um novo tecido, uma nova forma de produzir sapatos, etc." No caso das Humanas, isso é menos conhecido. É como se as ciências Exatas e Biológicas tivessem sua forma de traduzir seus resultados, socialmente falando, mais reconhecida – enquanto mal se comenta como as Humanas levam seu trabalho a público. No entanto, afirma o professor, basta ler um jornal para perceber como ele leva a marca das Humanas. Mas leva menos do que pode. Ribeiro costuma perguntar quanto de Freud passou para a consciência pública. "Não muito mais do que a idéia de uma certa importância do sexo!", responde ele mesmo. "Um século depois de Freud, continuamos desconfiados do id, ou até ignorando sua existência (veja quanta gente fala em subconsciente, quando o termo certo – e que quer dizer outra coisa – é inconsciente. É significativa a confusão). Enfim, um desafio nas Humanas é pensar como elas podem, a um tempo, inovar e levar para a sociedade o que fazem de melhor."

Heidelberg em Porto Alegre

Cerca de 250 alunos compareceram ao salão nobre da Faculdade de Direito da UFRGS, de 4 a 7 de março, para assistir ao curso *Sociedade Multicultural e o Direito da Família na Europa*, ministrado pelo professor Erik Jayme, da Universidade de Heidelberg (Alemanha). Diretor do Insti-

RENI JARDIM



Erik Jayme

tuto de Direito Comparado, Direito Internacional Econômico e Privado da universidade alemã, Jayme veio ao Brasil a convite do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS. Nos encontros, realizados à noite, o professor e doutor alemão falou sobre as diferenças culturais entre os países europeus e o modo como essa questão é tratada pelo Direito, principalmente tendo em vista a Comunidade Européia.

O curso foi viabilizado por meio de um convênio entre a UFRGS e a Universidade de Heidelberg, firmado em 1987, visando à cooperação ampla em todas as áreas de ensino. Desde então, o protocolo vem possibilitando que professores da UFRGS ministrem cursos em Heidelberg e vice-versa, além de garantir o intercâmbio entre estudantes das duas instituições. Vários professores daqui obtiveram o doutorado lá, em áreas como Filosofia, Direito, Ciências Biológicas, Economia.

Doutor *honoris causa* por diversas universidades, Jayme abordou temas como igualdade e diversidade, sociedade multicultural e direito pós-moderno, liberdade de circulação, criação do Direito Internacional Privado pós-moderno, entre outros. O professor falou sobre o princípio da não-discriminação contido no Direito Comunitário europeu, que consiste no tratamento igualitário aos estrangeiros dos Estados-Membros da Comunidade. Na Alemanha, informou, há 7,3 milhões de estrangeiros, em uma população de 82 milhões de pessoas.

Ao destacar a questão da sociedade multicultural e o Direito pós-moderno, Jayme exemplificou as diferenças entre as legislações dos países com o tratamento dado às uniões homossexuais. Na Holanda, existe a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Já na Alemanha, é permitido somente o registro da "união da vida" (*Lebenspartnerschaft*) homossexual.

Além dos cerca de 250 alunos, o curso contou com presenças de professores da Faculdade de Direito. Na Universidade de Heidelberg, Erik Jayme foi orientador de teses de doutorado de professores da UFRGS, entre eles, a coordenadora do Programa de Pós-Graduação, Cláudia Lima Marques.

Salão e Feira de Iniciação Científica batem recordes em 2002

O 13º Salão de Iniciação Científica e a 10ª Feira de Iniciação Científica, realizados entre os dias 11 e 15 de março, na Escola de Educação Física da UFRGS, no Campus Olímpico, foram marcados por novidades. Uma delas é que o Salão passou a integrar a Semana Acadêmica da Universidade. A outra é que o segmento de público cresceu.

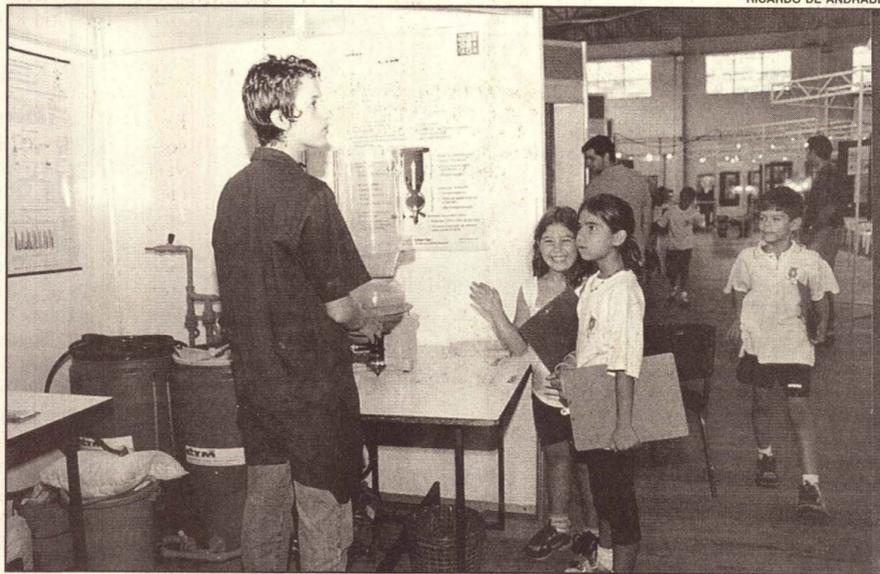
A direção do evento promoveu uma programação direcionada aos calouros da Universidade. Foram mais de 80 estudantes inscritos. Visitas e palestras também foram organizadas para alunos dos cursos médio e fundamental. Além da Escola Técnica da UFRGS e do Colégio de Aplicação, participaram outras escolas da comunidade.

A ocupação do espaço físico do Campus também foi ampliada. Pela primeira vez, o salão se realizou durante três turnos, usando 21 salas para apresentação dos trabalhos e os dois ginásios da ESEF para exposição de pôsteres e estandes.

O evento apresentou este ano números recordes: 2.279 trabalhos inscritos, 21% a mais que no ano anterior. Destes, 708 eram de fora da Universidade. Este ano, o Salão contou também com representações do Mercosul: 16 trabalhos vindos da Argentina, do Uruguai, Paraguai e Chile.

Na solenidade de abertura, estiveram presentes cerca de 400 convidados. Fizeram parte da mesa a reitora da Universidade, Wrana Maria Panizzi; o vice-reitor, José Carlos Hennemann; o pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto; a vice-pró-reitora de Pesquisa e coordenadora do evento, Marininha Aranha Rocha; o diretor da Escola de Educação Física da UFRGS, Ricardo Petersen; Jane Zoppas Ferreira, representante da comissão organizadora; a representante dos consultores externos do PIBIC/CNPq, Helena Nader; e o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Sergio Bampi.

Para Wrana, o salão não cresceu só em termos quantitativos, mas também na qualidade dos trabalhos apresentados. "Isto é importante porque permite uma formação diferenciada de todos os estudantes, especialmente na sociedade do saber, na qual vivemos hoje. O Salão significa um importante passo em termos de renovação do conhecimento." Segundo ela, o Salão ainda revela o papel que a UFRGS tem junto à comunidade. "A Universidade não pode ser medida só em números, qualidade ou expansão de vagas, mas também pela sua capacidade de reflexão, pela sua capacidade de produzir conhecimento e de renovar os conhecimentos que produz." Wrana lembra que este é um ano excepcional, devido à greve dos docentes e técnicos-administrativos. Por isso, a alteração da data do Salão, que ocorria tradicionalmente no segundo semestre de cada ano. "O fato de o Salão ter sido postergado não significou perda na quantidade nem na qualidade dos trabalhos apresentados, o que revela o



Este ano foram inscritos 2.279 trabalhos, 21% a mais que no ano anterior

compromisso da comunidade acadêmica, que, mesmo depois de um período de greve, vem cumprindo integralmente todas as suas atividades", diz Wrana.

Foram programados para o evento uma agenda cultural com a apresentação do Andanças – grupo de danças populares da UFRGS – e um Concerto de Flauta-doce no Período Barroco, com Rodrigo Calveyra e Renata Duarte. Também foram apresentados, nos dias 12 e 14, dois painéis: Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia: os Novos Desafios da Interação Universidade-empresa e o Tema Ética, Ciência e Cidadania no Uso da Água.

AValiação

O Salão contou com três professores em cada sala de aula avaliando os trabalhos. Para facilitar a organização, foram feitas sessões de apresentações por temas, em oito áreas: Linguística, Letras e Artes, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências e Saúde, Ciências Agrárias e Engenharias. Ao todo, foram 228 sessões. Cabe à organização definir as comissões julgadoras com base nas indicações das unidades. No final de cada sessão, os professores destacaram os trabalhos mais expressivos. No último dia do evento, foram realizadas sessões especiais. Os destaques de cada uma das oito áreas receberam troféus e certificados da UFRGS. Entre eles, foram selecionados os ganhadores do Prêmio Jovem Pesquisador da UFRGS, que receberam troféu especial e certificados. Também houve prêmio para o trabalho mais destacado da Feira.

Os trabalhos da Feira de Iniciação Científica, que se realizou paralelamente ao Salão, foram exibidos em estandes, em forma de peças, modelos, protótipos e processos, possibilitando uma comunicação direta e interativa dos alunos com visitantes. "A feira é um ótimo exercício para o aluno", avalia Carlos Alexandre Netto, pró-reitor de Pesquisa.

Para ele, a iniciação científica é uma das atividades mais importantes no sentido da formação científica e acadêmica dos futuros pesquisadores. "O Salão de Iniciação Científica demonstra isto de maneira bastante clara, pela qualidade e profundidade dos trabalhos nele apresentados. O papel da pró-reitoria de pesquisa é apenas montar a estrutura adequada para que os trabalhos sejam apresentados. A qualidade e a motivação dos participantes são o que deu ao Salão o sucesso que tem hoje, reconhecido por todos", diz Netto.

Segundo ele, a idéia de promover um evento desse porte surgiu para mudar a maneira como os alunos encaravam o programa de pesquisa e aumentar o nível de exigência dos trabalhos. Até então, os resultados eram apresentados em relatórios escritos, que descreviam as atividades dos bolsistas. Em 1989, a UFRGS decidiu fazer uma apresentação em forma de evento, para mudar a maneira como os alunos encaravam o programa e dar maior visibilidade aos resultados. Em vez de se concentrar apenas nos relatórios das atividades, o bolsista passou a diversificar as formas de apresentação. Com isso, passou-se a ter a apresentação oral – exposição dos trabalhos aos colegas por 10 minutos –, apresentação de pôsteres – contendo todas as informações da pesquisa – e exposição de síntese, que depois é publicada no Livro de Resumos e em CD.

Para Marininha, a cada ano o Salão e a Feira vêm melhorando o desempenho. "O evento reflete todo o potencial dos nossos estudantes e do quanto a iniciação científica pode ser importante no despertar de vocações científicas. Também é eficiente na contribuição da formação acadêmica ou profissional do estudante."

APOIO

Uma das parceiras do Salão é a Fapergs, que possui, há cerca de 10 anos, um programa de ini-

ciação científica. Em 2001, concedeu 1.476 bolsas para todo o Estado do Rio Grande do Sul, na modalidade de iniciação. O montante chegou a R\$ 4 milhões e 200 mil. Na UFRGS, 495 pesquisadores tiveram seus projetos aprovados pela Fapergs, o que representou um investimento de quase R\$ 1 milhão. "A virtude do programa é que desperta no docente e no aluno a vontade de trabalharem juntos com a mesma finalidade. A partir daí, criou-se uma nova ética nas relações, na medida em que se passou a descobrir investigadores desde muito cedo, durante o processo de aprendizagem", diz Sergio Bampi, presidente da Fapergs.

Para a representante dos consultores externos do PIBIC/CNPq, Helena Nader, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela pró-reitoria de Pesquisa é ímpar. "O Salão vem contemplando os melhores de todas as áreas pela competência. Considero positiva a qualidade da produção que vem sendo feita aqui", diz.

Helena ressalta que a função da universidade é ser uma fonte geradora do saber e compete aos docentes estimular os alunos na busca da informação e do questionamento. "Na hora em que se faz ciência, está se ensinando ao aluno questionar e buscar estas informações. Eu acho isto fantástico", diz.

Ela lembra que produzir ciência custa caro em qualquer parte do mundo. Mas esta é uma das alternativas de evolução para o Brasil. "Temos que optar. O retorno não é imediato, mas é compensador." Ela também se mostra satisfeita com a evolução e o crescimento de pesquisas feitas no país. Os números justificam. A quantidade de trabalhos publicados em periódicos no exterior cresceu muito. Na década de 70, foram publicados cerca de 300 trabalhos. Em 2001, foram cerca de 6 mil. "A única maneira de o Brasil crescer é contaminar o jovem, deixá-lo viciado no pensar. Talvez não se torne um cientista, mas, com certeza, será um profissional diferenciado", diz Helena. (CF)

PRÊMIO JOVEM PESQUISADOR

Linguística, Letras e Artes:
Alexandre Bastos Demetrio
Ciências Exatas e da Terra:
João Ricardo Bittencourt
Ciências da Saúde:
Denise Paschoal Soares
Ciências Humanas:
Juliana Brandão Machado
Ciências Sociais e Aplicadas:
Patricia Ullmann Palermo
Ciências Agrárias:
Luiz Felipe Lecznieski
Ciências Biológicas:
Flavia Helena da Silva
Engenharias:
Márcio Afonso Schmidt

PRÊMIO FEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2001:

Ciências Exatas e da Terra:
Denise Goulart Nunes
Menção Honrosa:
Ciências Sociais e Aplicadas:
Bruno Castro da Silva
Ciências Exatas e da Terra:
Andréa Seadi Guanabara

PERGUNTE AO PROFESSOR

Qualquer leitor (mesmo que não seja aluno da Universidade) pode encaminhar suas dúvidas ao jornal por carta ou por e-mail. A questão será encaminhada ao setor correspondente e a resposta sairá na edição seguinte. Comunique-se com esta seção em carta para: **Jornal da Universidade, Avenida Paulo Gama, 110, 8º andar, Porto Alegre, RS, CEP 90046-900** ou pelo e-mail jornal@ufrgs.br. Não esqueça de informar nome, cidade e profissão.

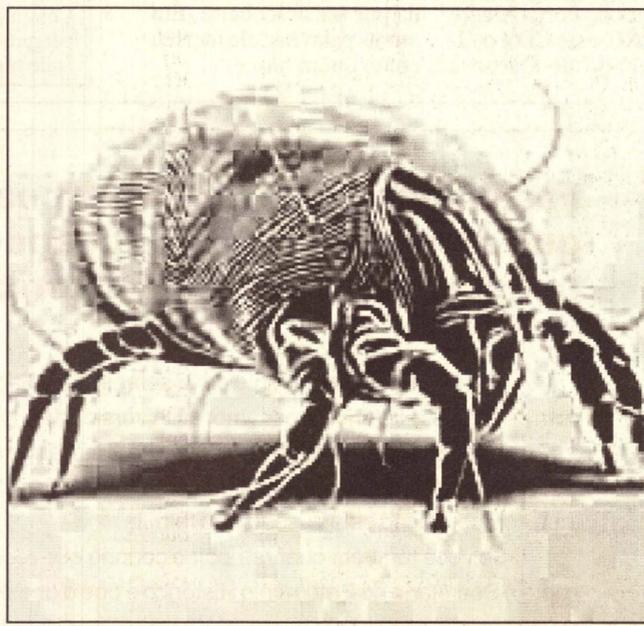
Quem são os ácaros

PERGUNTA 1 – "Ouvi dizer que os ácaros são animais minúsculos que vivem aos milhares na nossa cama e se alimentam dos restos da nossa pele. Ouvi dizer também que eles têm a aparência de um porco e que as laterais de seu corpo parecem impressões digitais. É verdade? Quantas pernas eles têm? Será que já foram fotografados? Querida saber mais sobre os ácaros."

Lidiane Fleck Simões, estudante, 12 anos de idade, residente em Porto Alegre

RESPOSTA – Quem responde é Marilise Brittes Rott, professora de Parasitologia, do Departamento de Microbiologia do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS).

"Os ácaros da poeira doméstica são espécies de vida livre, pertencentes principalmente à família *Pyroglyphidae* (especialmente os gêneros *Dermatophagoides* e *Blomia*). São comumente encontrados na poeira dos colchões, travesseiros, móveis e pisos domésticos. Seu desenvolvimento é favorecido pela umidade relativa do ar (ótimo em torno de 75%), pela reduzida ventilação e pelo acúmulo



de poeira. Medem menos de 1mm de comprimento e existem em grande quantidade no ambiente.

Estima-se que um grama de poeira possa conter 5.000 ácaros e 250.000 bolotas fecais, que tendo um tamanho similar ao dos grãos de pólen, compartilham com estes algumas características aerodinâmicas, como a de não penetrar facilmente nas vias aéreas inferiores, sendo rapidamente removidas do ar pela ação da gravidade. Porém, já foram identificadas partículas menores, capazes de alcançar as estruturas brônquicas terminais ou inferiores.

Alimentam-se, fundamentalmente, dos fungos do ar e da descamação da pele humana. Os seus antígenos podem ser encontrados por toda a casa, principalmente nos travesseiros, colchões, cobertas, móveis estofados, carpetes, cortinas, bichos de pelúcia etc. Geralmente associam-se a outros componentes, como poeiras inorgânicas, descamação e pêlos de animais, fungos, pólenes, restos e excretas de outros insetos (como as baratas), espalhando no ar muitas partículas antigênicas.

Algumas alergias respiratórias, como a asma e a rinite alérgica, bem como dermatites alérgicas, podem ser provocadas por esses minúsculos ácaros ou por seus produtos (dejetos, secreções, fragmentos de ácaros mortos etc.).

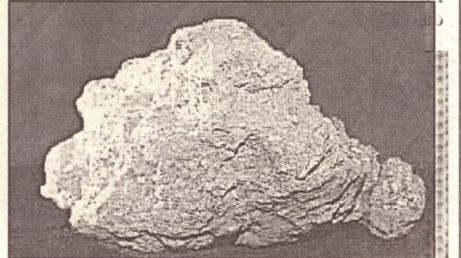
Entre as medidas de controle das populações de ácaros estão as seguintes:

- desumidificação do ambiente através de ventilação ou uso de aparelhos desumidificadores, climatização ou outros recursos;
- remoção freqüente da poeira, mediante aspiradores de pó, lavagem do piso ou limpeza com pano úmido; troca freqüente de fronhas, lençóis, cortinas; lavagem ou eliminação de bichos de pelúcia etc.;
- uso de filtros nos sistemas de ventilação central, quando existentes."

Em busca do ouro

PERGUNTA 2 – "Um amigo me garantiu que o subsolo do Rio Grande do Sul tem ouro e que a plataforma marítima tem petróleo. Nos meios de comunicação já tive referências da possibilidade de haver petróleo ao longo da costa, mas nunca tinha ouvido falar em ouro por aqui. Quero perguntar a um professor se é fato que existe ouro no Rio Grande do Sul e, se existe, gostaria de saber onde estão os veios e qual o seu potencial."

Marco Aurélio Vergara Pons, corretor, Porto Alegre



RESPOSTA – Quem responde é o professor Léo A. Hartmann, do Instituto de Geociências e membro da Academia Brasileira de Ciências.

"O Rio Grande do Sul já teve três minas de ouro em produção e tem um excelente potencial para a descoberta de novos depósitos de ouro. A mina de Lavras do Sul produziu ouro durante algumas décadas no século passado, principalmente nos cascalhos do rio que corta a cidade. A mina da Bossoroca, em São Sepé, também produziu ouro no final do século passado. Ouro foi extraído do minério de cobre da Mina de Camaquã. Infelizmente, as três minas esgotaram a produção, mas o estado tem indicações geológicas de ouro em muitos lugares. Esses lugares abrangem toda a região entre Caçapava do Sul, São Gabriel, Dom Pedro e Pinheiro Machado. Por exemplo, é muito comum encontrar pepitas de ouro nos cascalhos dos arroios da região da Vila Palma, 40 km ao sul de São Gabriel. Até hoje, são encontradas pepitas no rio que corta Lavras do Sul, após uma chuva forte. Portanto, utilize uma bateia e busque ouro, que você encontra algumas pepitas. Ou faça um investimento de R\$ 80 milhões e encontre um depósito de grande porte."

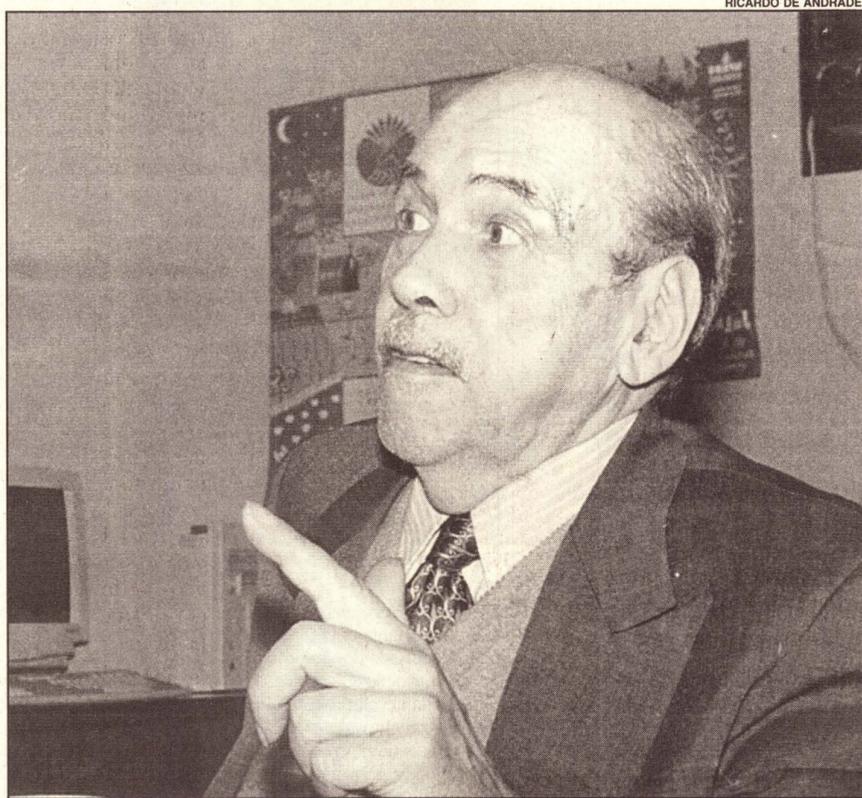
PERSONALIDADE

Barbosa Lessa morreu como quem nasce

Ele foi embora discretamente, como viveu seus 50 anos de produção intelectual

Com a morte de Luiz Carlos Barbosa Lessa, no dia 11 de março, aos 72 anos, o Rio Grande do Sul perdeu uma de suas personalidades mais brilhantes e fundamentais. Seu temperamento discreto, avesso à promoção pessoal, durante um bom tempo pareceu ter contribuído para que os críticos e os estudiosos da cultura não lhe tivessem dado o devido reconhecimento. No livro *Quem é Quem nas Letras Rio-Grandenses* (1982), por exemplo, não aparece sequer uma referência crítica a sua obra literária. Um intelectual do porte de Armindo Trevisan não esconde que só foi ler Barbosa Lessa recentemente e que teve “enorme surpresa” ao descobrir um grande escritor.

O reconhecimento de sua obra como um todo, para além dos apressados (e preconceituosos) rótulos de “tradicionalista” e “folclorista”, só veio nos últimos anos. Tanto, que em seu discurso como patrono da Feira do Livro de 2000 ele comemorou, em tom ao mesmo tempo irônico e modesto, o fato de, “finalmente”, estar sendo reconhecido como escritor. Não era para menos. Publicou mais de 50 livros de ficção, história e antropologia cultural, entre os quais se destacam *Os Guaxos* (1959), *Nova História do Brasil* (1962), *Rodeio dos Ventos*



Barbosa Lessa: reconhecimento tardio, mas a tempo de ter sido patrono da Feira do Livro de 2000

(1978), *Nativismo, um fenômeno social gaúcho* (1984), *O Continente do Rio Grande* (1987) e *Era de Aré* (1993).

No fascículo dedicado a Lessa na série “Autores Gaúchos”, do Instituto Estadual do Livro, o jovem crítico literário Leandro Sarmatz começava em 2000 a dar forma a esse “resgate”. Escreveu: “Distante da figura do gaúcho bravateiro que certos setores da indústria cultural insistem em repisar, ao longo de 50 anos de avultada produção intelectual Barbosa Lessa rastreia a tradição que forjou o Rio Grande do Sul. Sem alarde, essa

atividade tem algo de deliberada opção pela reserva – mesmo em obras que procuram alcançar um sopro mais épico”. (...) A sorte de tudo o que é discutido e criado na cultura dos galpões – rurais ou urbanos – parece ainda depender dele”.

Mas, paradoxalmente, a modéstia (ou desapego às glórias) de Lessa o levava a minimizar sua significação como escritor. No texto que escreveu para o encarte do recém-lançado CD *Barbosa Lessa 50 Anos de Música*, ele manifesta isso claramente. Depois de ouvir, em outubro do ano passado, a prova do disco, com as gravações originais de 26 músicas que passaram por um processo de recuperação digital, ele datilografou, em sua velha e inseparável Remington:

“Tive a estranha sensação de que um bando de 26 crianças veio ao meu encontro, pulando de alegria mas protestando: ‘Papai! Por que se esqueceu da gente?’. Fui reconhecendo de uma em uma, e no fim descobri que a música, aparentemente esquecida, ainda é o melhor dentro de mim: uma alma viva acalentando emoção.”

Produzido pelo jornalista Juarez Fonseca e o empresário cultural Carlos Branco, com patrocínio da Prefeitura de Porto Alegre e da CEEE, este CD é o último legado de Barbosa

Lessa. Foi feito sob a liderança dele, que, já doente terminal (mas sem se vencer disso), teve a idéia e separou de seu acervo muitas das gravações, em maioria recuperadas de antigos discos de vinil. Privilegiando os anos 50 e 60, o CD reconstitui boa parte daquele tempo em que a música regional gaúcha era tratada como música nacional.

O disco começa com o clássico *Negrinho do Pastoreio*, de 1950, música-símbolo do regionalismo gaúcho. Entre as outras, *Quero-Quero* (primeira composição de Lessa, feita aos 17 anos), *Me dá um Mate*, *Carreteiro*, *Rancheira de Carreirinha*, *Entrevero no Jacá*, *Aroeira*, *No Bom do Baile*, *Quando Sopra o Minuano*, *Canção do Tropeiro*, *Milonga do Bem Querido*, *Balseiros do Rio Uruguai*, as danças *Balaio* e *Pezinho* (tidas como de domínio público, são na verdade recriações de Lessa e Paixão Côrtes). Alguns dos intérpretes: Conjunto Farroupilha, Inezita Barroso, Luiz Gonzaga, Os Gaudérios, Luiz Arruda Paes e Noel Guarany.

Barbosa Lessa era um espírito renascentista e um multimídia antes do tempo. Sua obra está toda aí, nova, em alguns casos ainda por ser descoberta. Em outras palavras: ele morreu como quem nasce.

“Voltei para sentir o cheiro da bosta”

Em 1954 o Rio Grande do Sul já parecia pequeno para Barbosa Lessa. Nos sete anos anteriores, ele e Paixão Côrtes já haviam definido praticamente todas as bases do que viria a ser o Movimento Tradicionalista Gaúcho. Depois da “aventura” estudantil desenvolvida a partir do Colégio Júlio de Castilhos em 1947, criaram em 1948, junto com outros 22 rapazes, o pioneiro 35 Centro de Tradições Gaúchas. De 1950 a 1952, palmilharam o Estado em pesquisas do folclore e das danças típicas quase esquecidas, aprontando o *Manual de Danças Gaúchas*.

Faltava encontrar uma editora que publicasse as partituras e intérpretes para gravar as músicas, coisa que só poderia ser feita em São Paulo ou no Rio. Como Paixão, recém-formado em Agronomia, começou a trabalhar na Secretaria da Agricultura, Lessa decidiu que iria sozinho para São Paulo. Foi e ficou. Lá, além de ter conseguido tornar conhecidas em todo o Brasil as danças e o novo repertório musical gaúcho, nas vozes de alguns dos maiores cantores e cantoras da época, tornou-se um profissional múltiplo. Fez cinema, televisão, publicidade, escreveu romances, peças de teatro, ensaios de história e antropologia. Tornou-se, enfim, um dos mais profícuos intelectuais já nascidos no Rio Grande do Sul. Até que um certo dia...

Na edição de novembro de 1999 o *Jornal da Universidade* publicou uma longa entrevista com Barbosa Lessa. Ele contou como e por que, em 1974, decidiu voltar para o Rio Grande do Sul. Vamos lembrar:

“Moro lá nas grotas de Camaquã, lendo, escrevendo e levando adiante um artesanato de erva-mate entre matos, cachoeiras e famílias de bugios. Vocês talvez não possam imaginar o que é viver por 20 anos no centro de São Paulo. Eu morava na Avenida 9 de Julho e trabalhava no Vale do Anhangabaú. Ver uma menina e um menino, meus filhos, nascerem e crescerem naquele burburinho era uma parada meio dura. Além disso, trabalhar em coisas ‘simples’ como produção de televisão, produção de shows, publicidade, era uma ‘calmaria’ total.

Um dia, abri o jornal Shopping News e tinha uma página inteira mostrando o Rio Grande do Sul, na região de Palmares e Mostardas. Perguntei para mim mesmo: ‘O que estou fazendo aqui nesta loucura?’. Resolvi na hora. Voltei. Na rodoviária mesmo comprei uma passagem para Palmares. Foi difícil chegar lá, pois praticamente não tinha estrada. Cheguei. Não havia hotel, mas nos fundos de um bolicho tinha umas camas e o dono aceitava hóspedes. Peguei uma e fiquei curtindo, olhando para o campo e procurando a estrada de ferro Palmares-Osório, que já não existia mais.

Combinei com o dono de um jipe que fazia o serviço de táxi, para me pegar no dia seguinte e irmos para Mostardas. Quando saímos, um sargento e três soldados cercaram o jipe, foram revistar o bagageiro e queriam saber o que eu estava fazendo na região. O ano era 1974. O sargento falou:

– Desde ontem estamos vendo que o senhor está andando de lá para cá cá, sozinho, com esta pasta. Mostre a sua carteira de identidade.

Quando viram que a carteira era de São Paulo, a coisa engrossou:

– O senhor é paulista? Essa história está mal contada. O que um paulista, sozinho e de pasta na mão, quer por aqui? Vamos dar um jeito nisso.

Estavam me levando preso, quando o sargento insistiu:

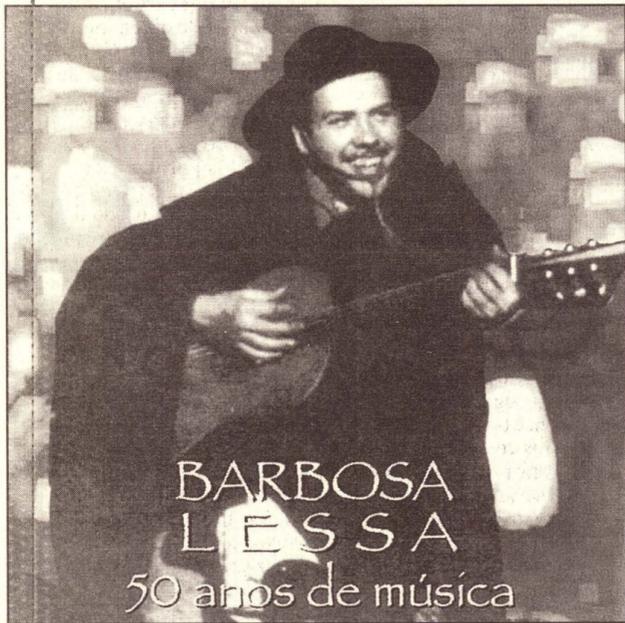
– Diga a verdade: o que o senhor está fazendo aqui? – Vim para sentir o cheiro da bosta – respondi. O sargento ficou brabo e disse que aquilo não eram modos nem expressões para se responder às autoridades. E eu continuei falando:

– Na última vez que estive aqui, há 20 anos, para sentir o cheiro da bosta, fui muito bem recebido pelo Nei Azevedo lá na casa do seu Alípio.

Por coincidência, ou sorte, naquela época o Nei Azevedo era o palmaresense mais respeitado pelo presidente do IRGA, o Instituto Rio-grandense do Arroz. O sargento ficou com medo e deve ter achado que acabaria enrascado, por eu ser amigo do Nei. E isso me salvou. Fui liberado.

Assim começou o retorno do quera que morava em São Paulo e queria voltar ao Rio Grande do Sul. Desde aquela época eu valorizei aquela paisagem. Até que dois anos antes da aposentadoria saí perguntando aos amigos onde havia um lugar com água e mata. Cheguei a ir até Caçapava, onde achei água mas não achei mata. Para Palmares não fui porque achava, naquele tempo, de difícil acesso. Terminou com o Egídio Schlabit, lá da Vila do Cristal, que foi prefeito de Camaquã e nem me conhecia, querendo me presentear com uma terrinha junto ao rio. Agradei mas não aceitei. Não era bem o que eu queria.

Tempos depois, ele soube que um vereador amigo dele estava querendo vender uma terra lá no interior de Camaquã e me avisou. Fui lá, abrimos uma pequena trilha e descemos pelo leito do arroio. Aquilo sim, era o que eu desejava: mata e água. Com algum sacrifício voltei lá com minha mulher, Nilza, e perguntei se ela toparia a gente se mudar para lá. Hoje ela gosta do lugar mais do que eu. Estamos lá há 11 anos.”



O último legado de Barbosa Lessa

Faça como a Michelle: retribua o carinho que recebeu da UFRGS doando o que puder para os Prédios Históricos.



Michelle Bolico, estudante do 3º semestre da Faculdade de Administração da UFRGS, contribui com os Prédios Históricos “por amor à Universidade”.

Nascida em Tapera há 21 anos, e há 2 morando sozinha em Porto Alegre, Michelle encontra na UFRGS muito mais do que um ambiente universitário. “Sinto um carinho muito grande. Encontro aqui uma compensação pela ausência da família”.

Se você também quer retribuir o carinho que recebeu da UFRGS, peça seu carnê ou débito em conta à Secretaria do Patrimônio Histórico e doe o que puder.

Universidade já formou em português 500 estrangeiros

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

● LAÍS CHAFFE
Jornalista

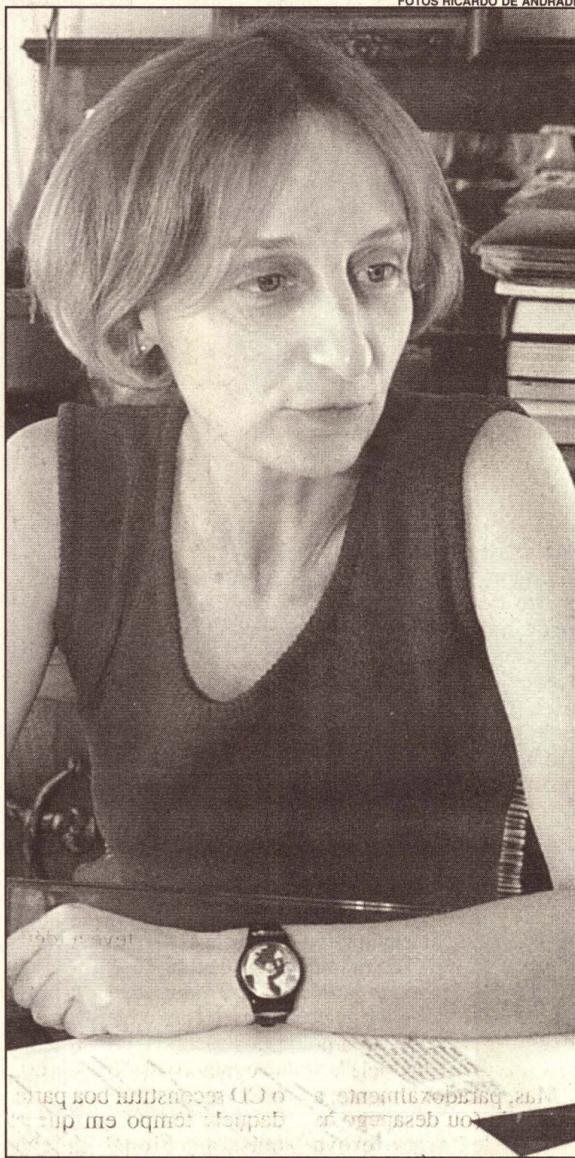
Desde 1994, um projeto idealizado pelo Instituto de Letras da UFRGS vem sendo recebido com entusiasmo por estudantes e profissionais de várias partes do mundo

O Programa de Português para Estrangeiros (PPE), coordenado pela professora Margarete Schlatter, é um dos poucos deste tipo oferecidos por universidades públicas brasileiras. Em torno de 500 alunos já se dispuseram a aprender nosso idioma através do programa, que a cada semestre oferece dois cursos de nível básico, outros dois intermediários e quatro específicos: *Conversação, Leitura e Produção de Textos, Cultura Brasileira e Tópicos de Literatura Brasileira*, este último uma novidade, implantada a partir de março deste ano.

Vindos de todos os continentes, os estudantes ficam em média um ano no país. Assim como as origens, os objetivos são os mais variados. Há professores e pesquisadores visitantes que integram programas de intercâmbio em outras unidades da UFRGS (IPH, Física, Ciências Sociais, por exemplo) e têm a necessidade de dominar o idioma; pessoas que já estudam português no exterior e vêm ao país especialmente para aprimorar os conhecimentos; executivos enviados por suas empresas para estágios nas filiais brasileiras que acabam ficando – ou retornando para atuarem como encarregados do comércio exterior com o Brasil.

Entre os últimos, vem crescendo o número de japoneses e, principalmente, de coreanos, devido à implantação da LG (empresa eletrônica da Coreia do Sul) no país. Mas há também muitos alemães, franceses, norte-americanos, russos, israelenses, além de estudantes de toda a América Latina. Alguns cursam o PPE especialmente para se prepararem para o exame de obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC) e o único com reconhecimento oficial. Os professores são alunos bolsistas do Instituto de Letras, quatro deles de graduação e um de pós-graduação.

A maior parte dos alunos já vem com alguma base de português, obtida em dois ou três anos de estudos em seus países, e vai direto para o Básico 2, o mesmo ocorrendo com aqueles que falam espanhol. Para se ter uma idéia, o



Margarete Schlatter:
"Nosso programa
é um dos melhores do país"

primeiro nível costuma ter turmas de apenas cinco alunos, enquanto a média dos demais é de dez. Ao todo, cerca de 40 pessoas se matriculam por semestre no programa, sendo que muitas delas fazem dois cursos simultâneos: *Básico 2 e Conversação, Intermediário 1 e Cultura Brasileira, Intermediário 2 e Leitura e Produção de Textos*, por exemplo. Somente os alunos do *Básico 1* não têm condições de acompanhar os cursos específicos. Alguns chegam a ficar dois anos no país, acompanhando todos os cursos do PPE, mas são minoria. Dois sul-coreanos estudaram português na UFRGS por um ano, voltaram para o seu país e, tempos depois, retornaram para fazer doutorado na Universidade.

O ritmo é intenso. Nos básicos e intermediários, são três aulas por semana, de 120 minutos cada, e nos específicos, duas por semana, com a mesma duração. Ou seja, quem faz um curso normal e outro específico, dedica dez horas semanais somente às aulas de português, sem contar as tarefas de casa. Durante todo o semestre, a partir do *Básico 2*, os alunos são estimulados a escrever – atividade mais intensa no curso específico de *Leitura e Produção de Textos*. *Tópicos de Literatura Brasileira*, aberto àqueles que já fizeram os dois básicos, aprimora o português e a cultura brasileira dos alunos por meio de contos e poemas de autores nacionais contemporâneos. A avaliação é feita por meio de provas orais, escritas e/ou trabalhos. Aos aprovados, são fornecidos certificados de extensão.

"Tenho certeza de que o nosso Programa de Português para Estrangeiros está entre os melhores do país", afirma a coordenadora Margarete Schlatter. Professora de Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, Margarete informa que poucas universidades brasileiras oferecem cursos de extensão com a qualidade do PPE. Além da UFRGS, ela cita as universidades de Campinas e de Brasília, que têm programas há mais de 20 anos. As universidades federais de Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina são outras que mantêm cursos de português para estrangeiros, mas a variedade de disciplinas oferecidas é menor. Outro diferencial apontado pela professora é o embasamento proporcionado pelos cursos culturais do PPE.

Não há pré-requisitos relativos ao nível de escolaridade, mas os alunos devem ter mais de 16 anos. Desde que estejam familiarizados com o nosso alfabeto, eles podem vir sem saber nada de português. Maiores informações pelos telefones (51) 3316-6708 e 3316-6691 ou pelo e-mail margasch@via-rs.net.

Han Chul Kim: "Quero ser um grande professor"

O sul-coreano Han Chul Kim impressiona pela fluência em português. Nascido em Seul, há 32 anos, Kim começou a estudar o idioma no seu país, em 1990, na Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk. Depois de dois anos de aprendizado, interrompidos em função do serviço militar, ele voltou a conviver com o português em 1995, ainda na Coreia. Um ano depois, Beto – como é chamado pelos amigos brasileiros, que sempre escolhem um apelido fácil para os coreanos de nome difícil – veio para Porto Alegre, onde frequentou o Programa de Português para Estrangeiros (PPE). Hoje ele é doutorando no Instituto de Letras da UFRGS, desenvolvendo pesquisa na área de aquisição da linguagem.

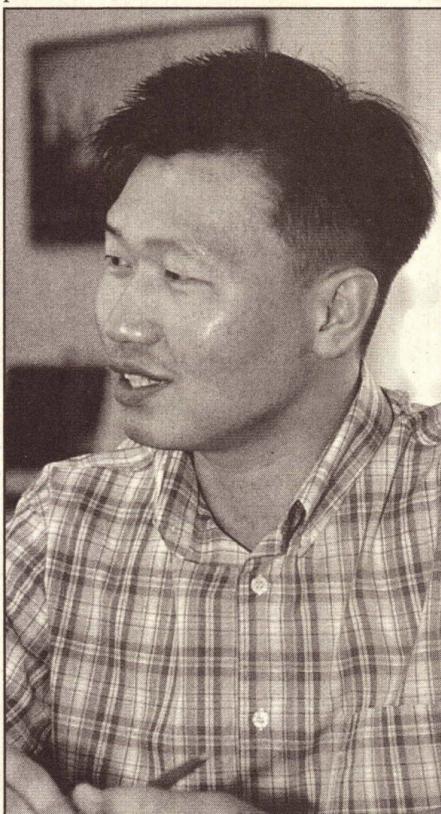
Entre idas e vindas, mesmo com a interrupção de quase três anos para servir ao Exército, Kim totaliza quase uma década dedicada ao estudo da língua portuguesa. Nos primeiros minutos de conversa com ele já é possível notar que a dedicação valeu a pena. Simpático, o doutorando demonstra uma grande vontade de se comunicar e colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Consegue, e sem muito esforço. Mas isso não significa que o caminho tenha sido tranquilo. "No início, achei mais fácil do que o inglês. Agora, cada vez fica mais difícil."

As maiores dificuldades se relacionam ao uso de artigos e preposições, que não existem em coreano, e à concordância. "É difícil aprender a ordem das frases", conta. Kim acompanhou os cursos do PPE de março a dezembro de 1996. Voltou para a Coreia, onde seguiu estudando o idioma de 1997 a 1999, fazendo mestrado. O retorno a Porto Alegre para o doutorado foi em 2000, quando veio como bolsista do CNPQ. Ele deve ficar mais uns dois anos no Brasil, desenvolvendo uma tese que prefere manter em segredo.

Kim elogia o PPE, classificando os cursos como bem organizados e os professores como capazes. E até já recomendou o programa a professores e alunos do departamento de português da Universidade de Hankuk e a funcionários da empresa coreana LG. Mas por que a idéia de vir para o Brasil e estudar português? "Quando entrei para a faculdade, em 1990, percebi

que as relações entre o Brasil e a Coreia se desenvolveriam muito no futuro", responde. E de fato se desenvolveram. Assim como ele, outros jovens do seu país seguiram o mesmo caminho. Quando fez o PPE, dos 12 alunos de sua turma, oito eram coreanos.

Questionado sobre sua opinião sobre o Brasil, onde fez muitos amigos, ele nem pensa antes de responder: "Adoro!" Os planos para quando voltar para a Coreia do Sul são resumidos em uma frase: "Quero ser um grande professor." Vai ser.



Kim:
"No início parecia mais fácil
que o inglês, mas depois ficou cada
vez mais difícil"

Brasil e Portugal avaliam equivalência de exames

A partir deste ano, o exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) será realizado uma vez por semestre, sempre nas segundas quinzenas de abril e outubro. Por meio de um único exame, são avaliados dois níveis de proficiência: intermediário (primeiro certificado) e avançado (segundo certificado). A idéia é buscar uma equivalência entre os níveis de proficiência verificados pelo exame brasileiro e aqueles aferidos em Portugal. Desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), o Celpe-Bras é aplicado desde 1998 em 15 universidades brasileiras, três delas no Estado: UFRGS, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Regional de Ijuí (Unijuí). No exterior, a aplicação do exame é feita em 18 Centros de Estudos Brasileiros, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores.

Trata-se do único certificado de proficiência em português reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro. Internacionalmente, ele é aceito em empresas e instituições de ensino como comprovação da competência na língua portuguesa. No Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso de alunos-convênio em cursos de graduação e programas de pós-graduação. Algumas entidades de classe também já exigem o Celpe para a inscrição profissional. É o caso do Conselho Federal de Medicina. Médicos estrangeiros interessados em exercer a profissão no Brasil só têm os seus diplomas validados após ter

rem passado pelo exame de proficiência.

Os candidatos devem ser cidadãos de países cuja língua oficial não seja o português, ter pelo menos 16 anos e escolaridade equivalente ao ensino fundamental. As provas testam a habilidade de comunicação oral e escrita em português do Brasil, em uma variedade de situações do cotidiano. Uma primeira parte, coletiva, é feita em duas horas e inclui duas tarefas de compreensão oral e produção escrita e outras duas de leitura e produção escrita. O segundo módulo, individual, é uma conversa de 20 minutos com o candidato, que deverá falar sobre seus interesses e abordar assuntos cotidianos e de interesse geral, com base em fotos, áudio, vídeo etc. Essa parte do teste é gravada.

A professora do Instituto de Letras da UFRGS Margarete Schlatter é a única representante do Estado na comissão do MEC que criou o exame, implantada em 1993 e formada por outros quatro professores universitários. O ministério chamou professores de universidades com programas de língua portuguesa destinados a estrangeiros, e justamente nessa época Margarete começava a implantar o PPE da UFRGS, que teve suas primeiras turmas no ano seguinte.

Em dezembro de 2001, a professora foi uma das duas representantes brasileiras em um encontro promovido pelo Ministério da Educação de Portugal, pelo Instituto Camões e pelo MEC, com o objetivo de estudar uma equivalência entre os exames re-

alizados pelos dois países. A reunião foi em Lisboa, com as presenças de cinco membros da comissão Caple (Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira), responsável pela aplicação do exame de proficiência dos portugueses.

"Queremos ver se os níveis intermediário e avançado deles equivalem aos nossos", informa Margarete. Na prática, os dois exames seguiriam sendo aplicados pelos dois países, mas a equivalência permitiria que testes feitos pela Caple fossem aceitos no Brasil, assim como o Celpe-Bras poderia ter validade em Portugal. Além disso, os dois países poderiam aplicar os dois exames nos mesmos locais, representando uma economia de pessoal e tempo.

E por que não um único exame? No encontro de Lisboa, as comissões do Celpe-Bras e do Caple concluíram, por consenso, que esse não seria o caminho ideal. O grupo considera importante reconhecer a autonomia e a variedade das duas culturas, mantendo as especificidades do português falado em cada país nos respectivos testes. "É complicado falar em equivalência. Se é um linguísta e respeita a variedade, não vai resolver essa questão simplesmente assinando um papel", ressalta Margarete. Existe, contudo, um projeto de criação de um exame único para a área de negócios, a ser aplicado a partir de 2004. O assunto voltará a ser discutido nas próximas duas reuniões entre professores brasileiros e portugueses, marcadas para julho, em Ouro Preto, e novembro, em Lisboa.

Alice Soares, um toque de delicadeza

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Ao longo da vida, Alice Soares vem usando crayon e papel para desenhar crianças, especialmente meninas, algumas chegando à adolescência. Meninas atentas, meninas distraídas, apanhadas de surpresa olhando prum lado, meninas conversando, de pé, sentadas, apoiadas. Figuras que saem da cabeça de Alice desde que ela era menina. Escorregam pelos dedos, entram no crayon e se espalham pelo papel, com olhinhos inocentes, boquinhas frescas, ar delicado. Como se fossem retratos de Alice quando pequena.

Alice agradece a Deus por ter tido pais compreensivos e interessados, que a incentivaram a buscar seu caminho e a permanecer atenta aos acontecimentos a seu redor. Aos 84 anos, continua produzindo, embora o ritmo tenha diminuído. Já não trabalha mais no atelier da Rua Marchal Floriano, que dividia com a colega e amiga da vida inteira, Alice Brueggemann.

O casarão – que marcou a fase mais intensa da carreira das duas Alice e foi um centro de convívio

e criação da arte gaúcha – continua lá, com placa comemorativa e tudo. Mas o atelier de Alice agora fica embutido em seu quarto de dormir, no oitavo andar de um grande edifício de esquina, numa das avenidas mais movimentadas do Centro de Porto Alegre.

Quando quer se concentrar no que chama de seus risquinhos – geralmente no final da manhã – ela baixa um tampo de armário, que vira mesa e deixa à mostra uma estante com tudo o que precisa para trabalhar. O barulho da



FOTOS RICARDO DE ANDRADE

Dependendo das dimensões, pode produzir até cinco desenhos por dia

rua? Ela já está acostumada. Mora há 28 anos nesse apartamento de dois quartos, junto com Julieta, a irmã mais nova. Graciana, a outra irmã, morava no apartamento ao lado, mas faleceu há pouco tempo. E Álvaro, o único irmão, vive em Santa Catarina.

O apartamento não é grande e as paredes da sala e do corredor estão cobertas de obras de arte, pra onde se vai tem pinturas, desenhos, tapeçaria. Os quadros de Alice se misturam com obras de outros artistas plásticos gaúchos famosos, desde Alice Brueggemann, Eduardo Vieira da Cunha e Luiz Solari até os professores do Belas Artes Ângelo Guido, Glênio Bianchetti e Ado Malagoli.

Ela não tem idéia do que já produziu. Perdeu a conta. “Até uns anos atrás, mesmo no período em que tinha o atelier, a gente trabalhava e distribuía o que fazia, eu, a Brueggemann e os rapazes. A Brueggemann era uma grande distribuidora da obra dela. Até que começamos a tomar consciência da profissão. Foi o Ado Malagoli

que trouxe o profissionalismo para Porto Alegre. Antes dele aparecer, em vez de vender, a gente presenteava as pessoas com o nosso trabalho. Isso que se usava material caro, estrangeiro, trazido da Europa por um parente da Brueggemann, que era da Varig.”

Alice considera que seu trabalho e seu estilo permanecem mais ou menos os mesmos. O tema, certamente, continua sendo as meninas. “Depois que peguei a desenhar crianças, fiquei quase que obcecada por aquilo”, diz a pintora. “Nunca pintei animais, a não ser eventualmente. Às vezes aparece, a pedido. Como ali, ó, tem um gatinho... ah, e as pombas.”

Por falar em crianças, Alice diz que vê com tristeza o que está acontecendo no mundo. “Muita criança sem amparo, não sei onde vamos ir. Mas acho maravilhoso que exista o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já existam núcleos de defesa das crianças e que as próprias crianças estejam reagindo.”



“Nasci em Uruguaiana, no dia 17/7/17, o tempo passou, e eu estou aqui.”

A família de Alice

Ao casar com a uruguaia de origem basca Domingas Ardoein, o jovem médico baiano Deodoro Álvares Soares, incorporado ao Exército Brasileiro, já tinha três filhas do primeiro casamento. Com Domingas – que era de Artigas, mas vivia em Quarai – teve mais três meninas e um menino. Por ordem de chegada: Joaquina, Didi, Odete, Álvaro, Alice, Graciana e Julieta. Os sete se criaram juntos, e a família se mudou várias vezes: Uruguaiana, Santa Maria, Florianópolis, Rio de Janeiro e Recife.

Alice diz que teve uma adolescência e uma mocidade muito boa, porque recebeu apoio e incentivo dos pais. “Eles me apoiavam naquilo que eu imaginava, fosse um piquenique ou uma viagem curta. Isso ajudou muito no meu desenvolvimento.” Um exemplo de como era a educação daquela época, Alice teve durante uma visita da família a Salvador. “Conheci uma quantidade enorme de parentes, primos e primas, e vi como todos eles ainda pertenciam a uma sociedade bastante fechada. As moças trabalharem? Era muito difícil de o pai permitir. Então, elas tinham que permanecer em casa, fazendo trabalhos domésticos.”

Ao ser transferido para Recife, o pai carregou a família inteira. Houve muita dificuldade para conseguir escola para todos e casa para alugar. A mãe conseguiu uma casa adequada, só que ficava longe do centro da cidade e as crianças saíam pouco, a condução era difícil e eles ainda eram bem novos. A mais velha tinha 15 ou 16 anos.

“Minha mãe era uma pessoa muito viva, muito inteligente e tinha uma qualidade que, com o tempo, eu pude cada vez apreciar mais. Ela fazia questão de que todos nós estivéssemos presentes a tudo o que acontecia de extraordinário na cidade.”

Quando o Graff Zeppelin veio pela primeira vez à América do Sul, a família morava em Recife, onde o dirigível fez um pouso. “Minha mãe disse: ‘Não podemos perder a oportunidade de conhecer uma coisa mundialmente tão famosa’. Então arrumou a gurizada toda, tomamos um ônibus e depois um carro e lá fomos nós. E tiramos fotografia na frente do Graff Zeppelin, aquele balão que depois de muitos anos passou aqui por cima de Porto Alegre.”

A mãe dela era assim, dinâmica, decidida. Outra vez, em Porto Alegre, quando o grupo de acrobatas alemãs chamado Zugspitz Artisten estendeu um cabo de aço do alto do Edifício União até o alto do prédio da Prefeitura Nova e começou fazer a travessia carregando uma longa vara de metal, a mãe levou os filhos para ver. “Fogos de artifício? A gente se arrumava num instante e ia assistir. No Rio de Janeiro acontecia tanta coisa naquela época, e nós não perdíamos nada.”



Nas paredes da sala, suas obras se misturam a obras de outros pintores

◆DESDE GURIAZINHA

“Estou satisfeita com minha vida. A hora em que decidi ser professora primária foi uma hora muito feliz, porque encontrei uma profissão. Logo que terminei o curso, fiquei um pouco perdida, mas em seguida encontrei uma coisa que me segurou. Depois, com o Belas Artes, foi melhor ainda. Porque, artista plástica, talvez eu já fosse: eu desenhava tanto, produzia tanto, mesmo antes de entrar pra a escola.”

◆O DESPERTAR DA VOCAÇÃO

“Encontrei o caminho da arte depois de ingressar no magistério público. Fui professora em Guaporé e em Serafina Correa. Nessa época, com a distância de casa e a saudade, aflorou a vocação. Então, pedi pra minha mãe que procurasse o Instituto de Belas Artes, em Porto Alegre, visse como era e se havia possibilidade de eu vir a estudar ali. Ela foi. Só me deram uma prova: fazer um desenho. Fui aprovada.”

◆ALICE E ALICE

“Eu e a Brueggemann fomos amigas desde a adolescência. Tínhamos uns 15 anos quando nos conhecemos numa visita a castelhanos em Porto Alegre. Minha mãe era uruguaia, o pai da Brueggemann também. Então, vínhamos de uma mesma linguagem e tínhamos alguns amigos em comum. Essa amizade se consolidou dentro do Belas Artes, onde entrei com 23 anos. Tomamos o mesmo rumo e passamos a trabalhar no nosso atelier, com dois rapazes do grupo: Carlos Fabrício Marques Soares e Rubens Cabral. A Brueggemann faleceu faz um ano agora. Esses dias, foi o aniversário dela, e houve uma comemoração no Museu de Arte. Foi muito bonito: felizmente compareceu bastante gente, amigos e tudo.”

◆TEMPOS MODERNOS

“Eu trato de compreender a época atual, mas ao mesmo tempo tenho minhas reservas, porque a minha época foi muito boa. Dizendo familiar, se diz tudo, ou quase tudo. Era uma época familiar, havia alguma coisa que unia as pessoas: os laços de sangue, os laços de família. E é exatamente isso que está sendo cortado, o laço familiar, aquela necessidade de pai, de mãe, de irmãos. Em grande centros as pessoas até nem sabem onde anda o pai, a mãe. Os grande centros afastam as pessoas.”

◆PRIMA DE CAYMMI

“Meu pai era irmão da mãe do Dorival. Agora deixei de ir ao Rio, mas sempre que ia eu até parava na casa dele e tudo. Ele é casado com uma mulher fora de série, a Stella. Se conheceram bem jovens ainda e estão casados há mais de 50 anos. Sempre me dei muito bem com eles, com os filhos deles. Uma vez cheguei ao Rio e do Rio ia pra Bahia e levei a Nana, que hoje é famosa, né? Ela era uma meninona, tinha uns 13 ou 14 anos. Falava, falava, contava da vida dela... E já cantava. É claro que quem canta canta sempre, desde pequeno. Quem desenha, também. É uma paixão. Geralmente, os artistas são movidos a paixão.”

◆CATÓLICA, GRAÇAS A DEUS

“Sou católica, graças a Deus. Aos domingos vou à missa na igreja Santa Tereziinha, embora more perto da Catedral. Pra mim é melhor: tomo um táxi aqui na esquina e desço lá. Depois, pra retornar é mais prático. Vou sempre com a minha irmã, Julieta. Agora uso uma bengalinha para me equilibra melhor, porque andei caindo, e queda é uma coisa muito perigosa.”

◆BUENOS AIRES CHIC

“Fiz curso de escultura com Fernando Corona, que era professor do Belas Artes. Depois, junto com Christina Balbão, fui a Buenos Aires fazer curso intensivo com o professor Horácio Juarez. Buenos Aires era uma maravilha naquele tempo. E o que era de bom, o que era de fácil a gente ir. A classe média podia pegar ônibus ou avião e se mandar pra lá. E se podia comprar material de pintura importado da Europa. E livros. Nossas bibliotecas eram castelhanas.”

◆CHRISTINA SE ESCONDE

“Christina Balbão é uma grande escultora. Formou-se na UFRGS, lecionou no Belas Artes e foi do Museu de Artes por muitos anos. Ela se esconde um pouco, mas muitos artistas daqui de Porto Alegre devem muito a ela como orientadora, que nunca deixava de lado os estudantes que procuravam. Chegava a dar aulas inteiras naquele Museu. Estamos perdendo a oportunidade de conhecer mais e divulgar as obras dela.”

◆UM FRACO PELA FRANÇA

“Por intermédio do Belas Artes, tive oportunidade de ir duas vezes à Europa, acompanhando grupos de alunos. Foi muito bom, foram viagens muito bem planejadas. Eu tinha um fraco pela França. Fizemos uma viagem em que o ponto de chegada era Paris. Dali descemos até os Pirineus, na fronteira com a Espanha, depois subimos pelos Alpes, até Grenoble, e daí voltamos a Paris. Eu e a Christina Balbão fizemos isso duas vezes. Uma vez, ficamos um mês inteiro em Paris.”

◆SOLTEIRA, POIS É

“Fiquei solteira, pois é. Na idade de casar, quando tive oportunidade, não casei. A Christina quase casou. Parecia que já ia casar, mas, não sei, uma coisa qualquer atraía mais para a profissão que a gente tinha abraçado. Se eu tivesse casado, talvez não tivesse produzido o que já produzi.”

◆E PARA O ANO 2050?

“Ir a concertos era uma verdadeira procura de alimento para o espírito. Eu precisava daquilo e frequentava bastante o Teatro São Pedro. Mesmo agora que estou mais retirada, corri para ver as exposições da 3ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, no final de 2001. Não tenho condições de acompanhar tudo o que Porto Alegre oferece em termos de arte, mas acho que a arte está de acordo com época precipitada que estamos vivendo. O que vamos deixar para o futuro, para daqui a 50 ou 100 anos, é uma incógnita.”